

===== **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E OITO DE SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E DOZE:** =====

===== *Aos vinte e oito dias do mês de Setembro do ano dois mil e doze, pelas dezasseis horas e trinta minutos no Auditório da Junta de Freguesia de Carregosa, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sobre a Presidência do Senhor **Dr. Jorge Manuel Freitas de Oliveira e Silva**, Secretariado pelos Senhores **António Luís da Fonseca e Grifo** – Segundo Secretário e **José Alves da Silva** - Presidente da Junta de Freguesia de Ossela e cuja Ordem de Trabalhos era a seguinte:*=====

===== **Ponto um:** *Votação da ata n.º 20;* =====

===== **Ponto dois:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município;*=====

===== **Ponto três:** *Relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município relativo ao 1.º Semestre de 2012 – Apreciação;* =====

===== **Ponto quatro:** *Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro – Reporte a 30 de Junho de 2012 – Apreciação;* =====

===== **Ponto cinco:** *Protocolo a celebrar com a Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa de Oliveira e Azeméis, para desenvolvimento do projeto “Uma Voz por um Sorriso” do Banco Local de Voluntariado de Oliveira de Azeméis – Autorização;* =====

===== **Ponto seis:** *Protocolo a celebrar com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género – Autorização;* =====

===== **Ponto sete:** *Protocolo de colaboração a celebrar com o Grupo de Escoteiros – Grupo 212, com vista à participação nas atividades lúdicas organizadas pelo Município – autorização;* =====

===== **Ponto oito:** *Protocolo de colaboração a celebrar com o Grupo “Os pauliteiros de Ossela”, com vista à representação do Município no Festival Folclórico de Marselha, em França – Autorização;* =====

===== **Ponto nove:** Adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis (FAMOA) – Concurso Internacional de Instrumentos de Sopro “Terras de La-Salette” – Autorização/ Ratificação; =====

===== **Ponto dez:** Classificação e cadastro dos caminhos públicos do Município de Oliveira de Azeméis – Freguesia de Carregosa (Aditamento) – Aprovação; =====

===== **Ponto onze:** Regulamento de cedência e utilização dos veículos municipais de transporte de passageiros – Aprovação definitiva; =====

===== **Ponto doze:** Regulamento municipal sobre estacionamento e paragem de veículos no concelho de Oliveira de Azeméis – Aprovação definitiva; =====

===== **Ponto treze:** Proposta de lugares de estacionamento de táxis na freguesia de Carregosa – Aprovação; =====

===== **Ponto catorze:** Proposta de implementação de sinalização vertical na Rua Professor Leão, freguesia de Cucujães – Aprovação; =====

===== **Ponto quinze:** Empresa Portugal Reciclagem – Reconhecimento de Interesse Municipal; =====

===== **Ponto dezasseis:** Ocupação de passeios com esplanadas em frente aos estabelecimentos comerciais durante o período do Verão – isenção de pagamento de taxas – Aprovação/ Ratificação; =====

===== **Ponto dezassete:** Área de Acolhimento Empresarial de UI/ Loureiro – Desafetação do domínio público de três caminhos públicos – Aprovação; =====

===== **Ponto dezoito:** Extinção da Fundação La-Salette – Aprovação; =====

===== **Ponto dezanove:** Aquisição de garrações de água e copos – Autorização prévia de compromisso plurianual, bem como ratificação e convalidação de todos os atos entretanto praticados; =====

===== **Ponto vinte:** Renovação da prestação de serviços bancários Via SIB`s – Autorização para assunção de compromissos plurianuais; =====

===== **Ponto vinte e um:** *Prestação de serviços sistema de débitos diretos – Autorização para assunção de compromissos plurianuais;* =====

===== **Ponto vinte e dois:** *Fornecimento de fruta escolar para o ano letivo 2012/2013 – Autorização para assunção de compromissos plurianuais;* =====

===== **Ponto vinte e três:** *Aquisição de serviços de Internet para a Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, no âmbito do projeto Rede de Bibliotecas – Autorização para assunção de compromissos plurianuais a pagar mensalmente, bem como ratificação e convalidação de todos os atos entretanto praticados;* =====

===== **Ponto vinte e quatro:** *Aquisição do serviço de Internet/ TV cabo para serviços ligados à Presidência – Autorização para assunção de compromissos plurianuais a pagar mensalmente, bem como ratificação e convalidação de todos os atos entretanto praticados;* ==

===== **Ponto vinte e cinco:** *Aquisição de serviços de seguros – Autorização para assunção de compromissos plurianuais e repartição de encargos em mais do que um ano económico;* =====

===== **Ponto vinte e seis:** *Prestação de serviços de inspeção, reinspeção e selagens de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes para o período de 2012 a 2014 – Autorização para assunção de compromissos plurianuais, bem como ratificação e convalidação de todos os atos entretanto praticados;* =====

===== **Ponto vinte e sete:** *Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2013;* =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:** =====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** *António Manuel da Costa Alves Rosa, Jorge Fernando Rocha Pinto Paiva, Helga Alexandra Freire Correia, José Francisco Brandão Oliveira, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, José Domingos Campos da Silva, Marco António Guimarães de Castro Azevedo, Paula Regina Fernandes Duarte de Oliveira Pinto, Francisco Borges de Almeida Alves, José Filipe da Silva Carvalho, Ana Luísa Gonçalves Regala de Mendonça Humphrey, Diamantino Melo Almeida, Francisco de Jesus Jacinto, Américo de Almeida Carvalho, Manuel Rebelo da Costa, Ramiro Pereira Alves Rosa, Miguel Mendes Silva, José António de Pinho Santos, Carlos Manuel de Pinho e Silva, Ilídio Barbosa Lopes, Pedro Joaquim da Silva Ribeiro, Hugo Manuel Gomes Silva Pereira e António de Jesus Silva.* =====

===== **Do Partido Socialista (PS):** *Fernando Manuel Pais Ferreira, Helena Maria Dinis dos Santos, Fernando Ricardo Gomes Oliveira Bastos, José Ramos da Silva, Ana Lúcia Nunes de Sousa, Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira, Manuel José Tavares Soares, Ana Raquel Simões Teixeira, Bruno Armando Aragão Henriques, José António Domingues Marques Lourenço, Cristina Maria Valente de Pinho, Rui Jorge da Silva Cabral, Armindo Fernando Martins Nunes e Bernardo Amaro Moreira Simões.* =====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** *Miguel Ângelo de Carvalho Santos Portela, João Carlos Amaral Osório Nunes Silva.* =====

===== **Independente:** *Rodrigo Moreira da Silva.* =====

===== **Ausência dos Membros:** *Isabel Maria Fernandes G. Ferreira de Vilhena, António da Silva Xará, Rui Filipe Fernandes Nunes, José da Silva Santos e André Lourenço Pinheiro Ribeiro, do Partido Social Democrata (PSD); Manuel Francisco dos Santos Valente, do Partido Socialista (PS).* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes Membros: Jorge Fernando da Rocha Pinto de Paiva, que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido Prof. Isabel Maria Fernandes Guimarães Ferreira de Vilhena – Primeira Secretária; Helga Alexandra Freire Correia, que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido António Silva Xará e Marco António Guimarães de Castro Azevedo, que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de partido Rui Filipe Fernandes Nunes, em virtude dos mesmos terem solicitado a sua substituição.* =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (ART.º 19º DO REGIMENTO)** =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início à Sessão:* =====

===== *Começou por agradecer ao Senhor Presidente da Junta pela maneira como foi recebida esta Assembleia, dizendo que outra coisa não seria de esperar, dando a palavra ao Senhor Presidente da Junta. Seguidamente solicitou ao Senhor Presidente da Junta de Ossela para, para integrar a Mesa como já era habitual. Muito obrigado.* =====

===== *Permitam-me pois que os cumprimente a todos. Muito boa tarde. Dirijo-me de imediato aqui ao Senhor Presidente da Assembleia e aos Secretários e saudando e felicitando pela ideia de trazer até Carregosa esta Assembleia. É na realidade um momento que eu considero extremamente interessante, importante para a nossa comunidade e felicitamos*

naturalmente todos os componentes da Assembleia Municipal. Eu também quero neste momento saudar o Senhor Presidente da Câmara e todos os Vereadores que efetivamente pela presença que têm neste momento aqui na nossa Assembleia, naturalmente que ficamos felizes por isso, satisfeitos, honrados e esperamos que a curto prazo naturalmente isso possa acontecer, porque o que acontece hoje aqui já aconteceu há oito anos, oito anos na realidade foi um tempo muito grande mas não é assim tão grande como isso, porque não são muitas as Assembleias que se fazem no nosso Município, por isso, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores as minhas felicitações, as minhas saudações em nome desta comunidade. Muito obrigado. Tinha pensado e perdoem-me este à-vontade que vou ter com vocês, tinha pensado ilustrar aqui algo que acontece nesta terra no dia-a-dia, nas necessidades e tudo isso gostaria de vos expor. E pensei, pensei e talvez porque o momento, também para mim próprio, não é o melhor, de situações familiares de doença, não me entusiasmarem muito a que pudesse hoje aqui descrever-vos tudo isso. Vou oferecer uma esferográfica a cada um e pedia a entrada da funcionária da Junta de Freguesia para fazer essa oferta. Já agora e em jeito, queria lembrar o Dr.º Miguel Portela que há bocadinho quando me pediu a esferográfica, eu fiz reticência na decisão exatamente por isso, porque queria oferecer neste momento não era antes. Se calhar todos os nossos companheiros sabem não sou daqueles que mais uso o tempo de antena, se calhar se fosse hoje usar o tempo de antena que tive direito ao longo dos anos estava aqui a falar a noite toda e não vou reivindicar isso. Uma vez que todos têm, eu também devia ter oferecido o papel, mas acredito que papel todos têm também, eu queria apenas que anotassem as necessidades numa pequena frase, o grande problema da nossa terra, da nossa freguesia, é ter um bom, dinâmico e inteligente Presidente da Junta, é a falta maior que nós temos aqui nesta terra e acreditem que se tivéssemos um bom, dinâmico e inteligente Presidente da Junta de certeza que metade ou maior parte das obras carenciadas que temos não as tínhamos. Era só essa frase que gostava que escrevessem em relação às necessidades de Carregosa. Permitam-me também aqui e em nome do Pároco, do nosso padre da freguesia, faça aqui um agradecimento ao Senhor Presidente da Câmara e à sua Câmara naturalmente. A semana passada inaugurou-se aqui uma residência paroquial da qual o nosso Padre foi o responsável timoneiro dessa obra, naturalmente que a Junta de Freguesia deu colaboração, mas pequena colaboração naturalmente, que os meios não permitem mais e a nossa Câmara também contribuiu com os acessos dessa residência e em nome dele, em nome dele e do Presidente da Junta que aqui está, sem ser o tal inteligente, bom e dinâmico em nome das duas entidades agradeço ao Senhor Presidente da Câmara o bem que fez e na colaboração que deu. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Amaro Simões, Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. =====

===== Boa tarde a todos, boa tarde Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Colegas, imprensa, cidadãos

de Carregosa, Viva Presidente e obrigado pelo acolhimento que nos proporcionou. Muito simples, fiquei admirado por não constar da Ordem de Trabalhos o ponto da agregação das freguesias. Eu sei, nós fugimos disto como o diabo da Cruz e penso que isto é um tema que vai ser polémico. Vai ser, mas acho que nós não devemos fugir disto, porque se nós não tratarmos disto em Assembleia Municipal o assunto vai ser decidido em Comissão Técnica e desde já os 15% vão-se. Portanto eu gostava de saber, que isto com certeza tem uma estratégia, gostava de saber do Senhor Presidente da Câmara qual é a estratégia que estamos a seguir e portanto que informações tem a prestar a esta Assembleia, porque nós podemos estar realmente, enfim, a fugir do tema e se calhar amanhã vão-nos dizer que olha bem fizemos nós que não fizemos nada, porque o assunto caiu. Se cair também é mais, enfim, mais alguma coisa que não nos dignifica, mas se não cair e eu sou dos pensam que não vai cair, acho que nós devíamos contribuir para esta discussão. Senhor Presidente, agradeço que nos dê alguma informação sobre isto. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====

===== Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Vereadores presentes, Membros da Assembleia Municipal, comunicação social e especialmente Senhor Diamantino Melo que também nos recebeu hoje aqui, e que é um prazer cá estarmos. Nas últimas décadas Oliveira de Azeméis pode queixar-se ou pôde queixar-se de pouco movimento nas áreas de divertimento noturno, levando mesmo a muito desânimo por parte das entidades diretamente ligadas às atividades noturnas e espaços de lazer da cidade ligadas a esse ramo de negócios. Em tempos, nesta Assembleia Municipal referi que tinha confiança e que sentia que aos poucos essa constância começava a mudar e que estava certo que iríamos retomar o frenesim que existiu há alguns anos. Passados que estão muitos meses dessa minha referência trago-vos constatações contraditórias, pois já conseguimos perceber que é uma realidade de facto a juventude voltar a escolher Oliveira de Azeméis para se divertir à noite. Não será com certeza pelas ofertas diversificadas, pois estas não se têm multiplicado muito nos últimos anos. Talvez sinais da crise, será talvez uma tendência cíclica das gerações. Se queremos prolongar esta tendência no tempo teremos que exercitar a nossa capacidade empreendedorismo e fazermos tudo que está ao nosso alcance para mantermos estes jovens e os que vão crescendo interessados na diversão do nosso concelho. Aqui, lamento mas tenho de fazer uma primeira advertência à autarquia. Mais um verão passou e a Praça da Cidade um espaço de lazer cheio de potencial, manteve as portas fechadas. Já começam a ser muitas as placas de alumínio roubadas no edifício. Não diria que estará ao abandono mas parece que se encontra esquecido. Interessados existirão com toda a certeza, urge entregar a este edifício a dignidade que ele merece e conquistou. Também a autarquia tem apostado nalgumas atividades noturnas e aí tenho pena, mesmo muita pena, de dizer à autarquia que a “noite branca” me

passou ao lado. Não por falta de vontade de estar presente, acho surpreendente o que aconteceu nessa precisa data e horário. A autarquia marcou ao mesmo tempo no Cine-teatro Caracas o Sarau da Solidariedade promovido pela Rede Social. O dever e também o gosto, tornara imperativa a minha presença no Sarau, como aliás para muitos Oliveirenses. Nessa noite tivemos a autarquia como concorrente de si própria em duas organizações, que impossibilitaram a população de participar em ambas. Não digo que não deveriam ter sido feitas, naturalmente devem ser feitas e reproduzidas nos próximos anos, aliás penso mesmo que a Noite Branca foi um grande sucesso, penso porque não pude lá estar atempadamente, foi o que eu ouvi. É importante fazer acontecer em Oliveira de Azeméis, é importante acreditar que somos capazes de fazer mais e melhor, é importante priorizar e ter coragem para escolher o que achamos ser melhor para a população. Neste último caso que hoje aqui trouxe não terá sido a iniciativa que falhou terá sido o agendamento que não esteve no seu melhor e desperdiçamos provavelmente dois casos de forte mobilização dos Oliveirenses para viverem mais intensamente a sua cidade. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Ramiro Rosa, Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis. =====

===== Muito boa tarde a todos. Começo, vão-me desculpar, por felicitar o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa pelas belíssimas instalações que cedeu para a organização desta Assembleia. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados, caros colegas, público em geral, comunicação social, minhas Senhoras, meus Senhores. O que me trás cá hoje é o seguinte: Como certamente todos vós se lembram Calvário, Calvário, Calvário foi falado “n” de vezes nos últimos anos nas Assembleias Municipais de Oliveira de Azeméis e é com grande prazer que aqui venho hoje falar de uma obra aparentemente simples mas muito delicada e ainda de muito maior importância para a cidade de Oliveira de Azeméis. Falo das obras feitas no Calvário nos meses de Julho e Agosto pela Junta de Freguesia e pela Câmara Municipal. Ao fim de muitos anos de espera conseguimos finalmente em conjunto resolver um problema grave e complexo, a permanente insegurança dos peões, mas também do trânsito que ali passa foi ultrapassada com empenho e envolvimento não só das autarquias mas, também dos moradores que nos permitiram uma intervenção equilibrada. Aqui fica o meu agradecimento a todos eles, na convicção de que, julgo eu, todos ficaram a ganhar. Por isso, é neste local e nesta Assembleia dar os meus parabéns à Câmara Municipal pela forma como geriu connosco esta parceria mobilizando os recursos necessários à execução dos trabalhos, esta parceria pode e deve ser aplicada em muitas outras situações que temos para resolver na nossa cidade. Espero também, ultrapassada que está a fase mais delicada, que os trabalhos prossigam no Calvário para darmos por concluída esta tarefa. Muito obrigado, bem-haja para todos. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra a Senhora Dr.ª Helena Santos, do PS.* =====

===== *Muito boa tarde a todos os presentes. Eu começo por dar também uma nota positiva ao evento da Semana da Mobilidade sobre as Noites Brancas, ou Noite Branca como lhe queiram chamar. Eu estive presente nesse evento não estive no outro portanto podemos complementar aqui um bocadinho a observação. A nota é positiva, porque efetivamente tive a possibilidade de constatar que a maior parte das pessoas com quem contactei gostaram do evento, foi interessante. Embora, penso que é para repetir, devo dar aqui uma nota que houve pelo menos um pormenor que incomodou bastante as pessoas. Foi a questão das luzes. Portanto os holofotes que lá estavam encandeavam as pessoas e não eram muito agradáveis e portanto, se calhar era uma coisa a retificar no futuro. No entanto, eventos desses, naturalmente são eventos de diversão, são importantes mas não chegam. Há outras coisas que é preciso fazer em prol da Saúde e há muitas coisas que é preciso pensarmos, se calhar termos que refletir, temos que discutir. Há aspetos que são urgentes de falar inclusivamente por exemplo, o futuro do Hospital de Oliveira de Azeméis. Não sabemos exatamente o que é que se está a passar em relação a isso e aos ruídos sobre a questão da Urgência se vai continuar, se não vai continuar. Na reunião anterior foi dado aqui nota que não tínhamos diretor executivo, penso que agora já toda a gente sabe que agora já temos um diretor executivo no ACES e aproveito para felicitar, aqui na Assembleia, o Drº Miguel Portela como presidente que foi eleito para a nossa ACES para quem não sabe, penso que já toda a gente deve conhecer. E em consequência disso penso que é urgente realmente agendarmos uma reunião da Comissão de Saúde porque é o lugar onde se calhar temos de conversar e discutir todas essas situações e chegarmos a conclusões mais, enfim, mais evidentes sobre as necessidades do nosso concelho e era tudo.* =====

===== *Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.*

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. Naturalmente que também me associo às palavras que já foram proferidas relativamente à Junta de Freguesia de Carregosa, na pessoa do Senhor Presidente, Senhor Diamantino de Melo e portanto dizer que é com muito prazer e satisfação que aqui estamos para a realização desta Assembleia Municipal que em boa hora o Senhor Presidente decidiu fazer fora da cidade e portanto nesta perspectiva de descentralização nos deixa naturalmente satisfeitos. Relativamente e já agora permita-me que faça uma observação, relativamente a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa que disse, e eu tomei nota com a sua caneta bonita e que escreve bem, disse o Senhor Presidente que: Carregosa precisava era de ter um bom, dinâmico e inteligente Presidente de Junta, eu deixe-me dizer-lhe: Carregosa tem um bom, dinâmico e um inteligente Presidente de Junta e só não vê quem não quer ver e portanto basta passarmos por Carregosa e percebermos*

a transformação que aqui se operou nos últimos anos e bem como o dinamismo desta terra e destas gentes que, ainda ficou bem patente no passado fim-de-semana quando o Senhor Bispo do Porto e Senhor Bispo auxiliar, o Senhor Dom Manuel Clemente e o Senhor Dom João Lavrador vieram os dois aqui à Freguesia de Carregosa na inauguração, de mais uma, neste caso a Casa Paroquial e não só da Casa Paroquial também de um órgão de tubos na própria igreja. Portanto mais uma vez se prova o dinamismo desta freguesia que tem na minha opinião, e não é só a minha, um excelente Presidente de Junta e aquilo que queremos é que continue a fazer o seu trabalho para bem de todos sem exceção. Relativamente às questões que foram colocadas o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque, o Senhor Amaro Simões, tocou num ponto importante que tem a ver com a agregação das freguesias e lembrou e bem o bónus dos 15% se decidirmos. Eu acho que essa é uma decisão que está tomada e que reúne o consenso político de em Oliveira de Azeméis nós decidirmos e fazermos uma proposta. Para isso vamos ter que ainda de partir alguma pedra num grupo de trabalho, numa comissão de trabalho que está criada e que terá que reunir na próxima semana, temos só se calhar hoje ainda agendar essa mesma reunião porque há aqui algumas incompatibilidades relativamente à próxima segunda-feira, mas havia um momento que para nós consideramos importante do ponto de vista da estratégia a definir nesta matéria, que era o congresso da Associação Nacional de Municípios que se realiza amanhã e portanto vamos aguardar por aquilo que aconteça amanhã. Eu também, mas é minha convicção pessoal, eu acho que vai haver Reforma e portanto acho que vamos ter de tomar decisões. Será sempre melhor sermos nós a decidir que outros decidirem por nós, porque nós mal ou bem conhecemos o terreno e portanto melhor que ninguém sabemos quais é que são os pontos fortes e os menos fortes e onde podemos e devemos trabalhar. Gerou-se alguma confusão na sociedade civil quando os dois partidos da coligação que suportam o governo não chegaram a acordo relativamente à Lei Eleitoral Autárquica e as pessoas disseram pronto então tudo que diz respeito às autarquias vai cair, não é verdade, até porque como sabe a agregação/ fusão das freguesias faz parte do memorando de entendimento da Troika e portanto não tem a ver, a Lei Eleitoral Autárquica não fazia e nem sequer estava, não estava e nem tem que estar e portanto esta é uma matéria que nós vamos ter que discutir. Vamos ter que decidir em Sede de Executivo e vamos ter de discutir também em sede de Assembleia Municipal e portanto teremos esse tempo de discussão. O limite é até ao dia 14 de Outubro e não temos muito tempo, mas também deixe-me dizer que pelo menos aquilo que vamos vendo é que quando há muito tempo para discutirmos estas matérias depois começam a discutir mais questões laterais, outras questões pessoais, outras questões que inquinam a própria discussão. Nós já fizemos um levantamento exaustivo, reunimos com todas as Juntas de Freguesia, com todas as Assembleias de Freguesia. Temos esse levantamento feito e julgo que vamos ter que tomar uma decisão também no Município de Oliveira de Azeméis porque é sempre melhor sermos nós a decidir do que outros decidirem por nós. E portanto Senhor Presidente seguramente que do ponto de vista extraordinário temos outros assuntos a tratar também em Sede de Assembleia Municipal nomeadamente a aprovação do PDM que já foi aprovado em reunião de Câmara, mas

naturalmente não queríamos nem queremos que essa seja uma discussão limitada no tempo, ou seja, que as pessoas estejam a olhar para o relógio e que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esteja a chamar à atenção para as intervenções. Queremos que essa seja uma discussão livre, porque é em Sede de Assembleia Municipal e o PDM está pronto para ser aprovado, discutido primeiro e aprovado depois em sede de Assembleia Municipal, portanto todo esse trabalho está concluído, já foi levado a Reunião de Câmara e portanto também será uma das matérias que teremos o mais rapidamente possível discutir em sede de Assembleia Municipal. Quanto às questões colocadas pelo Senhor Deputado Miguel Portela, que eu também aproveite publicamente para saudar nas novas funções que tem pela frente, uma tarefa difícil num setor tão sensível e tão importante para as pessoas como é o setor da saúde à qual eu desejo, já tive oportunidade de o fazer logo que tive conhecimento da sua indigitação, mas faço-o agora publicamente e com o qual a Câmara Municipal tem trabalhado semanalmente em diversos assuntos que dizem respeito às questões da saúde do nosso Município. Queria lhe dar nota que quanto à questão da Praça da Cidade é um tema que tem sido falado muitas vezes em sede de Reunião de Câmara, aqueles painéis não foram roubados, aqueles painéis descolaram-se e caíram e na próxima quarta-feira nós temos uma reunião, aliás isto foi uma informação que eu dei também aos Senhores Vereadores do Partido Socialista, na última reunião de câmara, que seria ou na segunda, ou na terça, ou na quarta, porque o engenheiro da Soares da Costa faz parte de uma comissão dos parques de estacionamento e portanto tinha uma reunião em Lisboa e não podia acertar, portanto é na quarta-feira que vamos reunir com eles e que vamos decidir definitivamente essa questão, porque eles agarram-se ali a pequenos pormenores e nós não queremos que seja outro empreiteiro a fazer aquilo, porque no caso de não ficar bem depois quem tem responsabilidades e quem deve fazer fica completamente ilibado das mesmas e portanto nós queremos, como aquilo ainda está em garantia, queremos que isso seja feito pela empresa Soares da Costa. Quanto à questão da intensidade da atividade de fim-de-semana, a agenda é de cada um e portanto é um atrevimento isto que eu vou fazer, mas o Miguel Portela podia ter ido ao Sarau e podia ter ido à Noite Branca porque a Noite Branca acabou às duas da manhã. A chuva começou à uma e quarenta e cinco e portanto ainda dava para ver as duas coisas. Mas naturalmente que tem a ver com a programação, nós discutimos isto também internamente, só que há aqui questões que depois e datas que são complicadas e felizmente, e ainda bem que as duas iniciativas se complementaram e foram as duas um sucesso. Aliás tudo aquilo que diz respeito à Rede Social e ao 10º Aniversário da Rede Social tem decorrido com muita participação, nesse mesmo dia houve uma caminhada de manhã ao Parque Temático Molinológico. Levou muita gente durante a manhã e portanto há um conjunto de iniciativas que assinalam esse 10º Aniversário e tem corrido muito bem. Deixe-me que lhe diga que a concorrência era enorme, porque em diversas freguesias também havia desfolhadas. Os ranchos folclóricos também escolheram aquele dia e portanto depois também é muito complicado nós quando pedimos a um rancho - olhe não marque neste dia porque vai haver isto, eles dizem - os públicos são diferentes e portanto isto demonstra o dinamismo e a vida que a nossa cidade e o

concelho tem, quando muitas vezes ouvimos muita gente a dizer que a cidade não tem vida que a cidade à noite parece uma coisa deserta e depois às vezes somos confrontados com isto, veja bem passado algum tempo vem cá dizer, afinal tem vida a mais, ou seja, tem muita coisa tem que se conciliar. Bem, se nós falarmos daquilo que vai acontecer por exemplo neste fim-de-semana que começa hoje, amanhã é uma verdadeira loucura do ponto de vista de iniciativas, as Papas de S. Miguel fazem a entronização dos novos confrades, desde a manhã até ao meio da tarde, em Nogueira do Cravo há a inauguração dos balneários do Real Clube Nogueirense, hoje, amanhã e Domingo há um torneio Interassociações de Futsal Feminino, há a Feira das Coletividades, no Pinheiro da Bemposta, há o Grande Prémio do S. Paio no Domingo, no Pinheiro da Bemposta, a Banda de Santiago faz um concerto também durante o fim-de-semana, há a abertura de uma exposição de caricaturas na Galeria Tomás Costa. Isto é só amanhã, deve haver ainda mais coisas, pois eu sei que há mais coisas mas também não vamos cansar as pessoas com tanta coisa. Percebam que é muito difícil agora isto não pode ser esticado para ser um fim-de-semana sempre com atividade o nosso concelho tem, ainda bem, muita atividade e felizmente que as iniciativas têm decorrido bem. Permitam-me, já agora também respondendo à Senhora Doutora Helena Santos e ainda ao Doutor Miguel Portela relativamente à Noite Branca, pelo seguinte, a Câmara Municipal e está aqui o Senhor Vereador que teve essa responsabilidade, que foi o Senhor Vereador Pedro Marques, teve também a UAC através da sua coordenadora Doutora Madalena Gomes teve um trabalho importantíssimo também na dinamização, mas permita-me e ninguém leve a mal, que eu destaque aqui os comerciantes da zona pedonal foram inexcelíveis, inexcelíveis e portanto muito do mérito, muito do sucesso, nós recebemos inúmeras mensagens de parabéns das mais diversas maneiras na Câmara Municipal, mas eu acho que os comerciantes é que estão de parabéns porque eles demonstraram que o comércio quando quer também pode ter excelentes iniciativas e foram, repito, inexcelíveis e portanto será seguramente uma iniciativa a repetir a ser melhorada porque há sempre coisas boas e coisas más. A Doutora Helena Santos falou na questão da luz e houve também algumas situações com a EDP naquilo que foi o fazer o bloqueio, ou seja, havia muitas zonas da cidade que estavam todas escuras, porquê? Porque ainda não dá para apagar só uma rua ou outra e portanto quando se apaga uma rua apaga-se uma zona e houve ali por exemplo o Jardim Público estava às escuras e portanto são coisas a melhorar, mas naturalmente que pesados os prós e os contras a opção foi fazer esse bloqueio para que o branco pudesse realmente sobressair na noite. Quanto ao Senhor Ramiro Rosa aquilo que falou do Calvário, seguramente que o Professor Leonel hoje tem pena que é em Carregosa e ele não vem à Assembleia Municipal, porque ele diz que quando é fora da cidade nunca vem, mas ele hoje gostaria de falar porque ele insistentemente falava nesta situação. Só dar nota do seguinte: as obras do Calvário não estão terminadas, ou seja, estamos na primeira fase e a primeira fase decorreu com alguma pressão relativamente à realização das festas da La-Salette não vale a pena dizer o contrário. Portanto vamos entrar na segunda fase, ainda hoje de manhã eu e o Senhor Vice-presidente recebemos um morador não daquela zona do Calvário mas de outra zona perto do Calvário a pedir também para se poder fazer ali uma

intervenção. Há ainda demolições a fazer; há alargamentos ainda a fazer; há muros a fazer e há também pavimentar aquela zona toda porque naturalmente aquilo fica bem também com um novo pavimento e o tempo de espera obriga a que aquela seja uma boa intervenção, mas eu tenho também aqui de agradecer aos moradores que no início estavam todos desconfiados da intervenção e que a meio da intervenção foram todos também espetaculares nas cedências e todos a procurar encontrar soluções, - eu falo com aquele, ele também deita abaixo e aquele também vai deitar o muro e seguir deitamos este e a seguir deitamos aquele, e portanto foi um bocadinho gerido no tempo ali também algumas intervenções e portanto nós temos que iniciar a segunda fase para podermos concluir esta intervenção tão desejada no Calvário. Quanto à última questão que a Senhora deputada Helena Santos colocou relativamente ao Hospital, é verdade que naturalmente que estamos todos preocupados com as notícias e com o estudo que foi feito relativamente à questão das Urgências e portanto como sabe o estudo apontava para o encerramento de dezasseis Urgências de Hospitais em Portugal, temos falado relativamente a essa matéria, a Câmara Municipal tomou uma posição de repúdio e contraria a essa decisão, naturalmente que mostramos os nossos argumentos. Eu tenho conversado com os responsáveis da área da saúde e também do ponto de vista das preocupações do Entre Douro e Vouga chamava à atenção para uma posição que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira tomou recentemente relativamente a essa matéria, chamando à atenção para aquilo que nós temos vindo a dizer, sendo uma posição uma posição compatível com a nossa que é: a encerrar-se as Urgências do Hospital de Oliveira de Azeméis o funcionamento das Urgências de São Sebastião em Santa Maria da Feira tornar-se-ia caótico. E portanto se já hoje o funcionamento de Santa Maria da Feira é algo preocupante, nomeadamente o tempo médio de espera nas Urgências, se em média são quarenta mil serviços de urgência prestados em Oliveira de Azeméis, pelo menos registados estatisticamente, porque a estatística vale o vale e eu olho ali para o Senhor Deputado Bruno Aragão que às vezes temos aquelas discussões relativamente à estatística, porque estes números não são números corretos, porque nós também conseguimos demonstrar isto e demorou algum tempo, mas conseguimos demonstrar que estes quarenta mil em média nos últimos três anos de urgências em Oliveira de Azeméis não é um número correto, porquê? Passo a explicar: Um doente que entre no serviço de urgência de Oliveira de Azeméis, que seja triado e que seja encaminhado posteriormente para Santa Maria da Feira essa urgência conta em Santa Maria da Feira e já não conta em Oliveira de Azeméis e portanto são inúmeros casos, basta ir ao hospital de Oliveira de Azeméis falar com os enfermeiros e com os médicos eles são os próprios a dizer que essas pessoas lhes ocupam o tempo são ali tratadas, são ali triadas e depois vão para a Feira já encaminhadas e portanto poupam ali algum tempo depois de trabalho na Feira e contabilisticamente, estatisticamente são contabilizadas na Feira e não em Oliveira de Azeméis. Isso é uma regra da saúde, mas portanto só para dar nota que estes números, muitas vezes dizer: Oliveira de Azeméis só tem quarenta mil urgências, não é só, ou tem quarenta mil urgências, não é verdade, tem mais e isso prova-se inclusive até com o fluxo de ambulâncias se falarmos com os bombeiros de Fajões, de Oliveira de Azeméis, de Vale de

Cambra e de Arouca que levam muitos doentes para a nossa Urgência. E portanto temos que estar atentos e temos naturalmente que continuar a trabalhar e faz todo o sentido, aliás eu já tinha dito isso em reunião de Câmara ao Senhor Vereador Hélder Simões, faz todo sentido reunirmos a Comissão de Saúde para definir a estratégia que deve ser conjunta porque se há matérias que nos une esta é seguramente uma delas e portanto vamos reunir brevemente o Grupo da Saúde. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Hugo Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Ul. =====

===== Muito boa tarde Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros colegas. Senhor Diamantino em especial muito obrigado por este acolhimento. O assunto que me trás cá é a recente publicação de uma candidatura feita pela ADRITEM e pela Câmara Municipal às Aldeias de Portugal, candidatura essa que acabou por qualificar a freguesia de Ul como uma das escolhidas, das dezanove, Ul depois desta candidatura passa a ter a marca de Aldeia de Portugal, decisão essa que nos deixa a nós, a mim Presidente de junta de freguesia, a todos os Ulenses, associações e todas as entidades da freguesia satisfeitos com esta decisão. É claro que sabemos da responsabilidade acrescida que vamos ter com este desafio e com esta marca que nos foi concedida. Já que temos uma comissão de trabalho e dessa comissão de trabalho, da qual eu faço parte, o trabalho que me fui designado foi reunir com as associações e perceber ao certo qual a vontade em participar em estarem prontas para começarem a trabalhar nesta dinâmica que vai ser preciso criar na freguesia de Ul. O resultado foi um resultado positivo, todas as associações estão dispostas a colaborar, duas delas com a dinâmica de associativismo já apresentaram dois projetos, projetos esses que vão acolhidos com toda a certeza para ajudar na dinâmica da freguesia. Nomeadamente a própria igreja demonstrou disponibilidade para colaborar e para levarmos o nosso trabalho mais longe e mostrarmos que somos capazes de realmente defender essa marca como uma mais-valia para a freguesia e não só, também para o Município de Oliveira de Azeméis e para todas as outras freguesias que fazem parte deste mesmo município. Em tom de brincadeira acabamos por numa reunião, mesmo com as associações, dizer-se que Ul não tinha condições para ser uma vila, tal e qual como Carregosa, não tinha condições para ser uma cidade, porque lhe faltava os multibancos, faltava isto, faltava aquilo, mas na verdade acabamos por ter alguma vantagem em podermos ter uma aldeia com o nome de “Aldeia de Ul” que irá no futuro levar o nosso concelho mais longe, irá com toda a certeza representar o nosso município o melhor que pode. Muito obrigado a todos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra a Senhora Dr.ª Ana Neves, do PSD. =====

===== Boa tarde a todos. O escultor Paulo Neves inaugurou no pretérito dia 30 de junho num mato de Cucujães, uma galeria designada “ O mato” dedicada a difundir a obra de criadores nacionais e estrangeiros nesse meio rural, que considera “ o centro do mundo.” O projeto resulta de uma ambição antiga de Paulo Neves, que defensor de que “ Cucujães é o centro do mundo” quis criar no bosque contíguo ao seu ateliê “um espaço para encontro de artistas e fusão de experiencias” no qual a primeira exposição reuniu 122 trabalhos de pintura, desenho, fotografia, escultura e gravura por artistas de 11 nacionalidades diferentes. Esta galeria encontra-se aberta ao público e desde a sua abertura até à presente data tem sido visitado por inúmeras pessoas de norte a sul do país, norte de África e de vários países da Europa. Trata-se de um escultor com maior número de obra pública em Portugal, sendo reconhecido quer pela principal crítica artística nacional e internacional, quer pelos seus pares. Um bem-haja a Paulo Neves. Há 10 anos atrás, a 10 de julho reunia pela primeira vez o Conselho Local de Ação Social de Oliveira de Azeméis (CLASOA), fórum criado no âmbito do programa de implementação da Rede Social. A apresentação do logotipo da Rede, um painel temático sobre “ A Rede Social em análise: o seu papel no desenvolvimento do país e do município e a apresentação do Observatório Social assinalaram este dia. Mais recentemente, realizou-se o Sábado em Rede, a 22 de setembro, tendo-se iniciado uma caminhada ao Parque Temático Molinológico, com a participação de mais de 200 caminhantes das diferentes freguesias. À noite no Cine Caracas – Sarau da Solidariedade onde foram reconhecidos os parceiros da Rede Social. Estas comemorações terminarão no próximo dia 17 de outubro, Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza. Num cenário socioeconómico em permanente mudança e com crescentes necessidades e desafios ao nível da intervenção social, a implementação de um Observatório Concelhio vem fortalecer a aposta da autarquia na criação de um instrumento de sistematização de informação de âmbito local. A eficácia da intervenção social só é possível na articulação de todos os agentes sociais. O Observatório Social vai permitir multiplicar os resultados da intervenção, de cada um e cada um de nós que construímos uma comunidade em que cada pessoa tenha condições para se integrar e se realizar em plenitude. De facto estes 10 anos de trabalho em parceria, traduz-se numa vasta intervenção social promotora da melhoria da qualidade de vida de muitos oliveirenses, só possível graças ao esforço congregador de recursos humanos e materiais das instituições e da sociedade civil. A todos os parceiros liderados pela Câmara Municipal um bem-haja por todo o trabalho feito em prol dos mais desfavorecidos. Há três meses, o Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social, Dr. Marco António Costa, presidiu à cerimónia da Escola Soares de Basto, situada na freguesia de Palmaz. Com as obras de requalificação e reabilitação a antiga escola dá agora lugar a um Polo Multigeracional com vida, onde o diálogo e a interação entre as diferentes gerações dão o mote e estando vocacionado para a realização de atividades lúdicas, formativas, científicas e desportivas. Com uma programação mensal constituída por diversas atividades, desde a informática, hora do conto, culinária, atividade física, jogos tradicionais, etc... tudo se tem feito para contribuir para o crescimento desta comunidade, bem como para a

preservação da memória e identidade da freguesia de Palmaz. A escola básica Comendador Ângelo Azevedo, S. Roque, escola sede do Projeto – Clube de Inteligência Emocional na Escola – Aprender a Ser Feliz, decidiu promover e organizar o primeiro Congresso Internacional em todo o mundo. O Congresso foi organizado em parceria com a Universidade de Aveiro e a Plataforma Aberta – Associação Internacional para o Desenvolvimento da Educação Emocional. Com este Congresso pretendeu-se conhecer a produção da investigação científica da Inteligência Emocional a um nível global (pesquisa, desenvolvimento, treino, implementação, suporte e avaliação), de forma a poder oferecer recursos e técnicas educacionais que possam facilitar e promover a infância, como um modelo de atuação envolvendo a escola, a família e a comunidade. O Núcleo de Atletismo de Cucujães, através do seu departamento de atividades juvenis e em parceria com o Instituto Português do Desporto e Juventude, organizou o Campo de Trabalho Internacional “Vamos Ajudar” que decorreu entre os dias 5 e 19 de agosto, na Escola EB2,3 Dr. Ferreira da Silva, contando com a presença de 18 jovens de 9 nacionalidades. Realizaram diversos trabalhos de natureza sócio comunitária, limpeza de espaços públicos na Junta de Freguesia de Cucujães e no Museu Regional de Cucujães, animaram os idosos na Fundação Manuel Brandão e no Lar Santa Teresinha. No dia 15 de setembro a Quinta do Covo acolheu o encontro anual da “Acreditar” que proporcionou um dia diferente às famílias de crianças e jovens com cancro. Numa organização da família Resende e com apoio da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis, associações e voluntários de Oliveira de Azeméis, proporcionaram um conjunto de atividades, cujos participantes jamais esquecerão: jogos tradicionais, demonstração de canídeos e animação cultural. A autarquia não podia ficar indiferente a esta causa, dado que considera que a saúde é bem precioso e as famílias que vivem uma situação de cancro devem ter o auxílio da comunidade de modo a minimizar o seu sofrimento. A Acreditar é uma Instituição Particular de Solidariedade Social que pretende ajudar as crianças e as respetivas famílias a superar melhor os diversos problemas que se colocam a partir do momento em que é diagnosticado o cancro, contribuindo para fomentar a esperança. A Acreditar vive essencialmente dos apoios dos seus associados e amigos, do trabalho dos voluntários e de um reduzido corpo de pessoal administrativo. É de salientar que a experiência mostra que a solidariedade é um fator de extrema importância para ajudar a minimizar os problemas causados por esta doença. Por último, importa recordar o “ Passeio dos Idosos de Cucujães”. A Junta de Freguesia de Cucujães, com o apoio da Câmara Municipal, promoveu no passado dia 14 o habitual “ Passeio dos Idosos”, com destino a Vila Praia de Âncora, uma iniciativa que voltou a ser um sucesso e a despertar grande adesão e entusiasmo entre a população local. Nesta ação de grande alcance social que merece continuidade, é importante realçar que, além de grande encontro da família Cucujanense, esta jornada de animação coletiva e convivência popular é para muitos, uma oportunidade única de sair de casa. Esta ação, como sempre visa estimular a vida ativa, quebrar o ciclo de solidão e de isolamento (que tantas vezes acompanha o quotidiano de muitos idosos), e fortalecer a sua autoestima e, acima de tudo, ser uma iniciativa solidária, cooperante e humanizada para com

este grupo da população, que espera carinho de todos nós e o reconhecimento pelo contributo que já deram para o engrandecimento de Cucujães. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. João Osório, do CDS/PP. =====

===== Muito obrigado Senhor Presidente da Assembleia Municipal, muito boa tarde aos Senhores Secretários, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, aos Senhores Vereadores, aos Colegas Deputados, estimado público, comunicação social a todos uma boa tarde. Já foi aqui referido pelo Senhor Presidente e eu não podia de deixar de estar de acordo, até porque precisamente faz hoje três meses que fiz aqui, em Oliveira de Azeméis, antes de mais um agradecimento ao Senhor Diamantino Melo pela receção aqui neste magnífico Auditório da Junta de Freguesia de Carregosa, precisamente há três meses efetuei uma intervenção sobre precisamente a Reorganização Administrativa. Aliás está convertida na Ata que vai ser objeto de aprovação e também com as considerações e respostas do Senhor Presidente. Eu confesso que na maioria das situações estou de acordo e sou também daqueles que pensa que a Reforma vai para a frente, é uma reforma coxa, mas isso é uma outra situação, falou em relação à Lei Eleitoral mas estamos aqui a falar sobre a Reorganização. No fundo esta Reorganização funde-se em agregação de Freguesias. E na altura eu falei e foram três meses, eu sei que há uma Comissão criada para o efeito, pedi na altura esclarecimentos, o Senhor Presidente fez o favor de dizer que haveria de convocar uma reunião, eu confesso que até ao presente momento não sabia que teria ou não havido a reunião, mas pelo que soube há pouco parece que ainda não houve. Também sei que temos prazos, o Senhor Presidente dizia que era 14, eu dizia que era 15 de outubro, porquê? Porque 15 de outubro era o dia útil a seguir ao domingo. Só que eu tenho também uma ideia como o Senhor Presidente tem, que é a Assembleia Municipal nós temos que resolver os nossos problemas e portanto não vamos deixar a outros, neste caso a uma Unidade Técnica, bem sabemos que a Associação Nacional de Municípios não indicou elemento para a unidade técnica, a ANAFRE também assim o fez, mas apesar de o Ministro que fala desta Reforma não vir falar, posso-lhe dizer que na terça-feira na Rádio Renascença o Secretário de Estado, Paulo Júlio, falou que esta Reforma seria irreversível. Então, assim sendo, temos que trabalhar. Trata-se de um problema político e para problemas políticos tem que haver soluções políticas. Sabe, as decisões, o que cabe à Assembleia Municipal é a emissão ou não de uma prenúncia e essa prenúncia tem de ser debatida, o quanto mais consensual possível como é óbvio não vai agradar a toda a gente, mas tem que ser feita e as decisões têm que ser: há dois requisitos pelo menos, têm de ser lidas, esclarecidas e ponderadas eu espero que ela assim seja e é nesse sentido. Sei que também já prestou esclarecimento que também vai haver alguma reunião da Associação Nacional de Municípios, todavia a fazer parte da Câmara Municipal na Associação Nacional de Municípios não obriga a vincular-se a qualquer decisão, porque também há outros Municípios que já se manifestaram quanto à não pronúncia e têm esse direito

e outros pelo contrário estão a trabalhar com as Juntas de Freguesia através das Comissões criadas para o efeito, que nós temos, ou mesmo através de Comissões permanentes que nós não temos aqui na Assembleia Municipal. Por isso, passado este tempo tive que o fazer, o Senhor Amaro Simões assim também veio aqui falar e dar esta pista no sentido de que a decisão urge e terá que ser discutida e portanto depois em princípio será também em Sede de Executivo. Como disse atrás, creio que será um problema político, há, digamos, enfim, alguém, porque isto tudo tem um ónus, tem um encargo e tem um ónus político, porque nós sabemos que para o ano vai haver eleições autárquicas, portanto nessas coisas temos de falar muito frontalmente porque vai mexer em situações. Eu também sou daqueles que acreditam que isto vai para a frente, mas se vai par a frente temos de tomar decisões, para se tomar decisões tem que se reunir, não é verdade? De maneira que queria deixar este ponto só para lembrar, até porque acho que tenho alguma legitimidade porque precisamente em 28 de junho, há três meses, fiz esta intervenção. Para finalizar também gostava de congratular pela nomeação para Diretor Executivo da ACES - Entre Douro e Vouga o Miguel Portela, esperando que possa contribuir para a promoção da saúde na região e dando um especial interesse e enfoco na defesa do Hospital de S. Miguel. Muito obrigado pela atenção Senhor Presidente. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS. =====

===== Muito obrigado Senhor Presidente. Sintam-se todos cumprimentados na pessoa do Senhor Presidente. Permita-me naturalmente particularizar as pessoas de Carregosa na pessoa do seu Presidente de Junta. Senhor Presidente ainda bem que falou da estatística, efetivamente a estatística ajuda-nos a pensar, mas mais do que ajudar-nos a pensar obriga-nos sempre a respostas concretas e é nesse sentido que eu volto novamente à questão da Saúde no concelho de Oliveira de Azeméis. A saúde é, como mostram vários estudos, das áreas que mais influi para a perceção de qualidade de vida das pessoas. Uma comunidade sente-se tão mais segura quanto melhores forem os cuidados de saúde que têm disponíveis, mas também da noção acessibilidade a esses mesmos cuidados. Ora, esta perceção é sempre negativamente afetada quando o sistema está em alterações constantes, quando não se conhece de forma clara e inequívoca as opções dos responsáveis, mas sobretudo quando não se veem as suas ações concretas. Na Reforma do Serviço Nacional de Saúde iniciada pelo anterior Governo, era Ministro António Correia Campos, o Hospital de S. Miguel viu perder algumas valências, de forma muito visível viu perder a maternidade. Apesar disso, no sentido verdadeiro de Reforma, Oliveira de Azeméis ganhou urgências básicas dignas desse nome capazes de servir dignamente as pessoas, ao mesmo tempo, não perdeu capacidade de responder com eficácia nas áreas da maternidade. Na mesma altura iniciou-se aqui, como no País, uma verdadeira política de proximidade criando as Unidades de Saúde Familiares, uma resposta em termos de cuidados de saúde verdadeiramente consistente e eficaz, a isto se chama uma reforma sustentada, aquela que é capaz de alterar o

sistema, diminuir os seus custos, mas não esquecendo o objetivo central servir ainda melhor as populações e isso aconteceu efetivamente em Oliveira de Azeméis. Um serviço de Urgência finalmente capaz de responder à altura, indicadores de natalidade melhores após a reforma dos serviços de maternidade, efetivamente, conseguimos diminuir ainda mais a mortalidade infantil e estou a falar de estatística e após essa reforma do Partido Socialista, Portugal foi apontado como país do mundo com a menor taxa de mortalidade infantil. Menos custos, menos recursos, mais eficácia, maior serviço às populações. Repito, a isto se chamam reformas sustentadas, não só pelos resultados, mas pelos estudos que as suportam. Podemos não concordar com as opções, mas não podemos negar os resultados. Recorde-se que na altura tivemos um investimento de cerca de meio milhão de euros nas Urgências do Hospital S. Miguel, ainda assim os estudos eram claros ao definirem uma nova Unidade Hospitalar nesta região, definindo claramente Oliveira de Azeméis como centro geográfico e estratégico para potenciar o seu serviço. O estudo pareceu tão claro que os municípios foram tomando posição num jogo sempre difícil pela disputa de uma unidade deste tipo. Naturalmente que a Saúde tem uma dimensão regional. Pensá-la no âmbito restrito de um município prejudica e dificulta a análise, mas não confundamos as águas, uma coisa é desejar ter Unidades de Saúde o mais perto possível, idealmente em todos os municípios e com extensão para as freguesias, os tempos não são esses, não só porque tecnicamente não parece haver vantagem, como os recursos são poucos e limitados e a conjuntura difícil. Outra coisa diferente é assegurar que, independentemente de a sua distribuição geográfica se fazer por este ou por aquele concelho, estamos capazes de assegurar a todos os cidadãos um acesso universal, responsável, rápido e consentâneo com os padrões que nesta altura nos parecem mínimos. Qualquer retrocesso tem custos efetivos na qualidade de vida das pessoas e necessariamente o que parece agora servir para poupar uns cobres, significará a médio e longo prazo o agravamento dos níveis de saúde como apontam já alguns estudos, tornando o sistema menos eficiente, mais oneroso e pior. Isto, ao contrário do que dizem, não é uma Reforma, é contenção momentânea de custos, corte cego e insensibilidade social. Chamem-lhe o que quiserem, não lhe chamem Reforma. Mais grave ainda e muito mais oneroso é travar uma Reforma a meio, supostamente iniciando uma nova contrariando estudos prévios, não apresentando justificações devidas que não as que se limitam aos custos, até essas são mal apresentadas e claramente equivocadas. A proposta de desclassificação da Urgência do Hospital de S. Miguel, a sua substituição por uma outra de menor abrangência, não representam nem para o concelho, nem para a região, uma alternativa credível. Os Oliveirenses terão uma resposta menos efetiva noutras Unidades que, já agora sobrecarregadas não estarão capazes de responder a ninguém, a expensas de alguns números de momento toda uma região fica prejudicada. Os longos tempos de espera que caracterizam o Hospital de S. Sebastião serão necessariamente agravados, disso ninguém duvida, mas essa parece não ser a questão central. Por isso mesmo, uma resposta clara do Executivo Municipal é fundamental, mais do que uma resposta clara ações efetivas que permitam evitar um mau serviço e uma reforma economicistas que trabalha os números. Senhor Presidente, em Oliveira de Azeméis, como já se referiu, a

Comissão de Saúde não reúne há meses, se o tivesse feito talvez se tivesse apercebido como o Hospital S. Miguel tem sido esvaziado (é este o termo), como os seus equipamentos têm sido trocados e não substituídos e a resposta francamente diminuída. Justificar o encerramento de serviços, porque afinal já pouco respondem e são uma ilusão de proximidade, não é sério quando feito desta forma. Obviamente que quando se tiram condições não se podem prestar serviços e o raciocínio é sempre muito simples: 1) – Não se prestam serviços, logo não há utentes, logo podem ser encerrados. O que sabemos é que não há uma estratégia Municipal clara, definida, conhecida pela qual todos possamos batalhar. Não há nenhum tipo de proatividade, temos estado numa postura puramente reativa que se escuda numa ou noutra opinião e comunicado. Nesta como em muitas áreas a posição tem de ser muito clara. Não basta dizer que se gosta muito e se quer muito o Hospital de S. Miguel a servir as populações, não nos podemos escudar sempre na crise nacional para explicar tudo. Trocar uma Urgência Básica, desclassificando-a, por Ambulância mesmo com nome simpático de SIV – Suporte Imediato de Vida, não é definitivamente uma alternativa. Entre outras coisas, porque não está explicado como suprimos as necessidades das pessoas de Oliveira de Azeméis e muito menos porque não se encontra nenhum estudo que nos mostre as vantagens desta nova opção. Mais do que respostas vagas Senhor Presidente, muito claramente, o que defende o Presidente de Câmara sobre esta matéria, que explicação tem para não reunir ainda que mesmo com caráter de urgência a Comissão de Saúde e que ações concretas irá tomar para evitar o que parecer ser o desfecho mais provável desta situação? Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Francisco Borges, do PSD. =====

===== Senhor Presidente da Assembleia e respetivos Secretários, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Colegas Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores, boa tarde a todos. Na qualidade de Carregosense, desejo a todos as boas vindas a esta Vila e que tenham uma boa estadia. Quero dar-vos testemunho da inauguração da nova residência paroquial, efetuada no pretérito dia 16, com pompa e circunstância. Para além das entidades presentes, nomeadamente o Senhor Presidente da Câmara, quero realçar a aderência e participação da população Carregosense que é de enaltecer e louvar, é caso para dizer – “o homem sonha e a obra aparece”, apesar das dificuldades que se vivem nos tempos atuais, o que mostra a grandeza e qualidade dos Carregosenses, estamos todos de parabéns. Uma palavra especial para o Senhor Padre Artur, que foi de facto o motor de todo o movimento para que a obra fosse realidade. Todos nós fomos surpreendidos com notícias que surgiram, a algumas semanas atrás, acerca de um estudo que apontava para o encerramento da Urgência do Hospital de Oliveira de Azeméis, de facto, a nossa surpresa foi enorme porque como é do conhecimento de todos o Estado Português fez não há muito tempo um investimento considerável na requalificação das mesmas Urgências e não nos parece que do seu

encerramento resulte uma melhoria dos serviços prestados aos cidadãos. Sabemos que se trata apenas de um estudo e também sabemos que o Ministério da Saúde já foi assumindo que algumas daquelas orientações não são para serem seguidas. Passadas que estão já algumas semanas sobre a revelação pública desse estudo, gostávamos de saber se a Câmara Municipal tem conhecimento de mais algum desenvolvimento sobre o assunto? É que não podemos baixar os braços e julgo que é pertinente que possamos todos dar o nosso contributo para que tal injustiça não aconteça a Oliveira de Azeméis e aos oliveirenses. E porque estou a falar de saúde não posso neste momento de deixar de saudar a nomeação como diretor do ACES Aveiro-Norte - Entre Douro e Vouga 2 Aveiro Norte, do Membro desta Assembleia Municipal, Dr. Miguel Portela, trata-se de um cargo de imensa responsabilidade, estamos certos que desempenhará com o máximo de rigor não deixando também nessa qualidade de defender e acautelar aqueles que são os mais legítimos interesses da nossa terra. Por último, falo naturalmente na necessidade de reforçar os Centros de Saúde com mais recursos humanos, possibilitando que as Unidades de Saúde que se encontram por esse motivo encerradas, nomeadamente: S. Martinho da Gândara; Palmaz; Fajões; Pindelo e Travanca possam retomar o excelente trabalho que durante anos e anos viveram em prol das suas populações. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra a Senhora Dr.ª Ana Luísa Mendonça, do PSD. =====

===== Muito boa tarde a todos os presentes. Quando os pressupostos económicos são abalados pela severa crise que atravessamos, torna-se absolutamente necessária a afirmação dos valores educacionais, afinal o único capital intangível que podemos legar aos nossos filhos, aos nossos alunos para lhes garantir um futuro sustentável a médio e longo prazo. Em Oliveira de Azeméis o novo ano letivo ficou marcado mais uma vez pelo bom funcionamento e este ano pela reorganização administrativa, com a passagem de sete para cinco Agrupamentos Escolares, foram eles: Soares de Basto; Dr. Ferreira da Silva, em Cucujães; Fajões; Frei Caetano Brandão, em Loureiro e Ferreira de Castro que vão ser frequentados por uma população estudantil de mais de oito mil e quinhentos alunos. Este novo desenho funcional foi executado com todo o cuidado, garantindo acima de tudo a inclusão e a normalidade do funcionamento das escolas, com benefícios efetivos para todos os agentes ativos, em especial os alunos ou não sejam eles a única razão da existência da escola. No território educativo de Cucujães, houve a conjugação de esforços para que, tendo sido implementado o ensino secundário no justo anseio da população, com envolvimento e empenhamento da Câmara Municipal presidente da Comissão Administrativa provisória e Direção Regional de Educação do Norte, se desenvolvesse um conjunto de obras de beneficiação da escola sede, a Escola Básica e Secundária Dr. Ferreira da Silva, que passaram por obras de requalificação do edifício principal e de uma boa parte dos exteriores, bem como um assinável investimento na construção de novos laboratórios para o ensino de física/química e biologia/geologia cujas

obras se iniciam já na próxima semana. Paralelamente e não obstante o cenário de contenção orçamental, o Município investiu mais de duzentos e cinquenta mil euros quer na requalificação das infraestruturas educativas, quer no apoio social destacando-se a entrega dos Kits escolares pelo terceiro ano consecutivo aos cerca de quinhentos alunos do primeiro ano do primeiro ciclo e a distribuição gratuita de alimentação e manuais escolares aos alunos mais carenciados, não se trata de um gasto mas sim de um vincado investimento numa lógica de fazer primar o princípio, de que sem educação não há desenvolvimento. O enfoque é colocado no crescimento qualitativo dos patamares de excelência da oferta educativa, reforçando a prioridade que representa a educação para o Município de Oliveira de Azeméis. E termino com mais uma vez uma citação, desta feita do professor Giannotti, em que ele diz: “ o importante da educação não é apenas formar gente para o mercado de trabalho, mas formar uma nação, com gente capaz de pensar,” permita-me: para além das estatísticas =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra a Senhora Ana Raquel Teixeira, do PS. =====

===== Boa tarde a todos. Eu gostaria apenas de fazer uma pergunta ao Senhor Presidente, gostaria de saber se as anunciadas obras do Cine Teatro Caracas se estão terminadas, se esta casa está então preparada para ser uma referência nacional como uma casa de cultura? Obrigado. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.

===== Muito obrigado Senhor Presidente. Vou procurar responder a todas as questões que foram colocadas. Dar nota, da intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ul, relativamente à classificação da aldeia de Ul como Aldeia de Portugal, dizer que naturalmente estamos e ficamos, julgo que posso falar em nome de todos, satisfeitos com essa classificação. Mas essa denominação e essa classificação não pode em nenhuma circunstância se considerado um ponto de chegada, antes pelo contrário, tem de que ser um ponto de partida para novos desafios e para novas questões colocadas com tudo aquilo que engrandece a aldeia de Ul e que é conhecido, sabemos do pão de Ul, da regueifa, do Crasto de Ul, mas há muito mais ligado aos rios à história e à cultura que precisa necessariamente de ser valorizado de ser engrandecido para que se consiga atingir esse objetivo que foi essa candidatura e o sucesso da mesma candidatura. Dizer-lhe que, hoje mesmo, tivemos conhecimento que para além do centro de provas gastronómicas que é também uma aposta da Câmara Municipal quando comprou dois moinhos junto ali ao núcleo central e dessa candidatura também já estar aprovada, foi aprovada na ADRITEM uma candidatura dos caminhos, que é chamada - A Candidatura dos Caminhos de Ul, que vem também melhorar e de que maneira toda a zona do Parque Molinológico e não só e

portanto o trabalho que vem vindo a ser desenvolvido ao longo dos anos no Parque Temático Molinológico tem estratégia e tem naturalmente que se aproveitar todas as oportunidades e é isso que tem vindo a ser feito e esta é mais uma com sucesso. Não sei se o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ossela sabe, mas ele normalmente é muito bem informado, também a candidatura de Ossela à ADRITEM, o sonho que o Senhor José Alves tem para concretizar, também lhe posso dizer que foi aprovada e portanto em Ossela também vamos ter uma nova zona importante e sei que o Senhor Presidente da Junta tem lutado há muitos anos para atingir esse desidrato. Na classificação das Aldeias de Portugal, para além do trabalho técnico desenvolvido pela ADRITEM, permitam-me que destaque o trabalho da Junta de Freguesia na mobilização da sociedade civil. Tem sido muito importante o trabalho que a Junta tem feito nos agentes económicos, nas associações porque elas têm sido também parceiros ativos na estratégia de crescimento e desenvolvimento de toda a zona do Parque Molinológico e da questão dos moinhos e isso deixa-nos naturalmente satisfeitos. Quanto á intervenção da Senhora Deputada Ana Neves, ela vai claramente ao encontro daquilo que eu tinha dito na intervenção inicial relativamente ao posicionamento, ao trabalho, ao esforço, á dedicação do movimento associativo de Oliveira de Azeméis, tem sido impressionante mesmo em momentos de dificuldade, têm conseguido com parcerias, com imaginação, têm conseguido realizar grandes eventos. Falou em muitos deles, permita-me, não querendo menosprezar nenhum: falou na Inauguração do Polo Multigeracional de Palmaz que é para além da função que tem hoje, tem também a ver com a recuperação histórica de uma escola com história no Município de Oliveira de Azeméis, foi a primeira escola de Artes e Ofícios e portanto hoje é um edifício moderno que tem outras valências e que tem felizmente sido bem ocupado; Falou do congresso de Inteligência Emocional, foi o primeiro congresso internacional que se realizou no auditório da Junta de Freguesia de S. Roque e que teve logo na sessão e abertura pessoas tão ilustres como o Senhor Reitor da Universidade de Aveiro e o Senhor Diretor Regional da Educação do Norte e por isso também significa bem a importância da realização deste congresso; O Campo de Férias do NAC, o Campo de Férias Internacional que trouxe a Cucujães dezenas de jovens das mais diversas nacionalidades para conviverem com outras realidades e fazendo trabalho, portanto também está naturalmente de parabéns e o convívio nacional da Associação ACREDITAR, estão aqui pessoas na sala que estiveram lá, e foi um momento: - São questões que nos emocionam porque estamos a falar de crianças com cancro e de uma Associação que trabalha nessa situação, estava um calor abrasador, estava gente de todo o país e foi um momento importante, mas também aqui, permitam-me: com o apoio da Junta; da Câmara; de muitas empresas; de outras associações, mas há aqui uma personalidade que se destaca que é o Senhor António Resende, ele é que foi o verdadeiro impulsionador daquele encontro, ele sim é merecedor dos parabéns, conseguiu convencer quer a Câmara, quer a Junta, quer as Entidades, quer a Quinta do Covo também que disponibilizou as suas instalações para a realização deste encontro e portanto foi a primeira vez que muitas pessoas vieram a Oliveira de Azeméis e espero que tenham gostado e que voltem. Quanto à intervenção do Senhor Deputado João Osório, é um

pouco também na sequência da intervenção do Senhor Deputado Bruno Aragão, ou seja, o sinal de fazer muitas reuniões não quer dizer que sejamos produtivos as vezes é até negativo quando se fazem reuniões a mais, até há tendência para se fazerem se calhar até algumas coisas que eram escusadas. Mas já agora, Senhor Deputado João Osório, o senhor disse que até tem legitimidade para falar sobre esta matéria. Eu até sou uma pessoa minimamente informada, eu não sei qual é a sua opinião, também gostava de saber qual é a sua opinião, já que tem estudado tanto o assunto, qual é que a sua opinião? Como é que quer fazer? Junta quem com quem? Porque, isto de vir aqui dizer, mandar uns bitaites, isto é fácil, não é? O problema é que, o trabalho está a ser feito, o Senhor Dr. Miguel Portela participou em todas as reuniões e não só o Eng.º Joaquim Jorge, o Dr.º Ricardo Tavares e percebemos que isto não é uma equação fácil, porque há naturalmente pontos de vista divergentes e portanto há um tempo para se discutir e há um tempo para tomar decisões e ainda estamos a tempo, ainda estamos a tempo e conforme eu disse: vamos seguramente querer decidir e esperemos decidir bem. Agora, há uma questão que eu lhe quero já dizer, a decisão não vai agradara a todos isso aí é ponto assente, isso aí eu tenho a certeza absoluta vai haver satisfeitos e vai haver menos satisfeitos e portanto aquilo que importa é procurar decidir bem para o Município de Oliveira de Azeméis e estarmos todos conscientes dessa decisão que ela vai ser boa para o Município. Agora, são bem-vindas as sugestões relativamente a essa matéria, quem tiver sugestões, quem tiver ideias, que tiver propostas que as possa apresentar. Normalmente não dá bom resultado discutir isto na praça pública e andar aqui a discutir mapas e fazer ajustamentos assim publicamente, mas há-de chegar o momento em que é preciso faze-lo e será aqui na Assembleia Municipal em que o vamos fazer, vamos fazer de forma tranquila e sem grandes precipitações, espero eu. Quanto à intervenção do Senhor Deputado Bruno Aragão, Senhor Deputado, não estranhe, mas eu estou totalmente de acordo consigo. Totalmente de acordo consigo. Se calhar é a primeira vez que estamos ao longo destes anos, totalmente de acordo. Ou seja, eu sou completamente contra o encerramento das Urgências do Hospital de Oliveira de Azeméis, contra, mas contra. E que não subsista nenhuma dúvida relativamente a essa matéria. E portanto, já fiz chegar essa posição, que não minha do ponto de vista pessoal, o Executivo tomou uma posição conjunta e uma posição que eu acho que foi uma posição inteligente: que a fez chegar a todos os Grupos Parlamentares; fez chegar ao Senhor Presidente da República; ao Senhor Ministro da Saúde; à ARS, ao Diretos do Centro Hospital do Entre Douro e Vouga, e a mais entidades, (não vou estar aqui a ser exaustivo) e fez chegar uma posição inteligente na minha opinião – é uma posição da Câmara, não é minha. Depois deixe-me dizer-lhe que, nós estamos a falar de um estudo, isto também aproveito para responder ao Senhor Deputado Francisco Borges, estamos a falar de um estudo, não estamos a falar de nenhuma decisão e portanto é um estudo que naturalmente nos deixa preocupados e angustiados e que, nós frontalmente já demonstramos a nossa posição. Somos contra. E repare, tem acontecido algumas coisas e essas coisas Senhor Deputado não têm acontecido por acaso e são coisas, são situações (coisas, é um termo um bocadinho brejeiro), mas são situações que têm ocorrido e que são positivas para a nossa estratégia.

Relembro a posição ainda recentemente tomada, julgo que foi na última reunião de Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira aprovou um texto que também o enviou para o Senhor Ministro da Saúde dizendo-lhe: - atenção que há aí um estudo que aponta para o encerramento da Urgência de Oliveira de Azeméis. Cuidado, porque isso vai ser caótico no Hospital de Santa Maria da Feira. Portanto também somos contra, ou seja, a Câmara de Santa Maria da Feira também mostrou a sua divergência e a sua oposição a essa situação, ajuda-nos, porque naturalmente ninguém estava à espera que nós fôssemos a favor do encerramento, agora quando são outros a dizer-nos isso também a estarem de acordo com a nossa posição isso é importante e depois deixe-me dizer-lhe que temos procurado e é muito difícil, se há matéria que é difícil é esta, temos procurado consensualizar posições. Nós temos no Ministério da Saúde uma carta assinada pela Câmara de Oliveira de Azeméis, pela Câmara de Vale de Cambra e pela Câmara de Arouca uma carta que tem os três logotipos das Câmaras e está assinada pelos três Presidentes, onde diz basicamente que: a haver um novo hospital, que é necessário para esta região, a sua localização é em Oliveira de Azeméis e assinam os três Presidentes de Câmara. Isto é importantíssimo também do ponto de vista depois para quem tem de tomar a decisão. Agora se me está dizer: - então, mas ainda acredita que vamos ter novo hospital? Acredito. Agora, se é amanhã? Não. Se é este ano? Dificilmente, porque todos nós sabemos a situação que o país está a atravessar, o País e a Europa. Agora, eu acho que nós devemos continuar a acreditar nessa matéria e termos esta estratégia de concertação com outros Municípios, aliás, defendida até por vocês também na questão da Justiça, da Rede de Justiça e do funcionamento dos Tribunais. Portanto, não subsiste, não subsiste qualquer dúvida relativamente a qual é que é a nossa opinião. E o Senhor Deputado diz: - mas já podia ter reunido a Comissão de Saúde. Já. É verdade, reconheço que podia ter reunido. Mas, Senhor Deputado, a reunião da Comissão de Saúde não resolve o problema, ajuda a discutir, ajuda a aprofundar, ajuda a melhorar as sinergias, estamos de acordo, mas não resolve, certo? Não é por não ter reunido a Comissão de Saúde ou o Grupo de Saúde que a situação está como está, vamos reunir seguramente, se calhar temos novos dados, outros dados para poder reunir, porque o que temos hoje é ainda o estudo, sobre esse estudo. O estudo é um estudo que até já foi criticado por profissionais da saúde, é um estudo que tem algumas coisas que não estão corretas. E portanto é aquilo que importa é que a nossa posição é conhecida, chegou a todos os Grupos Parlamentares, mandamos para a Comissão Parlamentar de Saúde o Senhor Presidente respondeu-nos a dizer que aquilo estava nas preocupações, todos os Grupos Parlamentares acusaram a resposta e todos manifestaram uma posição concordante com a nossa, que é simpático também perceber, não é só aquele ofício seco de – acuso a receção, não, acuso a receção e partilho das vossas preocupações, isto é importante. E portanto vamos continuar a trabalhar, vamos continuar a trabalhar e como disse: - estou totalmente de acordo consigo, relativamente aquela que é a sua preocupação. A mesma situação, o Dr. Francisco Borges fez uma intervenção muito semelhante á sua, falou só na questão das extensões de saúde nas freguesias, essa foi uma preocupação que foi vertida e Senhor Dr.

Miguel Portela noutra função conhece até agora com mais pormenor. Foi uma situação que foi falada numa reunião que estive com o Senhor Presidente da ARS do Norte, porque a questão dos médicos, nomeadamente dos médicos das extensões de saúde e das USF's a gestão é feita pelas Administrações Regionais de Saúde e portanto eu sei também que Senhor Dr. Miguel Portela está em cima do assunto, está naturalmente preocupado em procurar encontrar uma solução, mas eu não sou advogado de defesa dele, mas aquilo que posso dizer é que também encontrei recetividade da Administração Regional de Saúde para resolver o problema, agora, se me perguntam se a resolução do mesmo está de acordo com o timing que eu acho adequado? Não, já devia estar resolvido. Já devia estar resolvido em algumas situações, mas o problema da não resolução é a sempre o mesmo. É a falta de médicos. E portanto acho que devemos persistir e continuar a trabalhar nessa matéria. A Senhora Deputa Ana Luísa Mendonça falou na questão da abertura do ano letivo, apesar das transformações que foram feitas nos Agrupamentos, é verdade, ele foi uma vez mais tranquilo. Deu naturalmente muito trabalho, o mérito é aqui do Senhor Vereador Isidro Figueiredo e do trabalho que tem feito com todos os Agrupamentos, mas julgo que é particularmente feliz a forma como temos conduzido esses processos e como está a decorrer o início do ano escolar. A questão que falou da Escola Secundária Ferreira da Silva, a escola de Cucujães, é verdade que se está a fazer um grande investimento na recuperação exterior e interior da escola. Foi muitas vezes aqui falado na Assembleia Municipal uns mais crentes outros mais descrentes relativamente à oferta formativa, á questão do Secundário, hoje temos secundário. Deixem-me dizer-vos que também foi muito importante o trabalho de toda a comunidade, da Junta de Freguesia, da escola, dos professores, dos pais, houve um trabalho de sensibilização para que as pessoas acreditem e hoje as pessoas vêem que a escola está diferente, a escola tem hoje uma nova secretaria, tem hoje uma nova sala de professores, tem um bloco que já está completamente recuperado e vai ter novos laboratórios, posso dizer inclusive que tivemos conhecimento que ainda ontem mesmo a Direção Regional de Educação do Norte transferiu setenta e um mil euros para a conta da escola para fazer as obras dos novos laboratórios e portanto laboratórios para biologia, físico-química, geologia e portanto que vai ser noutra bloco que não no bloco principal e temos também obra a decorrer no exterior, criando espaços verdes, fazendo pinturas e vamos também ajudar a concretizar uma aspiração grande da escola que é para retirar as viaturas do seu exterior, fazer dentro da escola alterações para proporcionar um parque de estacionamento dentro da escola para professores, auxiliares para que não seja, ali á volta da escola e como sabem é uma estrada com muito movimento, que ali á volta da escola exista as vezes algumas confusões de transito porque os professores param vão dar aulas e estacionam as suas viaturas, os professores e os funcionários e portanto queremos também, é uma vontade da escola em ter esse parque de estacionamento e nós também estamos a procurar encontrar a melhor solução para isso mesmo. A última questão que me colocaram foi a Senhora Deputada Ana Raquel Teixeira, relativamente ao Cine Teatro Caracas, como sabe e parte do pressuposto da sua pergunta pode haver aí alguma confusão mas estou disponível para a esclarecer em tudo que queira. A intervenção que foi feita no Cine

Teatro Caracas foi uma intervenção minimalista, ou seja, aquilo que foi feito foi melhorar a acessibilidade a pessoas que têm acessibilidade condicionada e portanto hoje, um cidadão portador de uma deficiência numa cadeira de rodas pode ir ver um espetáculo ao Cineteatro Caracas sozinho. Até aqui não podia, tinha escadas que não conseguia ultrapassar, hoje tem casas de banho e tem dentro do próprio Cine Teatro Caracas possibilidades de assistir a um espetáculo com toda a dignidade. Fizemos obras de recuperação dos camarins porque estavam num estado bastante degradado e portanto era preciso fazer ali uma intervenção. Foi uma intervenção também com pouco impacto financeiro, o objetivo é claramente um investimento mais forte naquela sala transformando-a numa sala de espetáculos mais moderna. Para isso há uma coisa que eu lhe garanto, que as pessoas já perceberam nessas ou noutras situações, nunca se começa uma obra se não se souber como é que ela se pagar e portanto terá que haver disponibilidade do QREN, terá que haver candidaturas, nós teremos que nos candidatar, teremos que ter sucesso, teremos que ver as candidaturas aprovadas e nós cá estamos para a nossa participação seja ela de quinze, dez, cinco por cento que é a participação que se chama a contrapartida nacional e portanto, continuamos atentos. Temos neste momento uma equipa interna da Câmara Municipal a trabalhar nessa situação. Posso-lhe dizer que, inclusive o CineTeatro Caracas, os autores do projeto têm sido contactados porque são eles os detentores dos direitos, para se mexer ali é preciso ter autorização deles e portanto eles também já foram contactados e têm colaborado dentro daquilo que lhe sido solicitado, já estivemos na Secretaria Geral da Cultura por diversas vezes, estamos à espera de uma oportunidade e lhe garanto se aparecer uma oportunidade de financiamento não a vamos desperdiçar. Muito obrigado Senhor Presidente. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Dr. João Osório, do CDS/PP. =====

===== Muito obrigado Senhor Presidente. É só uma situação que o Senhor Presidente da Câmara fez referência, falou aqui em bitaites e praça pública, portanto eu devo dizer a Assembleia Municipal é uma Praça Pública, a Assembleia Municipal é, digamos, o Órgão Deliberativo fiscalizador da Câmara Municipal. Falou que as pessoas dão bitaites e depois não dão as suas opiniões. Não sou eu que digo é o legislador, porque o legislador diz assim: “sempre que a Câmara Municipal não exerça a iniciativa para a deliberação prevista no número anterior”, que é a iniciativa da denuncia daqui da Assembleia, diz assim: “deve apresentar a Assembleia Municipal um parecer sobre a Reorganização do Território das freguesias do respetivo Município”, tem esse direito de não iniciar no executivo, digamos que, a proposta que quer. Pode ser. Agora, eu penso é devemos defender também o Senhor Presidente da Assembleia Municipal o Órgão que preside, porque é um Órgão Deliberativo. A minha opinião. Bitaites? Não. São opiniões. Bitaites é linguagem futebolista e eu não utilizo linguagem futebolística como deve calcular. Queria dizer que, deveria ser recentrado para a Assembleia Municipal porque é a

ela que compete pronunciar, o que pode acontecer e isso é que temo em acontecer, é que depois há uma proposta em cima do joelho e, está aqui uma proposta, tem que se votar ou sim ou não. Eu acho que isso não é correto, porque há muitos Municípios que já fizeram a vontade de não se pronunciarem e têm esse direito, é um direito inalienável. E há outros Municípios que já há consensos e anda-se a trabalhar seja nas Comissões Permanentes, Comissões, acho que é importante porque repare, estamos a 28 de setembro o prazo é 15 de outubro. Pronto vai-me desculpar, eu em consciência teria que dizer isto. Muito obrigado pela sua atenção. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor José Campos, do PSD. =====

===== Muito boa tarde a todos. A GEDAZ celebrou o seu 3º aniversário com um conjunto de iniciativas destinadas sobretudo à população Oliveirense e em particular aos utentes dos serviços prestados por esta entidade. Foram muitas e coroadas de êxito as iniciativas ligadas ao Desporto e ao lazer, realizadas entre os dias 19 e 25 de Setembro. Desde a justa homenagem prestada a cinco Oliveirenses ligados ao desporto que se destacaram no último ano, passando pela caminhada GEDAZ, pelas aulas de ginástica, pelas várias palestras realizadas e por tantas outras iniciativas que culminaram na terça-feira passada com o jogo de futsal feminino solidário, todas estas atividades tiveram como foco principal os Oliveirenses. Oliveira de Azeméis tem no Desporto uma das suas principais bandeiras, um dos seus principais veículos de promoção. A política desportiva, e muito particularmente o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela GEDAZ nos últimos três anos, tem como principal objetivo proporcionar aos Oliveirenses os espaços certos e funcionais e as melhores condições possíveis, de forma sustentada e realista, para que a população do nosso concelho possa usufruir de boas condições para a prática desportiva. São, felizmente, cada vez mais os Oliveirenses que se tornam utentes dos serviços da GEDAZ, com obvio destaque para a piscina municipal. É um sinal claro de que a aposta neste tipo de equipamentos é uma mais-valia, principalmente porque permite aos munícipes uma melhoria da sua saúde e bem-estar através da prática desportiva. Fazemos, por isso, votos para que este dinamismo e pujança que tem marcado a GEDAZ continuem a dar bons frutos. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Eng.º Filipe Carvalho, do PSD. =====

===== Boa tarde a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, caros Colegas, comunicação social, Carregosenses. Azeméis é Vida, Azeméis é Desporto. Mais uma vez o nosso Município comemorou a Semana Europeia da Mobilidade, que se realizou entre os dias 16 e 22 de Setembro. A Câmara Municipal em parceria com os

Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, o Continente Modelo, a Escola de Ciclismo Bruno Neves, a UAC, a GEDAZ e o Programa Nacional de Marcha e Corrida, promoveram diversas atividades desportivas e culturais, de destacar a 1ª Caminhada dos Bombeiros Voluntários, a Caminhada GEDAZ que marcou o seu 3º Aniversário e o 1º do Centro Municipal de Marcha e Corrida, o GEDAZ Sénior, que foi um enorme sucesso, pois permitiu aulas de atividade física, rastreios para os nossos séniores, e o passeio noturno de bicicleta. De salientar a apresentação do Selo “Azeméis integra”, programa que pretende sensibilizar toda a população para as dificuldades de acessibilidades e inclusão social das pessoas com dificuldades de locomoção, tendo em vista a redução ou eliminação das barreiras arquitetónicas, permitindo uma igualdade de movimentos entre todos os cidadãos. A primeira Noite Branca de Oliveira de Azeméis, foi um enorme sucesso, desde logo pela noite diferente que foi, pois contou com imensa alegria e participação, era visível toda a Rua repleta de pessoas que admiravam as atividades presentes. O sucesso foi tal que todos os artistas, passando pelos parceiros da Câmara Municipal e UAC e terminando nos Oliveirenses que se divertiram, com muita animação, teatro, dança, jogos tradicionais, jogos de mesa, magia e muita música, e já se sentem ansiosos pela segunda edição. Azeméis é Cultura. Entre os dias 5 e 7 de Julho realizou-se o 4º Festival de Bandas Filarmónicas, contando com a participação de 5 bandas, das quais 4 do nosso Concelho, as Bandas de Música do Pinheiro da Bemposta, de Loureiro, de Carregosa e da Banda de Música de Fajões. O festival decorreu na Praça da Cidade e no Cine-Teatro Caracas, e marcou o lançamento no novo trabalho da Banda de Música Fajões. Também no passado mês de Julho as Marchas Populares regressaram a Oliveira de Azeméis, iniciativa da FAMOA e da Câmara Municipal em parceria com a Associação Recreativa e Cultural do Curval, a Associação Cenográfica de Pinheiro da Bemposta – Desafio D’arte, a Associação Cultural e Recreativa de Fajões e o Museu Regional de Cucujães, permitindo que, volvidos 10 anos as diversas Associações que normalmente desfilam nas suas Freguesias, pudessem desfilar em conjunto e mostrar a todos os Oliveirenses o excelente trabalho que continuam a fazer apesar das dificuldades. Pela magnífica demonstração desejamos que tenha sido o renascer dos Santos Populares em Oliveira de Azeméis. A sprintar pelos grandes eventos, Oliveira de Azeméis recebeu uma vez mais a chegada de uma etapa da Volta a Portugal em Bicicleta. O dia 20 de Agosto fica marcado pela excelente imagem que demos ao País com a transmissão televisiva do programa “A Volta” transmitido a partir da Praça da Cidade e posteriormente com o direto da chegada do pelotão à meta. Os Oliveirenses, como tem sido habitual, aderem em massa aos grandes eventos, e mais uma vez, milhares de pessoas marcaram presença junto à meta bem como ao longo de vários quilómetros nas estradas do Concelho, pois foram várias horas de projeção do nosso Município para todo o País. O Carnaval de Verão foi mais uma magnífica manifestação popular em que os Oliveirenses puderam assistir a um fabuloso curso composto por 400 figurantes onde durante 2 horas e 30 minutos pudemos ver momentos de grande alegria, boa disposição e mais uma vez as nossas Associações demonstraram a sua enorme capacidade criativa, que lhes permite encarar o futuro com bastante otimismo. Todos estes eventos

demonstraram a vivacidade do nosso Concelho e das nossas Associações, pelo que dentro das possibilidades de todos, deveremos apoiar-las e ajudar-las nas suas iniciativas. Muito obrigado. =

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Ricardo Bastos, do PS. =====

===== Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, Membros da Assembleia, Jornalistas, colaboradores da Câmara e Junta de Freguesia, Oliveirenses em geral e Carregosenses em particular obrigado pela amabilidade e pela maneira como nos receberam. Vou falar de um assunto, vou ocupar muito pouco tempo, que tem a ver com a Requalificação do Rio Caima na zona de Palmaz. Eu fui lá duas vezes, uma das vezes mostrar aquele arranjo, devo dizer que: - gostei, é uma boa obra que ali está, fui lá em agosto, fui lá depois mais tarde testar aquilo para ver se servia para fazer treinos e também dá. Mas das duas vezes deparei-me com um problema, que tenho a certeza que a Câmara já deve ter detetado, mas é urgente e é bom que se resolva. Tem a ver com a poluição daquele rio. Em Agosto os peixes a agonizar eram às centenas e não estou a mentir, eram às centenas. Em Setembro quando lá fui não havia peixes a agonizar eles andavam lá, mas a camada espessa de espuma amarelada que tínhamos ali era sinónimo de que há ali poluição, que não sei se já esta detetada a fonte dela, mas que para bem do espaço, agradável, era bom que se resolvesse porque acaba por ser uma nódoa num excelente pano que ali temos. Acredito que alguma coisa se vai fazer porque aquele espaço merece águas límpidas e merece que quem vai visitar aquilo era gente de fora e eu acabei por ficar meio envergonhado por aquilo que tinha ali. Obrigado. =

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS. =====

===== Obrigado Senhor Presidente. Senhor Presidente da Câmara registou a sua concordância comigo mas há duas coisas que eu tinha que dizer. Em primeiro desculpe, mas eu tenho muita dificuldade em perceber essa história de que as reuniões só atrapalham. Se a gente reunir muito as coisas ficam mais difíceis e não consigo perceber ou eventualmente confunde discussão com disputa que é uma coisa muito diferente. As reuniões obviamente que são fundamentais para se discutir os temas, é por isso que criamos as Comissões, aliás a Comissão de Saúde à semelhança de outras não são órgãos para recolher informação ou para tomar conhecimento. São órgãos de trabalho, são grupos de trabalho. Aliás recordo que a Comissão de Saúde foi criada na altura em que se falou no encerramento da maternidade. Recordo também que na altura não estava em cima da mesa a intervenção no serviço de Urgência, aliás foi desse processo todo negocial, foi dessas reuniões, foi dessa discussão exatamente o meu período de estudo das coisas, que conseguimos chegar aquela solução claramente vantajosa para o concelho de Oliveira de Azeméis. Foi daquelas diligências todas, foi da pressão que se

criou na altura, que junto do Governo conseguimos uma solução que foi muito vantajosa para o concelho de Oliveira de Azeméis e para as pessoas que aqui vivem. E é nesse sentido obviamente que mais do que tomar conhecimento e dizer aquilo que pensamos as minhas questões foram muito concretas. O que é que nós vamos fazer? Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. António Rosa, do PSD. =====

===== Boa tarde Senhor Presidente da Assembleia Municipal, caros Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros Colegas, cumprimento muito especial ao Senhor Diamantino Melo que sabe que é um prazer muito grande que tenho sempre que cá venho a Carregosa. Aprendo muita coisa e tenho sempre uma satisfação grande em partilhar um bocadinho do meu tempo com Carregosa e com os Carregosenses. Eu aproveitava a deixa do Bruno Aragão, apenas para antes de iniciar a minha própria intervenção e acerca deste tema que é de grande importância de grande preocupação para todos os oliveirenses sem dúvida e como disse o Senhor Presidente, tem forçosamente que nos unir, eu gostava, a respeito das explicações e das declarações que o Senhor Presidente emitiu a este respeito, de dizer apenas que, registo a forma inteligente como nos comunicou que esta a tratar do processo e sobretudo a forma madura como encara este processo e como o está a liderar. Portanto creio que por aquilo que ouvi das suas palavras sem dúvida que vou hoje um pouco menos preocupado do que estava, sendo certo que temos de estar preocupados até que preto no branco estas questões, nomeadamente, estas pretensões, possam ser revertidas e Oliveira de Azeméis possa salvaguardar um serviço da importância que é o Serviço de Urgências do Hospital, de Oliveira de Azeméis. A minha intervenção pretende tocar três obras que já anteriormente referi, em anteriores intervenções, mas que agora se encontram num momento crucial da sua concretização. Em primeiro lugar, quero registar o arranque das obras no Parque do Cercal onde será instalada a Escola Superior Aveiro-Norte, como já referi noutras alturas um investimento substancial, em tempo de crise um investimento substancial, arrojado e que será seguramente uma alternativa forte para a formação dos jovens da nossa região para servir o tecido económico da nossa região. Este creio que é um aspeto de grande importância a destacar. O sonho, é uma reivindicação de décadas, é cada vez mais real, está prestes a juntar à elevada qualidade da formação académica e hoje já acontece, a merecida resposta em termos de espaço físico para o ensino e para a vivência académica em Oliveira de Azeméis. Coloca-se agora mais do que nunca o desafio de acautelar as condições económicas, sociais e infraestruturais para que os jovens estudantes que escolhem Oliveira de Azeméis para estudar se fixem no nosso território. Uma outra obra que quero referir é a próxima Adjudicação da Construção e Exploração dos Serviços de Água e Saneamento em Oliveira de Azeméis, segundo as últimas notícias que tem vindo a público, cremos que já há uma proposta de decisão quanto à adjudicação desta obra. Aqui queria colocar, Senhor Presidente, uma questão que creio que

será uma interrogação de todos os oliveirenses que é para quando esta adjudicação em termos definitivos e quando será expectável ver no terreno o arranque das obras? Por último, uma terceira, obra estrutural e de grande importância para o nosso concelho, a Área de Acolhimento e Empresarial de Ul/Loureiro. Tem sido diversos os sinais que dão conta da evolução do processo para a construção desta área de acolhimento no nosso concelho: foi a contratualização do financiamento; foi o lançamento do concurso para a execução; foi a declaração por esta Assembleia de utilidade pública deste projeto, hoje, mais à frente, falaremos também da desafetação de alguns caminhos públicos com certeza no domínio territorial deste parque, e portanto a nossa expectativa é de, para próximo tenhamos também condições para ver este grande projeto concretizado. Aqui queria-lhe perguntar Senhor Presidente, duas coisas ou três melhor dito, qual o ponto da situação, quando veremos o arranque das obras e por outro lado uma questão colateral, mas que no fundo é a essência desta mesma obra, é se há movimentos de procura para instalação de projetos económicos nesta Área de Acolhimento Empresarial, apesar de ela ainda não estar concretizada? Muito obrigado. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.

===== Muito obrigado Senhor Presidente. Eu queria iniciar esta última parte das explicações a dar aos Senhores Deputados, pedindo naturalmente desculpas ao Senhor Deputado João Osório se feri a sua suscetibilidade com a palavra “bitaite”, porque eu ainda ontem li: um Juiz a ler uma sentença e falou nisso, e portanto o Senhor como eminente jurista, mas percebi que ficou incomodado com esta situação, portanto olhe, eu talvez retire a palavra “bitaite”, mantenho tudo o que digo e retiro o “bitaite”. Meto o palpite, porque continuo sem saber qual é a sua opinião. Se acha que se deve juntar: Cesar e Fajões; Carregosa e Cesar; Palmaz e Pinheiro. Isso é que eu não sei da sua parte. Eu não o interrompi quando o Senhor Deputado falou, parece que está um bocado nervoso com esta matéria, sabe que isto é preciso, nós temos que também ter capacidade de encaixe e poder naturalmente emitir as nossas opiniões nos locais próprios, sabe quando estamos sempre fechados nas sedes dos Partidos, temos depois alguns problemas. Nós temos que perceber que o combate político e o debate político, faz parte da nossa democracia e quando somos eleitos temos que estar preparados para isso mesmo. Mas repito, peço-lhe imensa desculpa de ter utilizado o termo “bitaite”, porque percebi que o feri e não era essa a minha intenção. Relativamente à intervenção do Senhor Deputado José Campos, sobre o aniversário da GEDAZ e um conjunto de atividades. Como sabem a GEDAZ é uma empresa municipal, vamos ter de aqui em sede de Assembleia Municipal, um dia destes, ter que discutir também relativamente ao futuro das empresas municipais, porque há uma nova lei relativamente a essa matéria, mas tem cumprido com a sua missão e temos trabalhado em conjunto e julgo que conforme disse um conjunto de atividades que assinalou recentemente o seu terceiro aniversário. Quanto à intervenção do Senhor

Deputado Filipe Carvalho, eu não vou referir-me a todas as iniciativas porque já percebi que há pessoas dentro desta sala que se incomodam muito quando são expressas aqui menções a um conjunto significativo de eventos e de atividades, mas essas discordâncias e essas tomadas de posição têm que ser expressas a quem as organiza que é o movimento associativo e não a quem aqui, simplesmente, enquanto Membro da Assembleia Municipal, quer mostrar esse reconhecimento pela realização desses eventos. Gostava Senhor Deputado Filipe Carvalho de destacar o trabalho da FAMOA no conjunto de eventos que apresentou, porque com poucos recursos tem conseguido mobilizar o movimento associativo e tem conseguido trazer à nossa cidade e ao nosso concelho um conjunto de iniciativas, algumas que estavam esquecidas no tempo e que hoje já fazem parte do calendário e que as pessoas já perguntam quando é que é para o ano e como é que é para o ano e portanto na pessoa do Senhor Grifo aqui fica o meu agradecimento e reconhecimento público pelo trabalho da Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis. Quanto ao Senhor Deputado Ricardo Bastos, é verdade que o mês de Agosto é um mês terrível, seja agosto, seja que mês não pode haver nessa matéria meses terríveis. Eu, enquanto responsável, tenho que ter cuidado naquilo que digo relativamente a essa questão, porque muitas vezes é falado que o responsável é A, B, ou C e nós não sabemos se estamos a ser justos ou se estamos a ser injustos. Até por sugestão do Vereador Manuel Alberto Pereira, a Associação de Municípios Terras de Santa Maria encomendou um estudo e uma análise a empresa que não a que faz a gestão da ETAR, para dentro de alguns parâmetros poder perceber porque é que essas coisas acontecem. Porque muitas das vezes podemos estar a ser injustos, se é dali, ou se é de acolá, se vem doutro sítio, porque há muita gente que diz coisas e que vê coisas, mas depois quando se pede para provar há dificuldades. Agora, é uma situação desagradável, muito desagradável porque o investimento que ali está e as pessoas gostam daquilo que ali está e como disse e bem - é uma recuperação magnífica, mas que fica prejudicada sempre que há essas situações, ou descargas ilegais, ou outras questões, o mês de agosto é mais problemático por causa do baixo caudal do rio e portanto, nós estamos atentos a isso e naturalmente logo que haja essa análise feita pela Associação de Municípios de Terras de Santa Maria que é quem faz a gestão da ETAR, eu vou traze-la quer à reunião de Câmara quer também em sede de Assembleia Municipal. Quanto à segunda intervenção, à réplica do Senhor Deputado Bruno Aragão. Senhor Deputado repare do ponto de vista dos sinais de responsabilidade, eu não tinha responsabilidades enquanto Presidente da Câmara Municipal. Tinha outras responsabilidades públicas e políticas, Oliveira de Azeméis já deu um sinal de grande responsabilidade e de grande maturidade política até em questões da saúde e já aqui falamos a decisão de encerramento da Maternidade. Foi uma decisão tomada por um Governo do Partido Socialista, pelo professor Correia de Campos, e se reparar o PSD e a Câmara Municipal na altura e a Assembleia Municipal ao contrário de outros municípios, vou-lhe por exemplo dar aqui o exemplo de Barcelos, Barcelos também era um município do PSD, também teve esse problema, fizeram aquelas manifestações todas, o que é que aconteceu? Encerrou a Maternidade de Oliveira de Azeméis e encerrou a Maternidade de Barcelos como encerraram

todas as outras e hoje já está em cima da mesa encerrar mais algumas. Ouça, não há tantas crianças a nascer. Eu também sei que o Senhor Deputado, não quer, não é barulho, não é isso que quer, quer é aquilo que eu quero, que nós queremos, é que a Urgência não feche e portanto e é isso que nós temos de trabalhar e vamos trabalhar seguramente. Desde que, como eu lhe expliquei, desde as entidades próprias, dos locais próprios, já todos sabem da posição de Oliveira de Azeméis. Já todos sabem daquilo que nós queremos, aquilo que defendemos e eu acho que posso dizer que aquilo que defendemos é: a manutenção do Serviço de Urgências e aquilo que defendemos é no futuro a ser construído um novo hospital, que esse novo hospital seja em Oliveira de Azeméis acho que estamos de acordo relativamente a essa matéria e é isso que nós estamos a fazer, vamos reunir o Grupo da Saúde, vamos trabalhar as áreas da saúde, há outros assuntos pendentes e prementes também naquilo que diz respeito às extensões de saúde nas freguesias, é isso que temos vindo a fazer e vamos continuar a fazer e acho que posso continuar a dizer que: - “em matéria de saúde, nada nos divide, tudo nos une”, porque não temos aqui objetivos divergentes relativamente a essa questão da saúde. Quanto à intervenção do Senhor Deputado António Rosa para lhe dizer que o Parque do Cercal, as obras já se iniciaram, já estão movimento de terras acelerado, já estão as sapatas construídas e portanto felizmente que conseguimos desbloquear um conjunto de situações que estavam pendentes e que seguramente vamos recuperar o tempo perdido nessa mesma construção. Quanto à Água e Saneamento, a reunião de Câmara aprovou o consórcio vencedor, foi a INDAQUA, que é quem explora a concessão de água e saneamento aqui em Santa Maria da Feira, explora em Matosinhos, Vila do Conde, Trofa, Santo Tirso e portanto estamos agora ainda na processual e vamos discutir, quer recolher o parecer da ERSAR que é obrigatório fazer neste processo e depois também discutir para a realização do contrato, logo que essa situação esteja ultrapassada é o início da obra, portanto eu espero que, agora é sempre aquela situação quando nós apontamos um prazo, depois não depende de nós, como sabe o ERSAR tem vinte dias para se pronunciar, mas depois se pronunciar em trinta já dispara dez dias, portanto como lhe disse está ultrapassada esta fase do concurso, da análise das propostas, era uma fase complexa e portanto o caminho está a ser feito para essa situação ser também resolvida. Quanto à Área de Acolhimento Empresarial UI/Loureiro tem havido procura, bastante, posso dizer-lhe que do ponto de vista pedimos o parecer prévio da Câmara Municipal para abrirmos o procedimento para a construção do Business Center que é os serviços de apoio à Área de Acolhimento Empresarial. Como sabe esta Área de Acolhimento Empresarial vai funcionar num regime condomínial e portanto tem este Business Center que alojará um conjunto de serviços e prestará um conjunto de serviços às empresas que ali vão laborar e, hoje mesmo, em reunião de Câmara Municipal aprovamos o relatório final sobre a primeira fase das infraestruturas, portanto agora é só uma questão também de tramitação da questão dos contratos das garantias para também iniciar-se a obra de infraestruturas que é também precisa e fundamental para o bom funcionamento da Área de Acolhimento Empresarial de UI/Loureiro. Muito obrigado Senhor Presidente. =====

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi dito:* =====

===== *Chegaram aqui à Mesa dois votos de pesar e eu penso que podemos fundir, embora lendo individualmente qualquer um deles, podemos fundir os dois num.* =====

===== *O Grupo Parlamentar do PSD, apresentou o seguinte voto de pesar: “Pode dizer-se que Oliveira de Azeméis perdeu uma figura que ficará para sempre ligada à história do nosso concelho. Herdeiro de uma geração de mestres da arte da talha, António dos Santos Martins, continuou a atividade adaptada aos novos tempos, criando a conhecida e prestigiada empresa “Arte em Madeira”. Artista, desportista apaixonado, sonhador, iniciou-se muito novo no Clube Escola Livre chegando a secretário-adjunto da lista liderada pelo Dr. Miguel Castro após o cessamento de toda a atividade do clube. Fez parte da Comissão que avançou com a construção do pavilhão sendo o primeiro recinto coberto em Oliveira de Azeméis. Muito se poderia dizer de António dos Santos Martins mas as palavras não são suficientes para expressar de forma completa este homem, o qual incontestavelmente, é um símbolo da nossa terra destacando-se também o engenho de obra de arte que perpetua entre nós de um campeonato mundial de hóquei em patins, o stick gigante. É pois com este sentimento de perda que o PSD propõe um voto de pesar pelo falecimento de António dos Santos Martins, apresentando as suas mais sentidas condolências a familiares e amigos.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cesar, Rodrigo Moreira da Silva, apresentou o seguinte voto de pesar: “ A Junta de Freguesia de Cesar, vem apresentar o seu Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Correia Freitas no passado dia 10 de Agosto de 2012, após doença prolongada. Reconhecido industrial Cesarense, foi Presidente da Junta de Freguesia de Cesar no ano de 1982. Pessoa simples mas trabalhadora, sempre contribuiu durante a sua vida ativa, para o desenvolvimento associativo e social da Freguesia de Cesar. A Família manifestamos o mais profundo pesar e sentidas condolências pelo falecimento do ex autarca da Freguesia.”* =====

===== *Colocados à votação os votos de pesar e o minuto de silêncio pelo falecimento dos Senhores António dos Santos Martins e Manuel Correia Freitas foram os mesmos aprovados por unanimidade.* =====

===== *Fez-se um minuto de silêncio.* =====

===== *O Grupo Parlamentar do PSD, apresentou o seguinte voto de louvor: “O PSD vem por este meio propor um voto de louvor ao Núcleo de Atletismo de Cucujães, pelo feito alcançado. A secção dos veteranos além dos vários títulos individuais, também conquistaram pela quarta vez consecutiva o título de campeão nacional para a instituição o NAC.”* =====

===== *Colocado à votação o voto de louvor ao Núcleo de Atletismo de Cucujães, foi o mesmo aprovado por unanimidade.* =====

===== *O Grupo Parlamentar do PSD, apresentou o seguinte voto de louvor: “João António de Pinho Moreira, jovem oliveirense, nascido a 19-12-1989, iniciou o seu percurso musical com 9 anos de idade na academia de música de Oliveira de Azeméis. Passou pela escola profissional de música de Espinho em 2004, academia nacional superior de orquestra em 2007, terminou a sua licenciatura tendo ingressado como estudante de mestrado na “Hochschule fur music und theater hamburg”. Colaborou em várias orquestras nacionais e internacionais. Recentemente foi vencedor do 1º prémio do concurso “Prémio Jovens Músicos” no escalão de trompete - nível superior. Atualmente ganhou o lugar de trompete solo na orquestra “MusicAeterna Perm orchestra” na Rússia. Por este brilhante percurso musical o PSD vem por este meio propor um voto de louvor a João António de Pinho Moreira.”* =====

===== *Colocado à votação o voto de louvor ao Senhor João António de Pinho Moreira, foi o mesmo aprovado por unanimidade.* =====

===== *O Grupo Parlamentar do PSD, apresentou o seguinte voto de louvor: “O jovem João Domingues, tenista do clube de ténis de Azeméis, campeão nacional absoluto em título, foi convocado para representar Portugal na taça Davis. Para Oliveira de Azeméis ter um tenista a representar Portugal na maior competição do mundo em ténis, além de ser inédito é também um enorme orgulho. O PSD vem por este meio propor um voto de louvor ao atleta João Domingues, pelo feito alcançado.”* =====

===== *Colocado à votação o voto de louvor ao Senhor João Domingues, foi o mesmo aprovado por unanimidade.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para dizer que:* =====

===== *Como sempre costumo registar: o PSD gastou 25 minutos; o PS 15 minutos e o CDS/PP 6 minutos. Encerrado que está o Período de antes da Ordem do Dia, vamos então dar início à ordem de trabalhos desta Sessão.* =====

===== *Estava aqui para agendar por 2/3, seria o ponto vinte e oito, eu pedia autorização à Assembleia se o podemos agora admitir: Ponto vinte e oito - Adesão ao Programa II do PAEL (Programa de Apoio à Economia Local) – Aprovação e autorização de contratação de empréstimo.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado Senhor Presidente. Aliás na sequência da Reunião Extraordinária que tivemos que fazer hoje, na Câmara Municipal, do Executivo solicitamos ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal o agendamento por 2/3 deste ponto, pela questão do timing, ou seja, ele tem que ser aprovado em Assembleia Municipal para podermos cumprir os prazos de entrega de acordo com aquilo que foi definido por lei e portanto, hoje mesmo extraordinariamente a reunião de Câmara realizou-se, às duas horas, para em sede de executivo aprovarmos este mesmo ponto e, portanto, eu pedia a compreensão da Assembleia Municipal no sentido do agendamento do mesmo. Pode ser no ponto vinte e oito, pode ser no final da Ordem de Trabalhos, pode ser quando a Assembleia decidir mas era importante nós podermos aprová-lo, é importante, é fundamental poder aprová-lo em sede de Assembleia Municipal cumprindo os prazos que estão estipulados. Estão a fazer hoje isto todas as Assembleias Municipais de Municípios que aderiram ao Programa de Apoio à Economia Local. É a legislação que obriga agora nos primeiros dias de Outubro, tem que chegar a candidatura, a candidatura tem regras e portanto a necessidade de o fazer nesta Assembleia Municipal.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira, do PS.* =====

===== *Cumprimentos ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Secretários, Câmara e respetiva Vereação, colegas Membros da Assembleia Municipal e demais pessoas aqui presentes. O Partido Socialista, mostra-se sensível a essa necessidade de ultimar uma deliberação atempada no sentido de recorrer a esse programa só que, não vai votar contra, vai votar a favor mas quero fazer dois apelos. O primeiro nós não podemos conscientemente votar uma coisa para a qual não estamos preparados. Eu próprio fui confrontado com essa situação, creio que ontem até, e disseram-me que o documento em análise do qual vamos votar consta de 60 páginas, nós precisamos de algum tempo de reflexão e o apelo que eu queria fazer é de facto essas coisas não podem ser assim Senhor Presidente tem que haver algum cuidado prévio no sentido de nós podermos discutir e eu poder discutir essas situações com mais calma e ponderação. De qualquer maneira nós não vamos levantar qualquer problema à inclusão desse ponto na ordem de trabalhos, só pedia também agora ao Senhor Presidente da Mesa que nos desse 10, 15 minutos para nós discutirmos entre nós, entre os Membros da Assembleia do Grupo do Partido Socialista, entre nós discutíssemos alguma coisa para não aprovarmos em branco e sem qualquer análise crítica do documento.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Esta situação, é uma situação que infelizmente está a acontecer em todos os Municípios que aderiram. As reuniões de câmara foram de manhã, outras à tarde. Isso hoje até foi motivo de conversa na reunião da Junta Metropolitana do Porto da parte da manhã. O que me parece que podemos fazer é que, se o Senhor Presidente entender este ponto será o último a discutir e portanto tem mais 15 minutos, será o ponto vinte e oito se estiverem de acordo, da nossa parte não nenhum problema, portanto acho que aquilo que o Senhor Dr. disse, está perfeitamente razoável.*=====

===== *O Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a admissão do agendamento por 2/3 do ponto vinte e oito na Ordem de trabalhos, tendo sido deliberado por unanimidade o seu agendamento.*=====

===== *Deste modo, ficou a constar da Ordem de Trabalhos:*=====

===== ***Ponto vinte e oito:** Adesão ao Programa II do PAEL (Programa de Apoio à Economia Local) – Aprovação e autorização de contratação de empréstimo;*=====

===== ***PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)***=====

===== *Seguindo os trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu início ao Período da Ordem do Dia.*=====

===== ***Ponto um:** Votação da ata n.º 20.*=====

===== *Presente para aprovação a ata n.º 20 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 28.06.2012.*=====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrições.*=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a ata n.º 20 da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 28.06.2012, a qual foi aprovada por unanimidade.*=====

===== ***Ponto dois:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município.*=====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as atividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município.*=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente, o documento foi distribuído e como é normal em outras Assembleias Municipais, estaremos à disposição para dar os esclarecimentos relativamente ao documento distribuído ele é extenso faz parte da legislação, temos que o fazer em todas as Assembleias Municipais e portanto se houver alguma questão que queiram colocar sobre este ponto. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrições. =====

===== A Assembleia tomou conhecimento da referida informação. =====

===== **Ponto três:** Relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município relativo ao 1.º Semestre de 2012 – Apreciação. =====

===== Presente o relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município de Oliveira de Azeméis relativo ao 1º semestre de 2012, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado Senhor Presidente. O relatório consta da ordem de trabalhos, para além das questões da distribuição dos mapas e da análise que é feita, eu destaco o ponto 5.2, nomeadamente na sua alínea a), b) e c), onde a Sociedade de Revisores de Contas diz: na alínea a) - não é excedido o limite estabelecido para o endividamento líquido; na alínea b) – não é excedido o limite estabelecido para o endividamento a curto prazo, e alínea c) – não é excedida o limite estabelecido para o endividamento a médio e longo prazo, e portanto são as referências que o relatório da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas faz e sobre os quais temos que nos pronunciar. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Bruno Aragão, Dr. Miguel Portela e José Campos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS. =====

===== *Obrigado Senhor Presidente. Dizer que esta intervenção se estende, também naturalmente, ao ponto seguinte porque estão os dois muito relacionados. Enfim, porque tudo parece estar mais ou menos na mesma, recupero uma intervenção anterior sobre esta matéria. Penso que a realidade é clara e está vertida nos números e nesse sentido talvez não seja preciso gastar muito mais energia a discutir o óbvio mas nem por isso deixamos de continuar a estar preocupados. 1) Preocupados com uma enorme dívida, que asfixia o nosso desenvolvimento, o nosso futuro e bem-estar das nossas populações, que asfixia as aspirações que possamos ter e limita drasticamente a capacidade de ação do Município, que só em juros consome e isto nunca é demais dizer, dezasseis milhões (16.000.000) dos escassos recursos financeiros do Município. 2) Preocupados pelo que parece ser a negação da realidade que apesar de já não ser nova não deixamos nunca de esperar que com o crescente de evidências se arrepie caminho. 3) Preocupados com o Município que continua cada vez mais a hipotecar a sua autonomia financeira dependendo em grande medida das transferências do Orçamento de Estado, de Taxas e de Impostos. Aliás, isso será com certeza um tique da vossa escola política. 4) O Partido Socialista continua seriamente preocupado com o facto do Plano de Saneamento Financeiro não estar a ser cumprido nem nos montantes de endividamento global nem no espírito que o justificou, o incumprimento do montante da dívida a fornecedores e os planos médios de pagamentos são apenas dois exemplos claros e ilustram bem as dificuldades que a autarquia tem vindo a criar à economia local. Esse espírito tanto não está a acontecer que nos preparamos para fazer exatamente o que não era previsto, contrair mais um empréstimo nem um ano decorrido do tempo do fim do período de carência do primeiro empréstimo, adivinhe-se para quê? Para resolver a dívida a fornecedores que ascende já a mais de três milhões de euros (3.000.000,00€). Contraímos um empréstimo que nos condiciona e preparamo-nos para fazer o mesmo novamente e pelas mesmas razões. Nem precisam de dizer nada, já sei que desta vez a justificação é que as vantagens são incríveis e temos que aproveitar. Agora até serão capazes de acenar com a economia local e a sua importância. Mas os motivos, quer gostem de os ouvir quer não gostem, são outros. Pura incapacidade de gestão que nos custará sempre mais não só pelo que pagamos mas sobretudo pelo que deixamos de fazer. 5) Continuamos a não perceber o regozijo do Senhor Presidente com o facto de estarmos a reduzir a dívida como se isso não fosse uma obrigação legal, resumindo as dificuldades financeiras da autarquia e a sua incapacidade de gestão à exclusiva dependência do que recebemos das transferências do Estado Central. Estas transferências são importantes mas não são determinantes. Muito mais poderia ser feito para promover o desenvolvimento e a criação de riqueza existindo múltiplas ferramentas ao dispor das autarquias. Mas aqui chegamos com muitos problemas estruturais, sérios, indifusíveis e sem recursos financeiros para os resolver e os sucessivos executivos têm-se mostrado absolutamente incapazes de inverter esta realidade. A isto Senhor Presidente, que chamamos na altura e continuamos a chamar um erro grave de gestão. Desperder energia, ocultar a realidade em vez de promover soluções para a resolução real dos problemas. E as soluções que Vossas Excelências conhecem, depois de dizerem sempre que está tudo bem*

quando nós alertamos quais são, mais empréstimos, sempre mais empréstimos, criativos não há dúvida nenhuma. Mas isto é passado e como o Senhor bem disse, na Assembleia de Dezembro último, “os Senhores estão sempre a falar do passado quando é o futuro que nos importa.” Nem mais. Mas também esse nos continua sempre a preocupar e muito e o que é o futuro? Juros e uma dívida penosa que nos retira mais de dez mil euros (10.000,00€) por dia. Explique a cada oliveirense que pagamos dez mil euros (10.000,00€) por dia e já agora explique também, que é por estas e por outras coisas que o Senhor tem necessidade de expor de quase todos os impostos municipais na sua taxa máxima, que é por isso que não afeta transferências dignas desse nome para as juntas de freguesia e diz coisas do tipo: “bom, buracos há em todo lado,” quando falamos do mau estado das nossas vias, “o Senhor não se compromete com datas,” disse na última intervenção em que eu lhe coloquei a questão. Parece-me bem, nunca é tarde para aprender, efetivamente, quase tudo com que se compromete e prometem, falha. Se não tiverem percebido ainda, estarei capaz de dar alguns exemplos: continuamos a cumprir as obrigações legais, pouco mais; continuamos a pagar uma fatura pesada; continuamos absolutamente hipotecados, mas nem por isso arrepiamos caminho evitando despesas inúteis, algumas até ridículas, nem de resolver os problemas estruturais que temos há anos, tanto não resolvemos que aí estaremos nós a discutir mais um empréstimo. Mas, já sei, é da conjuntura. =====

===== Ausentou-se o Senhor Presidente da Assembleia, ficando a presidir a Sessão o Segundo Secretário António Luís Fonseca Grifo. =====

===== Seguidamente o Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Segundo Secretário da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====

===== Também pretendo fazer a discussão em paralelo e esta análise que estamos hoje a fazer tem vindo a ter pontos idênticos ao longo das várias Assembleias pelo que eu não vou repetir muitas coisas que já tenha repetido e vou-me cingir a pontos que eu ache que deva realçar em relação ao que já foi dito em outras Assembleias. Segundo a análise do relatório do auditor externo continuamos a perceber a perigosa dependência das contas do município relativamente às transferências provenientes do orçamento de estado, continuamos sem criar receita que nos reduza a independência financeira. Também segundo a análise do relatório semestral verifico que segundo o parecer técnico não se excedeu os limites de endividamento face a lei das finanças locais. Também verificamos que as dívidas a fornecedores desceram quinhentos e vinte e nove mil euros (529 000,00€) e que o prazo médio de pagamento baixou para 103 dias (em 2011 foram mais 20 dias). Este que tem sido um aspeto bastante falado nesta Assembleia e finalmente mostra uma tendência de baixar, o prazo médio de pagamento aos fornecedores deve manter esta cadência e deve ser feito um esforço para não a deixar fugir do nosso controlo para podermos ambicionar chegar aos limites propostos no Plano de Saneamento Financeiro. A dívida total reduziu dois milhões e oitocentos e sessenta e um mil

euros (2 861 000,00€) e a tendência de redução continua como será expectável, no entanto abaixo do previsto no Plano de Saneamento Financeiro, referindo no entanto o relatório que se percebe uma redução no afastamento das metas para este ano. Ou seja, estamos mais próximos das metas previstas pelo Plano de Saneamento Financeiro, embora não estejamos a cumprir. Podemos observar que existia uma tendência ano após anos da dívida se afastar da meta do PSF. Íamos cumprindo os limites mas com um afastamento cada vez maior em relação ao estipulado, esta constatação a confirmar-se é positiva e de realçar. Contudo estes resultados têm sido conseguidos á custa do pouco investimento pelo que se percebe que continuaremos a ter que sacrificar esta opção na procura do cumprimento das metas conforme o estipulado. Detetamos que a cedência do direito de superfície do parque subterrâneo da Soares da Costa terminado em 2008 que nos pareceu vital e de grande importância para as contas e que ajudou mesmo a equilibrar as receitas, o que não entendo será o porque de só agora ter sido lançada. Ficou-nos a curiosidade do porquê de passados 4 anos é que se contabiliza esta receita extraordinária, se fosse possível agradeceríamos esclarecimento. Também agradeceríamos esclarecimento para uma quantia na rubrica de Custos e Perdas Extraordinárias de quinhentos e cinquenta e três mil euros (553 000,00€) que dizem ser transferências de capital e correções de exercícios anteriores, quais e porquê? Deixamos aqui a questão no ar. Para terminar deixamos um pormenor que apesar de estar legal relativamente ao Pocal nos parece de rever, será o facto de não lançarem por duodécimos as depreciações dos equipamentos o que distorce os gastos do semestre e induz à obtenção de resultados positivos acima da realidade. Para uma informação mais precisa podiam tentar lançar os duodécimos ou fazer somente a referência ao valor estimado para o ano em curso. Em forma de resumo podemos transmitir que sentimos sinais de melhoria no cumprimento e uma aproximação às metas do Plano de Saneamento Financeiro, é uma realidade a crise que todos sentimos e as opções que fazemos hoje ao nível financeiro podem afetar e muitas vezes afetam gravemente a nossa vida no futuro. Muito obrigado.=====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Segundo Secretário da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor José Campos, do PSD. =====

===== Mais uma vez muito boa tarde a todos. Nesta análise do relatório de acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro, à semelhança do que tem ocorrido em outras Assembleias Municipais e legitimamente temos mais uma vez duas visões distintas. Da bancada do PSD, acreditamos que mais uma vez importa analisar e verificar se os desígnios, os objetivos e as metas a que se propôs o plano estão a ser cumpridas. Já passaram 4 anos desde a implementação do plano de saneamento financeiro que foi acordado em 2008. Temos verificado que nas diversas sessões da Assembleia a oposição, tem sobretudo sempre questionado o facto de ser ter chegado ao ponto da autarquia ter de recorrer a este plano. Respeitamos obviamente essa opinião, embora consideremos que após 4 anos e inclusive tendo

em conta o ponto de discussão em concreto no presente, é importante discutir o cumprimento do plano de saneamento até ao momento e analisar as expectativas futuras. Não deixamos no entanto de reconhecer igualmente que em 2008 a autarquia teve a capacidade de assumir um problema e procurar encontrar uma solução viável. Outras autarquias posteriormente tentaram recorrer a este mesmo instrumento, e sabemos que algumas não puderam acionar nenhum plano de saneamento financeiro. À data de 30 de Junho de 2012, do total do empréstimo contraído no valor de aproximadamente trinta e dois milhões de euros (32.000.000,00€), o capital em dívida era de cerca de vinte e oito milhões e oitocentos mil euros (28.800.000,00€), ascendendo já as amortizações de capital desde 2008 a cerca de três milhões e setecentos mil euros (3.700.000,00€). Da análise do ponto referente à execução económico-financeira gostaria de destacar a continuação da tendência de diminuição dos custos com o pessoal. No semestre o município apresentou um superavit económico superior a dois milhões de euros (2.000.000,00€). Em linha com o valor estimado no plano de saneamento financeiro para todo o ano de 2012. Importante também a análise da evolução da dívida municipal, que regista uma performance semestral bastante favorável, com uma redução superior a dois milhões e oitocentos mil euros (2.800.000,00€) face a Dezembro de 2011. Deste modo se a evolução mantiver o mesmo ritmo durante o 2º semestre vai seguramente permitir já em 2012 uma recuperação cada vez mais acentuada dos desvios e a sua aproximação aos valores estimados no plano de saneamento. É uma demonstração clara da capacidade de gestão que o atual executivo tem demonstrado. Na análise ao equilíbrio financeiro do município é clara também a diminuição das dívidas com empréstimos bancários de médio e longo prazo. Também neste campo os indicadores são animadores. Esta dívida registou ao longo do primeiro semestre uma diminuição de mais de dois milhões e quatrocentos mil euros (2.400.000,00€) face ao final de 2011. No final de Junho o município já tinha conseguido ultrapassar a meta de redução para o ano todo, de 10% da dívida referente a empréstimos de médio e longo prazo cumprindo o acordado a que está legalmente obrigado. Também no que diz respeito ao endividamento líquido a análise dos números permitem-nos constatar que durante o tempo já decorrido a redução do endividamento líquido esta acima da redução anual prevista, aproximando-se também neste indicador claramente do valor previsto no plano de saneamento financeiro para o ano de 2012. Importante realçar que para esta redução também contribui o facto de ter sido contabilisticamente considerado no ano corrente, o contrato de cedência de equipamento relativo ao parque subterrâneo da praça da cidade. Mesmo assim é de notar que se não considerássemos a redução inscrita derivada da contabilização do contrato, o endividamento líquido municipal reduziria no semestre mais de dois milhões de euros (2.000.000,00€), em linha com a redução anual prevista para 2012. Relativamente às dívidas a fornecedores, apresentam de facto ainda um montante superior ao previsto no Plano, mas demonstrando uma tendência favorável, ao contrário do que o Senhor Deputado Bruno Aragão, não estão em ascensão antes pelo contrário diminuíram em cerca de quinhentos mil euros (500.000,00€) face ao final de 2011, e encontrando-se dentro dos limites de equilíbrio legalmente estabelecidos. Também o total do passivo apresenta uma evolução

positiva prevendo-se que no final do ano se encontre dentro do limite definido no plano de saneamento. O prazo médio de pagamento a fornecedores que de Assembleia em Assembleia tem vindo a ser um dos temas mais debatidos continua a baixar. Esta redução tem sido sistemática. Relativamente ao final de 2011 o prazo médio diminuiu 20 dias, situando-se atualmente bem abaixo do limite mínimo de 180 dias definidos por lei. É de realçar esta baixa contínua numa altura em que se sabe que num grande número de municípios e por força das dificuldades económicas que todos atravessam, este indicador tem tido o sentido exatamente contrário. Sobre a execução orçamental do primeiro semestre e da análise dos dados disponíveis a 30 de Junho podemos ter já uma certeza muito clara de que o Município demonstra capacidade de cumprir no final do ano com os valores estimados no plano de saneamento financeiro. Numa altura da vida do país, dos municípios e dos cidadãos marcada por uma grave crise, numa altura em que as transferências vindas do orçamento de estado são cada vez menores, e em que as receitas também escasseiam é na nossa opinião digno de registo a capacidade e o rigor que o executivo tem demonstrado no alcance das metas inscritas no plano de saneamento financeiro. Sabemos que este esforço de contenção terá de continuar, por isso pode o executivo continuar a contar com o apoio da bancada do PSD para alcançar os objetivos a que se propõe em matéria económico-financeira. Analisadas as variáveis a meio do ano e, concluindo, podemos estar muito otimistas em relação à capacidade que o município tem de chegar ao final do ano com as metas para 2012 devidamente cumpridas. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Segundo Secretário da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Dar nota e voltar a citar o relatório da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas porque já noutros tempos era muito utilizado quando vinha aqui alguma chamada de atenção e portanto agora que, repito, o limite estabelecido para o endividamento líquido não é excedido, o endividamento de curto prazo também não é excedido e também não excedido o limite estabelecido para o endividamento médio e longo prazo, são os Senhores Revisores que dizem. A dívida total do Município em, só para percebermos do que é que estamos a falar porque às vezes tenta-se confundir os números e tenta-se aqui fazer procurar Sound bites sobre o valor dia e se nós multiplicarmos o valor dia que foi dito por ano, eu ouvi dez mil euros (10.000,00€) dia, dez mil euros vezes 365 dias dá três milhões e seiscentos e cinquenta mil euros (3.650.000,00€), não sei depois onde é que se consegue ver isso nas contas, mas o defeito é meu, mas eu não vou procurara a questão dos Sound bites não é isso que me importa, o que importa é que o valor da dívida total do Município em 2007 era de cinquenta e cinco milhões de euros (55.000.000,00€), cinquenta e cinco, cento e oitenta e cinco, cento e sessenta e nove (55.185.169) e eu repito, cinquenta e cinco, cento e oitenta e cinco (55.185) e portanto este valor era o valor que estava não há cá variações. O valor total da dívida do

Município em junho de 2012 é quarenta e quatro milhões oitocentos e vinte e três (44.823.000), em Junho. Ainda vai ficar menos no final do ano, esperamos nós. Isto, ninguém consegue desmentir. Portanto a dívida total do Município tem diminuído. É impossível dizer o contrario, por muito que se tente. Relativamente à dívida de empréstimos de médio e longo prazo, já a qui também foi dito qual é que é a redução no semestre, a redução no semestre são dois milhões, trezentos e quarenta, quinhentos e sessenta e três (2.340.563) e portanto naquilo que tem a ver e também é dito muitas vezes que a Câmara Municipal só joga para os objetivos legais, basicamente, também aqui no final do primeiro semestre o município já ultrapassou em seiscentos e cinquenta e sete mil euros (657.000,00€) a redução anual de 10% do montante em excesso, portanto também aqui já ultrapassamos aquilo que temos de fazer. Relativamente ao prazo médio de pagamentos ele tem vindo a diminuir, sempre e portanto também aqui ano de 2011, final do ano, já aprovado aqui em sede de Assembleia Municipal, já discutido, prazo médio de pagamento a fornecedores 123 dias. Em junho de 2012, prazo médio de pagamento a fornecedores 103 dias. Ou seja, redução, 20 dias a menos em seis meses. Positivo, na minha opinião. Devemos fazer mais? Devemos. Devemos procurar diminuir? Devemos, evidentemente, dentro daquelas que são as nossas capacidades e as nossas possibilidades. Já aqui foi dito que paralelamente a isto tudo os investimentos continuam a ser feitos, o Parque do Cercal já começou, a Área de Acolhimento Empresarial as suas infraestruturas também foi hoje, já, aprovado e há um conjunto de outras que não vou hoje estar aqui a maçar-vos com a questão das obras, não é a altura para discutir, estamos a discutir a questão das contas e portanto aquilo que vos posso dizer é que o esforço continua a ser feito, estamos no intervalo, estamos a junho de 2012, se continuarmos a este ritmo chegaremos ao final do ano dentro daquilo que são as nossas expetativas, melhoradas se aprovarmos como é proposto no ponto vinte e oito da ordem de trabalhos a questão do programa de apoio à economia local. Portanto o trabalho de ajustamento de consolidação financeira do município está a ser feito, a redução é uma evidencia, logicamente que há quem queira vê-la com naturalidade e há quem procure defender outros pontos de vista, mas isto é perfeitamente legitimo em democracia, nem ninguém tem que se zangar por causa disso e portanto eu estou a ser o mais cauteloso e cuidadoso possível só falando de números e nem estando aqui a fazer nenhuma interpretação dos números. Referi os números para não dizerem que não o estamos a fazer e para que se possa perceber este esforço que está a ser feito de consolidação e de redução das nossas contas. Em 2008 a Câmara Municipal tinha uma dívida de 55, a dívida da Câmara Municipal em junho de 2012 é 44 milhões. É grande? É verdade, é. Temos que continuar a trabalhar para a reduzir? Temos, todos, é isso que estamos a fazer. Muito obrigado. =====

===== A Assembleia apreciou o referido documento. =====

*===== **Ponto quatro:** Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro – Reporte a 30 de Junho de 2012 – Apreciação. =====*

===== *Para cumprimento do artigo 6º do D.L. nº 38/2008 e alínea c) do nº 4 do artigo 40º da Lei nº 2/2007 (Lei das Finanças Locais), foram presentes os documentos referidos em epígrafe, os quais irão ficarão arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====*

===== *Entrou o Senhor Presidente da Assembleia. =====*

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Bruno Aragão. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS. =====*

===== *Obrigado Senhor Presidente. Senhor Presidente, agradeço a sua cautela e também só me cinjo aos números que é o que tenho feito sempre, mas há uma coisa que, enfim, peço desculpa se vou ser um bocadinho maçador com isso, mas eu acho que nós temos de distinguir claramente porque é sempre confundido. Uma coisa é a Lei das Finanças Locais e aquilo que ela nos obriga a nós e a todos os Municípios. Outra coisa, bem diferente, é o Plano de Saneamento Financeiro a que o Município se obrigou. São duas coisas absolutamente distintas. Quanto à Lei das Finanças Locais nunca aqui foi dito, em momento nenhum, que não estava a ser cumprido. Em momento nenhum nós dissemos que não estava a haver uma redução. Quanto a o Plano de Saneamento Financeiro, continuamos a dizer exatamente a mesma coisa, nunca foi cumprido, não está a ser cumprido mesmo que o Senhor diga. Se quiser relembro-lhe as suas declarações na última discussão que fez sobre isto, em que disse claramente, que o Plano de Saneamento Financeira estava a ser cumprido. Não está. Não está e então o Senhor não sabe ver as contas e terei todo o prazer em fazer uma tertúlia ou uma reuniãozinha no fim e vemos as contas todas. Mas a questão é muito simples, o Plano de Saneamento Financeiro, isso é preciso lembrar isto, o Plano de Saneamento Financeiro custou-nos dezasseis milhões de euros (16.000.000,00€). Na altura o Município obrigou-se aquele empréstimo com este ónus pesadíssimo, sabe o que é que dava para fazer dezasseis milhões de euros (16.000.000,00€)? Se calhar dava para fazer as Piscinas, a Biblioteca Municipal, o Parque da Cidade está a perceber a quantidade de obras que nós hipotecamos neste empréstimo? E é isso que nós estamos a dizer e dez mil euros por dia não é um Sound bite, é o que nós pagamos efetivamente, é isso que é preciso dizer às pessoas que neste momento estão uma situação difícilíssima, que nós pagamos dez mil euros por dia do empréstimo, isto não é um Sound bite, da mesma forma que não é um Sound bite e está no relatório e continuo a cingir-me aos números, que a dívida a fornecedores representa mais de 10% da receita do ano anterior, não é? Então diga-me, se temos um superavit, qual a necessidade de contrairmos mais um empréstimo? Sabe o que é um superavit? Quando há um superavit, não há dívida, não é? Percebe aquilo que queremos dizer, se formos realmente honestos naquilo que estamos a dizer. Não, já sei o que é que vai dizer. Aí sim vai*

argumentar contabilisticamente. Quando há superavit, não temos dívida, não precisamos de mais um empréstimo que é isso a que nós nos vamos obrigar ainda que digam que vai ser com uma taxa de juros simpática. E isto sim é onerar o Município, porque um empréstimo como sabem reduz sempre a nossa capacidade de investimento, estamos sempre a falar de investimento e podemos ver o nível de investimento que temos tido nos últimos anos, aliás o desafio para uma próxima Assembleia Municipal é trazer um graficozinho com esse investimento e compara-lo com as outras Câmaras. Olhe, desafio-o a fazer isso. =====

===== A Assembleia apreciou o referido documento. =====

*===== **Ponto cinco:** Protocolo a celebrar com a Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa de Oliveira de Azeméis, para desenvolvimento do projeto “Uma Voz por um Sorriso” do Banco Local de Voluntariado de Oliveira de Azeméis – Autorização. =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1 – Que na Lei n.º 71/98, de 3 de Novembro, é reconhecido o valor social do voluntariado como expressão do exercício livre de uma cidadania ativa e solidária e garantida a sua autonomia e pluralismo, 2 – O papel decisivo que o voluntariado tem no reforço da coesão social e na consolidação do regime democrático e da cidadania, sendo hoje reconhecido enquanto promotor de práticas comunitárias, aproximando os cidadãos em torno de causas comuns, solidárias e integradoras do indivíduo na vida coletiva, 3 – Que a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, pessoa coletiva n.º 506 302 970, com sede no Largo da República, em Oliveira de Azeméis, adiante designada por CMOA, prossegue fins de desenvolvimento social nos domínios da área sénior e voluntariado e desenvolve atividades de manifesto interesse social e comunitário entre as quais se inclui as ações dirigidas à população idosa do concelho de Oliveira de Azeméis e o Banco Local de Voluntariado de Oliveira de Azeméis, 4 – Que os Bancos Locais de Voluntariado, criados por recomendação da Comissão Nacional para o Ano Internacional dos Voluntários (2001) são estruturas locais de âmbito concelhio que, atuando em subsidiariedade e usufruindo de proximidade e do conhecimento das características de cada comunidade, contribuem para a promoção, organização e aprofundamento do voluntariado, 5 – Que a Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa de Oliveira de Azeméis, pessoa coletiva n.º 500 745 749, com sede na Rua da Cruz Vermelha - Cidacos, em Oliveira de Azeméis, adiante designada por ESEnfCVPOA estrutura os seus objetivos com base em 6 Eixos de atuação, concretamente, Eixo 1: Ensino e Formação; Eixo 2: Desenvolvimento Humano; Eixo 3: Investigação e Desenvolvimento; Eixo 4: Gestão e Desenvolvimento Sustentado; Eixo 5: Prestação de serviços à comunidade; Eixo 6: Mobilidade e Cooperação Internacional, sendo de salientar a importância do Eixo 5 no apoio ao desenvolvimento de projetos de manifesto interesse social com vista à melhoria das condições de vida da comunidade, 6 – Que a Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa de Oliveira de Azeméis tem uma bolsa

de Voluntários, que prosseguem fins que enquadram nos objetivos deste projeto. 7 – Que o Banco Local de Voluntariado de Oliveira de Azeméis criou o Projeto “Uma Voz por Um Sorriso”, a ser prosseguido e coordenado em parceria com a ESEnfCVPOA, e implementado pelo Grupo de Voluntários da ESEnfCVPOA; 8 – As atribuições dos Municípios no desenvolvimento e consolidação de programas e projetos de interesse municipal, em parceria com outras entidades consignadas pelo Art.º 13º e 23º da lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, conjugado com o Art.º 64º, n.º 4º, alínea c) da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, propõe-se: - A aprovação do Protocolo entre a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e a Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa de Oliveira de Azeméis, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, ao abrigo do disposto na alínea c), n.º 4, do art.º 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - Que o Protocolo seja remetido à Assembleia Municipal, para os mesmos efeitos e do determinado na alínea m) n.º 2, do art.º 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado Senhor Presidente. Estamos a falar de um protocolo de cooperação assinado entre a Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa de Oliveira de Azeméis e a Câmara Municipal para este projeto “Uma Voz por um Sorriso” e tem a ver com o acompanhamento que é feito a jovens devidamente selecionados pela Escola Superior de Enfermagem de acompanhamento para combater o isolamento dos idosos e da população que tem mais dificuldades, portanto é um protocolo interessante e ainda por cima no Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e não deixa de ser um de muitos que nós temos com a Cruz Vermelha Portuguesa que tem sido um parceiro extraordinário junto do Município. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrições. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração com a Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa de Oliveira de Azeméis, para desenvolvimento do projeto “Uma Voz por um Sorriso” do Banco Local de Voluntariado de Oliveira de Azeméis. =====

*===== **Ponto seis:** Protocolo a celebrar com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género – Autorização. =====*

=====
 ===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “ Considerando que – Nos termos do disposto no Artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, constitui uma das tarefas fundamentais do Estado Português promover a igualdade entre homens e mulheres; - O Artigo 13º da Constituição da República Portuguesa prevê a igualdade de oportunidades independentemente da ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual; - A realização de uma efetiva igualdade entre mulheres e homens é uma dimensão fundamental da proteção e promoção dos direitos do ser humano e constitui um forte indicador da qualidade da democracia; - A implementação da estratégia de integração da perspectiva de género nas políticas e ações promovidas pelas autarquias não só contribuirá para promover uma igualdade efetiva entre mulheres e homens e responder melhor às necessidades e aspirações das diferentes categorias de munícipes, mas também terá como consequência uma melhor utilização dos recursos humanos e financeiros, uma melhor qualidade da tomada de decisão e um melhor funcionamento da democracia; - É atribuição das autarquias locais atender aos interesses próprios, comuns e específicos das populações respetivas, designadamente nas áreas de intervenção previstas na Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro; - As autarquias locais, pela sua proximidade com as populações, se configuram como impulsionadoras e agentes de desenvolvimento e se apresentam, por isso, como entidades privilegiadas para a concretização de ações e medidas que tenham como objetivo a promoção da política de Igualdade de Género e de Oportunidades; - O Município de Oliveira de Azeméis, promotor da Rede Social do concelho de Oliveira de Azeméis constitui uma parceria local efetiva que visa garantir maior eficácia e eficiência nas respostas sociais e rapidez na resolução dos problemas das pessoas e suas famílias, que integra nos seus princípios de ação o Princípio da Igualdade de Género (Decreto Lei nº 115/2006, Artigo 10º). Propõe-se – A aprovação da minuta do referido Protocolo documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, ao abrigo do disposto na alínea a) e c) do n.º 4 do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro e artigo 10º do Decreto-Lei n.º 115/2006 de 14 de Junho; - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para os mesmos efeitos e do determinado na alínea q) do n.º 1 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro.” =====

=====
 ===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

=====
 ===== Muito obrigado Senhor Presidente. Isto também é um protocolo, que já foi aprovado também em reunião de Câmara e tem a ver com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e é para que o Município possa adotar um plano municipal para a igualdade entre mulheres e homens, isto é também uma evolução tendo em conta os tempos que

correm e a necessidade de nos adaptarmo-nos aqui a um conjunto de realidades e por isso nós não queremos ficar para trás em nenhuma circunstância e também estamos a trabalhar para a cidadania igualdade de género e portanto é para que em termos municipais também possamos dar respostas a esta temática. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrições. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. =====

*===== **Ponto sete:** Protocolo de colaboração a celebrar com o Grupo de Escoteiros – Grupo 212, com vista à participação nas atividades lúdicas organizadas pelo Município – Autorização. =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: As atribuições dos Municípios em matéria de Desporto e Tempos Livres, consignados na Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro; - A missão, atividades, princípios e valores dos Escoteiros de Portugal, enquanto associação educativa para jovens, sem fins lucrativos, reconhecida de utilidade pública; - Que se enquadra nas suas atividades e no método de educação não formal que utiliza, a proteção e o contacto com a natureza, a educação ambiental, a intervenção social, a cooperação para o desenvolvimento, a promoção para o voluntariado social, a educação para a paz, a cultura, o desporto, a educação para a saúde, difundindo novos valores, proponho: - Que seja aprovada a minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar com o Grupo de Escoteiros – Grupo 212, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, ao abrigo designadamente da alínea m) do n.º2 e alínea b) do n.º 4 do artigo 64º e autorização concedida nos termos da alínea m) nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redação da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro. O valor referente ao ano de 2012 encontra-se cabimentado na rubrica 020774, pela proposta de cabimento 1717 (I/70727/2012), possuindo o número de compromisso de fundo disponível 3643/2012, conforme estabelece a Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho; Mais se propõe a autorização/ aprovação pela Assembleia Municipal dos seguintes pontos: 1 – Por se tratar de um compromisso plurianual, nos termos da al. c), n.º 1 do art.º 6.º da Lei 8/2012, seja o mesmo autorizado pela Assembleia Municipal; 2 - Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal, para efeitos do determinado na alínea m) nº 2 do art.º 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== *Senhor Presidente, Senhores Deputados, todos conhecemos a atividade que é desenvolvida pelos escoteiros, neste caso concreto estamos a falar dos Escoteiros do Grupo 212, Escoteiros de Oliveira de Azeméis e tendo em conta as suas atividades, o Município decidiu conceder uma comparticipação financeira de mil e oitocentos euros (1800,00€), ou seja estamos a falar de cento e cinquenta euros (150,00€) por mês, o que dá este valor, para que o Grupo de Escoteiras possa concretizar as suas atividades e cumprir a sua missão e atingir os objetivos a que se propõem.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrições.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração celebrado com o Grupo de Escoteiros – Grupo 212, com vista à participação nas atividades lúdicas organizadas pelo Município, bem como autorizar a repartição dos encargos nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012.* =====

===== **Ponto oito:** *Protocolo de colaboração a celebrar com o Grupo “Os Pauliteiros de Ossela”, com vista à representação do Município no Festival Folclórico de Marselha, em França – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios na prossecução de uma política globalizante de promoção do desenvolvimento local, sociocultural, e de tempos livres, previstas designadamente, nas alíneas e), f) e n) do n.º1 do art.º 13º; artºs. 20º, 21º e 28º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro; - Que importa assegurar a criação de condições adequadas ao desenvolvimento de atividades culturais e, conseqüentemente, de valorização e estímulo de iniciativas e projetos a cargo de entidades que já demonstraram capacidade de execução na prossecução desses objetivos; - O teor do ofício enviado pelo Grupo “Os Pauliteiros de Ossela”; - O interesse municipal da representação do nosso Município, no Festival Folclórico em Marselha, França, propõe-se: - A aprovação da minuta do Protocolo de Colaboração, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com o Grupo “Os Pauliteiros de Ossela”, ao abrigo da alínea b), n.º 4 do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, correspondendo o número de compromisso 3138/12, conforme estabelece a Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro e se remeta à Assembleia Municipal, em cumprimento do determinado na alínea m) nº 2 do art.º 53º do referido diploma legal, conjugado com a Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

=====*Muito obrigado Senhor Presidente. Isto é um apoio excecional, que tem a ver também com uma atividade que ela própria também não é normal e portanto, o Grupo Pauliteiro de Ossela foi convidado para participar neste festival folclórico em Marselha, em França e portanto para ajudar na comparticipação desta deslocação e desta viagem, o Município decidiu atribuir este valor de mil e quinhentos euros (1.500,00€) e portanto, por isso é que vem também aqui à Assembleia Municipal.*=====

=====*Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrições.*=====

=====*O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração com o Grupo “Pauliteiros de Ossela” para representar o Município no Festival Folclórico de Marselha, em França.*=====

=====***Ponto nove:** Adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis (FAMOA) – Concurso Internacional de Instrumentos de Sopro “Terras de La-Salette” – Autorização/ Ratificação.*=====

=====*Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - que em 03/06/2012, foi celebrado Protocolo de Colaboração entre o Município de Oliveira de Azeméis e a Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis – FAMOA, que tem por objeto a colaboração institucional entre os Outorgantes, tendo em vista a concretização do Concurso Internacional de Instrumentos de Sopro “Terras de La- Salette” que decorreu entre 30 de Março e 4 de Abril de 2012; - O teor da cláusula terceira do mesmo: “...atribui comparticipação financeira... no montante até 25.000,00€”; - Após a conclusão do referido concurso a FAMOA, apresentou o mapa das receitas arrecadadas e as despesas que lhe estão associadas, tendo o serviço responsável pelo evento confirmado as contas apresentadas, e verificou-se que as receitas ficaram aquém das despesas, sendo o valor deficitário em 5.030,65€ (cinco mil e trinta euros e sessenta cinco cêntimos), propõe-se: - Ao abrigo da alínea b) do n.º4 do artigo 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redação da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que seja aprovada a Adenda ao Protocolo, alterando-se o teor da cláusula terceira, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos. Os encargos resultantes da adenda ao protocolo serão suportados pelo orçamento em vigor, nas correspondentes classificações orgânica e económica, correspondendo ao número de compromisso de fundo disponível 3277/2012.”*====

=====*O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.*=====

===== *Muito obrigado Senhor Presidente. Tem a ver com uma adenda ao protocolo, portanto tem a ver com acrescentar o valor de cinco mil e trinta euros e sessenta e cinco cêntimos (5.030,65€), como sabem este concurso teve um tremendo sucesso e portanto a verba que tínhamos atribuído não foi suficiente e portanto estamos a atribuir agora este valor para fazer face às despesas que estão devidamente apresentadas e validadas.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrições.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar/ ratificar a adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis, no âmbito do Concurso Internacional de Instrumentos de Sopro “Terras de La-salette”. Não participou na análise e votação o Sr. António Grifo, por se considerar impedido.* =====

===== **Ponto dez:** *Classificação e cadastro dos caminhos públicos do Município de Oliveira de Azeméis – freguesia de Carregosa (Aditamento) – Aprovação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Após a aprovação final em reunião de câmara de 17 de Abril e ratificação em assembleia municipal de 30 de Abril últimos, a comissão teve necessidade de reunir novamente em virtude de uma reclamação para a inclusão de um caminho, cuja reclamação não havia sido analisada, tendo-se elaborado o relatório que pela presente se submete à aprovação. Juntam-se ainda a localização do caminho, bem como, em documentos relacionados, a reclamação apresentada e a troca de correspondência com a junta de freguesia, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Senhor Presidente prende-se com um aditamento à freguesia de Carregosa depois de termos feito a classificação, já foi também trabalhado pela comissão que está encarregue, o Senhor Presidente da Junta participou e os serviços da Câmara Municipal e portanto é, conforme diz a proposta, mesmo um aditamento a essa situação.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrições.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dez à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresenta.* =====

===== **Ponto onze:** *Regulamento de cedência e utilização dos veículos municipais de transporte de passageiros – Aprovação definitiva.* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: na sequência da deliberação do Executivo datada do dia 12/06/2012, que aprovou o projeto de Regulamento Municipal de Cedência e Utilização dos Veículos Municipais de Transporte de Passageiros, se procedeu à realização da audiência dos interessados, nos termos do artigo 117 do C.P.A. e à sua apreciação pública em obediência ao artigo 118º do mesmo diploma, tendo-se consultado associações e instituições de carácter cultural, recreativo, social, desportivo, associações de pais e estabelecimentos de ensino; que em 19 de junho de 2012 se procedeu à publicação da referida proposta de Regulamento no Boletim Municipal n.º 222; que após conferência dos prazos, foram cumpridos os normativos legais sobre a audiência dos interessados, tendo-se rececionado apenas uma sugestão formal da Liga dos Amigos do Hospital de Oliveira de Azeméis, que aconselha a que do Regulamento conste o número de dias mínimo de antecedência com que o requerimento de pedido de transporte deve ser efetuado, relativamente à data do evento, o que contudo não se entende pertinente uma vez que tal poderia criar obstáculos diversos à operacionalização de eventos que por vezes são calendarizados com carácter de urgência e imprevisibilidade; Entendo propor ao órgão executivo, que por se justificar, que apresente, para aprovação à Assembleia Municipal, o presente Regulamento, ao qual não se efetuou qualquer alteração relativamente à versão aprovada por este órgão executivo.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Senhor Presidente, se me autorizar, eu daria a palavra ao Senhor Vice-presidente que é quem conduziu este processo que já teve início há algum tempo, passou por um período de discussão pública e portanto está em condições de ser agora aprovado em Sede de Assembleia Municipal.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra ao Senhor Vice-presidente Dr. Ricardo Tavares, para prestar esclarecimentos à Assembleia.* =====

===== *Muito boa tarde a todos, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores deputados, estimado público, senhor Presidente da Câmara, Colegas. Relativamente a este ponto trata-se da aprovação definitiva do Regulamento de Cedência e Utilização dos Veículos Municipais de Transporte de Passageiros, conforme consta da proposta, esta proposta esteve em discussão pública, foi publicada, houve uma sugestão por parte da Liga dos Amigos do Hospital de Oliveira de Azeméis que foi apreciada, basicamente assenta no seguinte: no nosso entendimento havia alguma desigualdade na atribuição das isenções relativamente aos*

transportes municipais dos veículos (vulgo autocarros), havia no regulamento anterior casos de direito a duas isenções, a três isenções, a cinco isenções em função do número de atletas, por exemplo de cada entidade ou de cada clube, o que nós aqui fizemos foi uniformizar os critérios de atribuição das isenções, de pagamento das taxas de utilização, basicamente enquadrados apenas em dois fundamentos: ou quando revestem interesse público municipal, que tem que ser feito, tem que ser argumentado ou alegado no pedido inicial; ou quando se trata de um evento que se possa considerar de importância promocional de representação e divulgação do município, basicamente são estes os dois fundamentos que poderão originar a isenção do pagamento dos transportes municipais. Entendemos que ficou mais clarificado esta Norma, na atribuição das isenções municipais, devido às constantes dúvidas que existiam. A atribuição das isenções é dada por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, ou Vereador com competência delegada, aceitando o alegado pelos requerentes. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrições. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número onze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o Regulamento de Cedência e Utilização dos Veículos Municipais de Transportes de Passageiros. =====

*===== **Ponto doze:** Regulamento municipal sobre estacionamento e paragem de veículos no concelho de Oliveira de Azeméis – Aprovação definitiva. =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1. “Considerando que propostas de alteração de regulamentos devem ser submetidas a audiência dos interessados e apreciação pública, e que a mesma foi devidamente realizada, tendo entretanto decorrido o seu prazo; 2. Considerando que foram apenas introduzidas alterações pontuais (e não substanciais) ao texto das alterações, tratando-se de pequenos acertos que não implicam uma alteração na estrutura do regulamento. 3. Durante o período de discussão pública, não houveram contributos à proposta de alteração do Regulamento, das entidades convidadas a pronunciarem-se, propõe-se: 1) A aprovação definitiva da proposta de alteração do regulamento municipal sobre estacionamento e paragem de veículos do concelho de oliveira de azeméis, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; 2) A remessa da mesma, nos termos da lei, à Assembleia Municipal, após aprovação. 3) Após decorridos esses trâmites legais, a remessa da mesma para publicação no boletim municipal.” =

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Vice-presidente da Câmara Municipal Dr. Ricardo Tavares, para prestar esclarecimentos. =====

===== *A alteração constante deste Regulamento prende-se sobretudo com a criação de uma taxa máxima diária de estacionamento. Ou seja, nós constatamos ao longo da vigência do Regulamento de estacionamento que haviam muitas viaturas na cidade que ficavam estacionadas durante o dia inteiro, pagando, ou quando eram convidadas para regularizar a situação, pagando dois euros e meio (2,50€), que era a taxa máxima que se pagava usando ou usufruindo do tempo máximo que o Regulamento permitia que eram 3 horas. Por isso, o que aqui fica definido, é que: no caso de uma viatura estar em infração e não regularizar no prazo de 48 horas essa infração, fica sujeita ao pagamento de uma taxa máxima diária de seis euros (6,00€). Anteriormente com dois euros e meio (2,50€) era possível regularizar a situação/ infração, atualmente para regularizar terá que pagar seis euros (6,00€) e terá que pagar, caso não queira ser objeto de um processo de contraordenação, no período de 48 horas após a infração terá que pagar a taxa máxima diária de seis euros (6,00€), basicamente é isto que consta da alteração ao Regulamento anterior.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Ricardo Bastos e Dr. João Osório.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Ricardo Bastos, do PS.* =====

===== *Uma vez mais boa tarde. Senhor Presidente o que norteou a implementação de estacionamento pago foi, antes de mais, o disciplinar do trânsito, fomentar a rotatividade e com isso dinamizar o comércio. Pois bem com esta medida avulsa, o que Câmara Municipal tem única e exclusivamente em vista, é a arrecadação de receita. Com esta medida avulsa a Câmara Municipal vai pôr a pagar, evidente, há muito, quem não cumpre, mas também de uma forma cega vem penalizar por uma questão de minutos ou de uma distração, mesmo a fazer compras, deixe ultrapassar o tempo, é assim também uma medida penalizante para o próprio comércio que gostava e teria muito mais conforto tendo os seus cliente despreocupados deste constrangimento é aliás a política dos centros comerciais, clientes às compras sem se preocuparem com estacionamento onde o mesmo sendo pago é mais barato. A medida é incompreensível nesta altura, tanto mais que a concessão está a decorrer e a fazerem-se alterações então faça-se algo abrangente contemplando outras vertentes, algumas delas já aqui faladas em Assembleia como, rever as tarifas, rever as ruas objeto de parquímetros, rever a política de estacionamento subterrâneo versus superfície, a política do cartão de residente que o Senhor Presidente prometeu levar em atenção quando mexe-se nestes assuntos. Senhor Presidente, medidas avulsas desta natureza, tendo apenas arrecadação de receita, eu acho que são dispensáveis.* =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. João Osório, do CDS/PP. =====

===== Muito obrigado Senhor Presidente. Evidentemente que aprovamos esta alteração ao Regulamento. Eu só sugeria, sabendo algo mais, é que se procedesse naquilo que é possível a maior divulgação, porque paira aí que muitas vezes que não pagando o tal convite que Dr. Ricardo estava a falar, que se neste momento são dois euros e meio (2,50€) e irá passar com esta alteração para seis euros (6,00€). Há quem pense que não efetuando o pagamento passado quarenta e oito horas, portanto, não irá ter nenhuma sanção e a realidade, posso dizer, é que não efetuando o pagamento após as quarenta e oito horas é levantado um processo de contraordenação e há muitas pessoas que não percebem e eu gostava, pronto, enfim, para chegar o mais longe possível que houvesse um esforço se possível da parte da Câmara, obviamente, que, enfim, divulgasse estas situações, porque paira assim umas confusões as pessoas não sabem, depois pagam e não pagam. O facto é que não pagando até às quarenta e oito horas há lugar a um processo de contraordenação e mesmo pagando o aviso há custas de processo. É só para dizer, portanto, eu não estou a falar do mérito ou não do estacionamento, estou a falar das consequências, que é muito importante o cumprimento destas normas e apelava sim para, então, difundir esta mensagem porque há certas dúvidas que pairam. Muito obrigado.

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Vice-presidente da Câmara Municipal Dr. Ricardo Tavares, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente, só dois pequenos esclarecimentos, eu penso que falei nisto. O Dr. João Osório referiu que as pessoas que estão sujeitas a infração ou quando recebem o convite, quando chegam ao carro e verificam que têm lá o convite para pagar, têm quarenta e oito horas para pagar e para pagar cada infração têm que depositar ou pagar com seis euros (6,00€). Vai passar a ser assim, se pagar nas quarenta e oito horas fica regularizada a situação/ infração, se não pagar nas quarenta e oito horas está sujeita a um processo de contraordenação em que a coima mínima é trinta euros (30,00€) e pode ir de trinta (30,00€) a cento e cinquenta euros (150,00€), isto relativamente às situações de infração. Relativamente ao que disse o Deputado Ricardo Bastos, esclarecer que a Câmara Municipal ao longo destes anos tem tido alguma benevolência com as permanentes situações de desprezo, até quase, pelos munícipes por esta situação, eu penso que isso já foi reconhecido por nós todos. E esta medida apesar de ser avulsa é uma medida que é generalizada em todos os municípios vizinhos. Não sei se costuma ir a S. João da Madeira ou não? Mas, em S. João da Madeira, a polícia passado um minuto se o Senhor estiver em infração para além de ter que pagar a taxa máxima diária tem que pagar logo para lhe retirarem o bloqueador e está sujeito a um processo de contraordenação, é assim que funciona aqui no município ao lado. Esta medida é mesmo para as pessoas pensarem em retirar o carro ao fim das três horas que lhes é permitido pelo Regulamento de Estacionamento. O

Regulamento de estacionamento foi mesmo e esta situação, para que as viaturas vão saindo do lugar de estacionamento de três em três horas e pagam os dois euros e meio (2,50€). Só é permitido estacionar 3 horas, o que até aqui se verificava é que uma vez que as pessoas pagavam de sanção dois euros e meio (2,50€) por dia, para eles estarem três horas ou estarem o dia inteiro era a mesma coisa até porque não há bloqueadores. A nossa Câmara ainda não adotou este sistema dos bloqueadores. E portanto o que nós aqui estamos a dizer é assim: como ainda não há bloqueadores, as pessoas são livres, estão lá três horas e um minuto e pagam seis euros (6,00€), paciência. As pessoas já sabem que, já sabem há 3 ou 4 anos que só podem lá estar três horas ou então não estão as três horas estão duas horas e cinquenta e nove e só pagam dois euros e meio (2,50€), é tão simples quanto isso. Isto não é estar a explorar ninguém. É haver regras, finalmente tem que haver regras. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Ricardo Bastos, do PS. =====

===== Senhor Presidente, entendo perfeitamente a história das pessoas lá deixarem ficar o carro o dia inteiro. Não devemos pensar no tempo máximo, o que norteou isto foi a rotatividade para que as pessoas pudessem, o comércio pusesse as pessoas à vontade. E temos que falar no tempo intermédio, eu não preciso de meter lá os dois euros e meio (2,50€) para estar lá três horas ou esse tempo todo, eu posso meter vinte cêntimos (0,20€) porque só vou ali fazer uma coisa qualquer. Meto vinte cêntimos, o tempo passou, ainda a semana passada cheguei ao carro estava uma multa e muito bem, passava dois minutos, tudo bem. Eu tinha metido uma moeda, estava a pensar que só ia gastar um bocado de tempo. Passei. Pronto, passou. Agora, quem estiver a fazer compras: - epá, vou ter que ir tirar o carro, já não faço mais compras vou-me embora. Eu estou a falar do tempo máximo, das pessoas que prevaricam, eu trouxe aqui na última Assembleia onde falei que num carro onde contei doze (12), doze (12) envelopes e noutra contei dez (10) e perguntei se aquilo tinha algum valor? Agora, estou a falar destes tempos intermédios, uma pessoa que mete vinte cêntimos (0,20€), mete trinta cêntimos (0,30€), mete cinquenta cêntimos (0,50€) deixa passar uns minutos não anda à vontade a fazer compras, isto é penalizante também para as pessoas que habitualmente cumprem que também metem lá moeda mas deixam passar os minutos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente já agora se me permite, antes da votação, só para dar uma informação, porque às vezes a forma como estas coisas são apresentadas podem suscitar alguma dúvida. É preciso perceber também, que, vamos então um bocadinho atrás, que para ter um lugar de estacionamento é preciso haver um Regulamento que obrigue as pessoas a tirar os

carros e portanto estaciona e há parques para se estacionar a preços muito mais baratos perto do centro da cidade, e portanto isto é um esforço de todos. É evidente que ninguém gosta, eu também já fui multado, paciência, paguei a multa, excedi o tempo, tinha lá o ticket, foi só pagar até perceber como aquilo funcionava e paguei e acabou. E até já mais, já paguei uma da GNR, a GNR já me multou e portanto eu já tive de pagar uma da GNR por incumprimento, por ultrapassar o limite que tinha lá o papelzinho. Agora, logicamente que aqui é preciso um esforço de todos, temos todos que perceber, temos todos que fazer esse esforço porque, quando vamos a outros locais, nós às vezes gostamos de falar nos outros locais, quando vamos aos outros locais, pagamos e mais nada. É ponto assente. E aqui quando é na nossa terra gostamos sempre de dizer e mais cinco e mais cinco, sendo certo que, inclusive a indicação que é dada à fiscalização pelos serviços da Câmara Municipal é que haja, naturalmente, tolerância que é admissível. Agora, nós também sabemos, porque estão devidamente identificados, que há pessoas que permanentemente gozam com o pagode e que nunca pagam e estão identificados. Há carros na base de dados que nunca pagam e portanto vocês acham isso bem? Eu não acho. Sinceramente acho que é um esforço que todos temos que fazer e eu acho que depois de nos habituarmos seguramente que as coisas correm melhor, porque aí há mais fluidez das próprias viaturas, mais circulação das viaturas e há também mais lugares de estacionamento junto das lojas comerciais. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número doze à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar o Regulamento municipal sobre estacionamento e paragem de veículos no concelho de Oliveira de Azeméis com a seguinte votação: - votos a favor - vinte e quatro votos do PSD e dois votos do CDS/PP; - votos contra - treze do PS. =====

===== **Ponto treze:** Proposta de lugares de estacionamento de táxis na freguesia de Carregosa – Aprovação. =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 169/99, com as alterações introduzidas posteriormente, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, "criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)" (art.º 64.º, n.º2, alínea a)); - Que, bem assim, também lhe compete "administrar o domínio público municipal, nos termos da lei", bem como "exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município" (art.º 64.º, n.º7, alíneas a) e d), respetivamente); - Tendo em conta que é necessário ordenar o estacionamento de táxis de forma mais correta na freguesia de Carregosa. Nesse sentido, tomando em conta a informação técnica I/56010/2012, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, propõe-se: - que os lugares de estacionamento de táxis (2 lugares) existentes na rua Augusto Santos sejam implementados na rua Padre Allyrio de Mello, na freguesia de Carregosa. Na colocação da sinalização deve ser

respeitado o Decreto Regulamentar n.º22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º2/2011 de 03 de Março. A sinalização só produzirá efeitos após implementação e registo na base de dados da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, disponível no seguinte endereço eletrónico <http://portalgeografico.cm-oaz.pt>.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado Senhor Presidente. Isto foi uma proposta que nos foi apresentada pela Junta de Freguesia de Carregosa para alterar a localização dos táxis e portanto cumpre todas as questões de ordem legal só falta mesmo aprovar em sede de Assembleia Municipal. ==

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrições. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número treze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto catorze:** Proposta de implementação de sinalização vertical na Rua Professor Leão, freguesia de Cucujães – Aprovação. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Eu pedia-lhe que retirasse este ponto da Ordem de Trabalhos, se faz favor, para vir à próxima Assembleia Municipal, porque ainda falta aqui algumas questões do ponto de vista da instrução do mesmo. =====

===== Este ponto foi retirado da Ordem de Trabalhos. =====

===== **Ponto quinze:** Empresa Portugal Reciclagem – Reconhecimento de Interesse Municipal. =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - o pedido efetuado pela Portugal Reciclagem através do pedido de informação prévia PI/5642/2012; - o conteúdo das informações técnicas constantes no referido processo, e que aqui se consideram reproduzidas, nomeadamente I/68195/2012 da DMACN, I/68206/2012 da DMPP, I/70450/2012 da DMGU, e ainda dos argumentos aduzidos no Despacho I/70667/2012; - a verificação de enquadramento do pedido nas exceções previstas no Regulamento do PDM em

vigor para a categoria de "Espaço Florestal"; - ainda, que as referidas exceções implicam que o interesse municipal seja reconhecido por aprovação da Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal, propõe-se: - o envio do pedido de reconhecimento de interesse municipal para Assembleia Municipal, dado estarem reunidas todas as condições para a mesma se pronunciar." =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado Senhor Presidente. Esta questão que se coloca aqui, a necessidade de reconhecer o interesse municipal desta empresa Portugal Reciclagem, prende-se com a necessidade de a empresa proceder à sua expansão e também de resolver problemas de licenciamento passados. É nesta freguesia, é precisamente em Carregosa que a empresa funciona, é uma empresa ligada às questões ambientais, às questões da reciclagem e precisa e necessita de se expandir e há questões que só serão ultrapassadas na sua possibilidade de expansão se existir este reconhecimento de interesse municipal. Portanto há pareceres da Câmara Municipal que apontam para o indeferimento desta situação e há outros onde apontam este caminho do reconhecimento de interesse municipal. A Câmara Municipal, pesando prós e os contras desta situação, na reunião de Executivo aprovou e portanto há necessidade agora de esta situação ser também reconhecida pela Assembleia Municipal portanto estamos aqui em Carregosa. A empresa é uma empresa sediada em Oliveira de Azeméis, tem vindo a crescer tem necessidade e tem também terrenos contíguos para proceder à sua expansão mas para isso precisa de ver o seu reconhecimento de interesse municipal aprovado e daí a nossa proposta.==

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Dr. Manuel José Soares e Dr. Miguel Portela. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Manuel José Soares, do PS. =====

===== Boa tarde a todos. Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Deputados, público, comunicação social. Analisando este pedido de reconhecimento de interesse municipal que envolve ampliação de uma unidade industrial, nesta freguesia. Assistimos a uma situação padrão onde colidem interesses individuais e económicos que são legítimos, aliás neste caso concreto a Divisão de Planeamento e Projetos alerta para que se tenha em conta, enfim, e em consideração, este tipo de fatores, nomeadamente a criação de emprego na freguesia e por outro lado interesses coletivos e públicos para os quais nos tempos que correm há sempre alguma dificuldade em conseguir defensores nomeadamente no domínio ambiental. No caso em análise os pareceres

técnicos dos serviços de Atividade e Gestão Florestal e análise técnica são desfavoráveis. Importa neste contexto reequacionar a importância destes pareceres técnicos da autarquia que são frequentemente ultrapassados, que já assistimos a exemplos desta índole nestas sessões, tornando-se quase um paradigma de apreciação de casos deste género. O Partido Socialista votará contra este pedido de reconhecimento. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====

===== Quando se iniciou a discussão do novo PDM pensei que estavam terminadas as discussões de assuntos como o que nos traz este ponto. Posso começar por afirmar que este pedido, segundo posição fundamentada do Serviço de atividade e gestão florestal, não é deferível. No ponto 2.2 é referido pelos serviços da autarquia que se alerta para a informação da divisão municipal do ambiente e conservação da natureza. No ponto 2.3 alerta-se que o pedido feito em sede de discussão do PDM para licenciar esta pretensão não foi aceite. Questiono-me se tivéssemos cumprido os prazos previstos para a entrada em vigor do novo PDM, como é que ficaria a situação desta empresa. As conclusões da Divisão Municipal de Planeamento e Projetos não concluem assertivamente do seu juízo sobre esta pretensão. Também é referido que se pretende para além da ampliação do pavilhão e alteração para uso para fins industriais, contudo parece que a atividade é a mesma de sempre, e que a planta de implantação do edifício não apresentava todas as construções existentes pelo que foram levantados dois autos de notícia. Foi também detetado que as áreas dos artigos não estavam de acordo com as áreas que constavam na conservatória. Pela sumula que aqui apresentamos não nos parece possível apoiar a pretensão do ponto. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quinze à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada, com a seguinte votação: - a favor - vinte e quatro votos do PSD; - contra - onze votos do PS e um voto do CDS/PP - abstenções – uma do Presidente da Junta de S. Roque. =====

*===== **Ponto dezasseis:** Ocupação de passeios com esplanadas em frente aos estabelecimentos comerciais durante o período do Verão – Isenção de pagamento de taxas – Aprovação/ Ratificação. =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “À Reunião de Câmara para ratificação do meu despacho de 25.07.2012, que se transcreve: "Atendendo à conjuntura económica atual e como incentivo ao comércio, durante o período de Verão e até ao final deste período (22 de Setembro), autoriza-se, excepcionalmente, nos termos e condições referidos infra, a ocupação dos passeios em frente aos estabelecimentos comerciais para a

colocação de mesas e cadeiras (esplanadas). Esta ocupação será isenta do pagamento de taxas. Este despacho deverá ser ratificado em reunião de Câmara e Assembleia Municipal. Esta decisão, em obediência ao princípio da igualdade, é extensiva aos estabelecimentos comerciais das 19 freguesias do nosso Concelho, devendo ser dado conhecimento às Juntas de Freguesia. Dê-se também conhecimento deste despacho às diversas forças policiais do nosso Concelho e à fiscalização." =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Senhor Presidente, já acabou o Verão, já estamos no Outono, mas esta foi uma medida interessante e bem percebida e aceite pelos comerciantes que têm as esplanadas e portanto foi também um incentivo ao comércio para a instalação das mesmas, não só na cidade, não só no centro urbano mas em todo o concelho e portanto posso, neste momento não temos dados, ainda, financeiros que permitam perceber a dimensão económico financeira desta matéria, mas julgo que é uma das medidas que valeu a pena ter sido adotada, tendo em conta o incremento que isso levou de esplanadas no Município de Oliveira de Azeméis e a ajuda que demos também ao comércio nesta área.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrições.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezasseis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar/ ratificar a proposta apresentada, isentando assim de pagamento de taxas os estabelecimentos comerciais durante o período do Verão pela ocupação de passeios com esplanadas em frente aos estabelecimentos.* =====

===== **Ponto dezassete:** *Área de Acolhimento Empresarial de Ul/ Loureiro – Desafetação do domínio público de três caminhos públicos – Aprovação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que a área total referente à desafetação dos caminhos públicos englobados na Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro, aprovada em reunião de Câmara de 17.04.2012 e em sessão de Assembleia Municipal de 30.04.2012, perfazem 10.056 m2 e não 10.910 m2; - Que de acordo com a informação de 23.07.2012 a área atualizada prevê a desafetação de três caminhos com as seguintes áreas: - Caminho público nº 171 – 5.071,50 m2 - Caminho público nº 204 – 3.146,50 m2 - Rua da Moura – 1.838,00 m2 - Que é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal deliberar sobre a desafetação de bens do domínio público municipal, ao abrigo da alínea a) nº 6 do artigo 64º, conjugado com a alínea b) nº 4 artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 Setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro,*

propõe-se: Ao abrigo do disposto na alínea a) n.º 6 do artigo 64.º e para efeitos do determinado na alínea b) n.º 4 artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, seja deliberado pelo Executivo Municipal a correção da área total a desafetar, bem como a intenção de desafetar do domínio público a Rua da Moura e integrá-la no domínio privado do município.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado Senhor Presidente. Isto tem a ver com o cadastro, com as dificuldades do cadastro, mas julgo que a situação fica, esperemos, totalmente resolvida é uma das competências da Assembleia Municipal, portanto, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre a desafetação destes bens e é isso que estamos aqui a fazer por causa do loteamento, já o fizemos aqui relativamente a outras situações e são mais três situações que foram identificadas.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrições.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezassete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto dezoito:** *Extinção da Fundação La-Salette – Aprovação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que na sequência da deliberação da Câmara Municipal de 20 de julho e 21 de setembro de 2004 e sessão da assembleia municipal de 30 de setembro de 2004, foi legalmente instituída no dia 26 de outubro de 2004, a Fundação La Salette como fundação de direito privado, visando fins de utilidade pública, mais concretamente implementar o desenvolvimento do Município de Oliveira de Azeméis numa vertente social, cultural, desportiva e ambiental, aproveitando as suas potencialidades, nomeadamente o Parque de La Salette (art.º 1.º n.º 1 dos Estatutos, publicados na III série do DR, n.º 291, de 14 de Dezembro de 2004); - Que os membros fundadores são o Município e a Freguesia de Oliveira de Azeméis; - Que o pedido de reconhecimento, nos termos e para os efeitos do art.188.º CC, se encontra suspenso; - A fundação ainda que não reconhecida exerce a sua atividade ao abrigo dos Estatutos e do art.º 199.º e seguintes do Código Civil; - Que o princípio da legalidade da competência consagrado no art.º 29.º n.º 1 do CPA, pressupõe, por um lado, que a mesma não se presume, “deve constar da lei que a confere a certo órgão. Se em regra o legislador atribui de forma explícita a competência a certo órgão para a prática de atos que concretizem as atribuições da pessoa coletiva, outras vezes a competência afirma-se implicitamente, quando se deduz, como afirma o Prof. Freitas do*

Amaral, «de outras determinações legais ou de certos princípios gerais do direito público, como, por exemplo, quem pode o mais pode o menos - argumento a fortiori - e toda a lei que impõe a prossecução obrigatória de um fim permite o exercício dos poderes minimamente necessários para esse objetivo» (Conforme Parecer da Procuradoria Geral da República n.º 2/2001, publicado na II Série do DR, n.º 245, de 22 de Outubro de 2001, pp. 17644); - Que “a admissibilidade constitucional das entidades administrativas privadas não suscita objeções de princípio; a constituição não as proíbe nem impõe que a administração consinta somente em organizações jurídico-públicas (Vital Moreira, Administração Autónoma e Associações Públicas, Coimbra Editora, p.286); - Que a administração pública, destacando-se as autarquias locais, nos termos e para os efeitos do art.º2.º n.º 1 e 2.º alínea c) do CPA, será estruturada de modo a evitar a burocratização, a aproximar os serviços das populações e assegurar a participação dos interessados na sua gestão efetiva, estabelecendo a lei adequadas formas de descentralização e desconcentração administrativas, sem prejuízo da necessária eficácia e genuinidade de ação da administração e dos poderes de direção, superintendência e tutela dos órgãos competentes (art.º 267.º n.º 1 e 2 da CRP); - “A alínea l) do n.º2 do artigo 53 da Lei n.º169/99, de 18 de setembro (Lei das Autarquias) não configura uma norma autorizadora expressa, contendo apenas uma referência à emissão de parecer para efeitos de instituição de fundações pelas câmaras municipais sem que a competência para a criação de tais entes esteja depois expressamente consagrada entre as competências das câmaras municipais. Acresce que a referida disposição legal não pode deixar de ser conjugada com o disposto no n.º4 do artigo 3º da Lei n.º3/2004, de 15.1, que veio estabelecer que a criação de sociedade e associações ou fundações como pessoas coletivas de direito privado pelo Estado, Regiões Autónomas ou autarquias locais carece sempre de autorização por meio de diploma legal. Se é certo que ainda hoje não é claro se a habilitação legal tem que ser casuística ou pode ser genérica, a verdade é que dificilmente se poderá entender a alínea l) do n.º 2 do artigo 53º da Lei das Autarquias Locais como uma lei habilitante propriamente dita, sob pena de se anular o efeito que parece subjazer à citada disposição da Lei n.º 3/2004;...” - Conforme despacho da Diretora de Serviços constante da análise do pedido de reconhecimento (Inf. n.º DAJD/387/2007-FUND; P-1/222; 2007-09-19); - As atribuições e a organização das autarquias locais, bem como a competência dos seus órgãos, serão regulados por lei, de harmonia com o princípio da descentralização administrativa (art.º. 237.º n.º 1 da CRP); - Que o atual contexto de contenção e racionalização das despesas públicas e os compromissos assumidos por Portugal no quadro do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF), justificaram a realização de um censo às fundações, nacionais ou estrangeiras, que prossigam os seus fins em território nacional, materializado na publicação em 3 de janeiro, da Lei nº 1/2012 (em vigor desde 4 de janeiro do ano corrente); - Que esta iniciativa visa reforçar o princípio da transparência e da cooperação no relacionamento entre o Estado e as fundações financeiramente apoiadas por este, no máximo respeito pela natureza jurídica de cada tipo de fundação e também pela relevância económica e social que as mesmas têm junto da sociedade portuguesa, nas diversas áreas em que atuam; -

Que a Fundação La Salette respondeu ao Inquérito no prazo legal e facultou os documentos solicitados, não podendo no entanto dar cumprimento ao art.º 3.º n.º 3 alínea d), uma vez que o pedido de reconhecimento está suspenso; - Que por sua vez, em cumprimento do disposto no art.º 4º, este Município disponibilizou todos os elementos sobre as fundações por si criadas ou reconhecidas, as fundações a que tenham concedido bens públicos ou apoios financeiros e as fundações relativamente às quais tenham adotado qualquer decisão ou deliberação ou celebrado contratos, acordos ou protocolos que envolvam bens públicos ou apoios financeiros; - Que nos termos do n.º4 do art.º 5º do diploma: “No prazo máximo de 30 dias após publicação da avaliação, o Ministério das Finanças emite, em conjunto com a respetiva tutela setorial, decisão final a determinar: a) A manutenção ou a extinção da fundação no caso de fundações públicas de direito público ou de direito privado; b) A continuação, a redução ou a cessação de apoios financeiros à fundação, que tenham sido concedidos pela administração direta ou indireta do Estado, Regiões Autónomas, autarquias locais, outras pessoas coletivas da administração autónoma e demais pessoas coletivas públicas; c) A manutenção ou o cancelamento do estatuto de utilidade pública da fundação”; - Que o Ministério das Finanças procedeu à avaliação do custo/benefício e viabilidade da Fundação La Salette, com base no questionário, documentação, informação disponibilizados, entre outros fatores, bem como promoveu em 2 de agosto de 2012, a publicação dessa avaliação no Portal do Governo (data a partir da qual corre o prazo previsto no n.º7 do art.º 5º do diploma); - A informação n.º452/2012, de 14 de abril de 2012 da IGF, sobre a “Matriz de avaliação – Fundações e testes de aderência,”, na qual foi exarado Despacho de concordância n.º1578/2012, pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Pública; - Que o relatório geral e ficha de avaliação apontam (de acordo com o modelo de avaliação assente em três critérios), para a pontuação global de 34,3 %, correspondendo à soma dos valores atribuídos aos mesmos: Pertinência/Relevância (20%) = 10; Eficácia (30%) = 13,7; Sustentabilidade (50%) =10,6 e propõe a “Cessação imediata da atividade”, mas sobretudo dado as atuais exigências da nova lei-quadro, que implicam um conjunto de requisitos e obrigações legais de funcionamento, que não se mostram adequadas, comportáveis e eficientes face ao modelo (Fundação) até agora adotado para a gestão e dinamização do Parque de La-Salette; - Que pelo art.º 5º do mesmo diploma: N.º 7 - No caso de fundações em cuja criação ou financiamento participem as autarquias locais, o Ministério das Finanças remete o resultado da avaliação aos respetivos órgãos competentes para estes elaborarem a decisão final no prazo máximo de 10 dias (Até 13 de agosto de 2012); N.º 8 - Os órgãos e serviços competentes promovem no prazo de 30 dias as diligências necessárias à concretização da decisão final que determina a extinção das fundações públicas de direito público ou de direito privado (no decorrer do mês de setembro de 2012); N.º 9 - Os órgãos e serviços competentes realizam no prazo de 10 dias as diligências necessárias à concretização da decisão final de cessação de apoios financeiros às fundações (até 13 de agosto de 2012); prazos estes contínuos (art.º 8º do mesmo diploma); N.º10 – O disposto nos n.ºs 6 e 7 não prejudica a eventual decisão de aplicação do disposto na alínea b) do n.º4, no respeitante a

apoios financeiros da administração direta ou indireta do Estado, de outras pessoas coletivas da administração autónoma e das demais pessoas coletivas públicas”; - *Que a 9 de julho do ano corrente foi publicada a Lei n.º24/12, que aprova a Lei-Quadro das fundações e altera o CC;* - *Este diploma veio esclarecer o enquadramento jurídico das fundações privadas já criadas em processo de reconhecimento e salvaguardar o futuro das mesmas, devendo, no prazo máximo de 60 dias após a entrada em vigor da lei, os serviços da entidade competente para o reconhecimento notificar os requerentes com pedidos pendentes de decisão das diligências necessárias ao cumprimento do novo regime decorrente da lei-quadro das fundações (art.º 6.º n.º 1 e n.º 3 da Lei 24/12, de 09 de julho);* - *O património afeto pelo Município e a Freguesia de Oliveira de Azeméis aos fins da Fundação;* - *Que compete ao Conselho de Fundadores deliberar sobre o fim da Fundação ou sua extinção (Alínea f) do n.º1 e n.º4 do art.º 10º conjugado com o n.º 1 do art.º 25 dos Estatutos);* - *Que as fundações podem extinguir-se por deliberação da assembleia-geral (art.º 192.º do CC);* - *Que em caso de extinção da Fundação o seu património reverte para o Município e Freguesia de Oliveira de Azeméis na proporção do que foi afeto (N.º2 do art.º 25 dos Estatutos);* - *Que extinta a fundação, os poderes dos seus órgãos ficam limitados à prática dos atos meramente conservatórios e dos necessários quer à liquidação do património social, quer à ulatimação dos negócios pendentes; pelos atos restantes e pelos danos que deles advenham à fundação respondem solidariamente os administradores que os praticarem (artigos 184.º e 194.º do CC);* - *Dissolvida a Fundação, a Assembleia Geral deverá nomear imediatamente comissão liquidatária, definindo o seu estatuto e indicando o destino do ativo líquido, se o houver (sendo neste caso distribuído aos fundadores, de acordo e na proporção da respetiva contribuição em bens e serviços para que o património da fundação qualquer que seja a forma ou momento em que tal contribuição haja sido realizada);* - *A responsabilidade do conselho de administração, no termo do seu mandato, cessa com a aprovação do relatório e contas correspondentes ao último exercício;* - *Após a extinção a pessoa coletiva deve subsistir com o objetivo da liquidação. É necessário um administrador liquidatário que: a) Apure o ativo da fundação; b) Realize o ativo em dinheiro para pagar a credores;* - *Considerando ainda o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 07/08/2012 que justificou a impossibilidade de reunir o órgão executivo dentro do prazo previsto no artº 5º nº 7 da Lei nº 1/2012, tendo em conta o mês de agosto como período preferencial de férias, manteve por esse facto a data previamente fixada para a reunião do órgão executivo em 30 de agosto. Do teor do mesmo despacho foi posteriormente dado conhecimento ao Secretário de Estado Administração Pública, Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros e à Inspeção Geral de Finanças. Em face do exposto, de acordo com o princípio da transparência e da cooperação e ainda com vista à tomada de decisão final e sua operacionalização/concretização, propõe-se: 1º. Em cumprimento e para os efeitos previstos no n.º7 do art.º5º da Lei n.º 1/2012, de 3 de janeiro e nos termos e fundamentos acima indicados, tendo como pressuposto a qualidade deste Município como seu membro fundador, que a Câmara Municipal aprove formalmente a decisão de proceder à extinção da*

Fundação de La Salette, devendo no mesmo prazo os órgãos competentes da Fundação e da Freguesia de Oliveira de Azeméis, respetivamente, tomarem as decisões que considerem adequadas face aos elementos em apreço (Alínea f) do n.º1 e n.º4 do art.º 10º conjugado com o art.º 25 dos Estatutos); 2º. Que aprovada sejam tomadas todas as medidas, sob o ponto de vista legal e estatutário, necessárias à concretização de tal desiderato, incluindo a nomeação de Comissão Liquidatária, com a finalidade de proceder à liquidação da Fundação – conforme quadros anexos, sendo que o património remanescente após liquidação reverterá para o Município e Freguesia de Oliveira de Azeméis, na proporção do que foi afeto (N.º2 do art.º 25 dos Estatutos); cujos elementos a indicar para representar o Município e integrar a referida Comissão são: 1. O Chefe de Divisão Municipal da Contabilidade e Património – Dr. Carlos Maia; 2. O Chefe de Divisão Municipal da Auditoria Interna Geral, Planeamento e Controlo de Gestão - Dr. Nuno Gomes; 3. Responsável da Divisão Municipal de Assuntos Jurídicos e Contencioso – Dr.ª Vera Silva; 3º. Que se reconheça como válidos e legítimos os apoios financeiros já atribuídos e pagos à Fundação La Salette, ainda que não reconhecida, pois exerce a sua atividade ao abrigo dos Estatutos e do art.º 199.º e seguintes do CC; 4º. Para cumprimento e efeitos previstos no n.º9 do art.º 5º da citada Lei nº 1/2012, de 3 de janeiro, e nos termos e fundamentos acima indicados, a cessação de quaisquer apoios financeiros, incluindo os apoios atribuídos e ainda não pagos à Fundação La Salette; 5º. Para cumprimento do n.º8 do mesmo art.º 5º e nos termos e fundamentos acima indicados, que esta proposta seja remetida à Assembleia municipal para aprovação e demais efeitos decorrentes da lei; 6º. Posteriormente se dê conhecimento das deliberações à Freguesia de Oliveira de Azeméis, à Fundação La Salette, bem como às demais entidades incluindo Ministério das Finanças e respetivas publicações.” ==

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado Senhor Presidente. Relativamente a esta matéria também foi a Assembleia Municipal que decidiu criar sob proposta da Câmara Municipal a Fundação La-Salette e portanto, quando estamos na fase de extinção da mesma tem de ser o mesmo órgão a fazê-lo, depois de também já ter sido aprovado essa mesma extinção em sede de Executivo Municipal. Permitam-me antes de mais que, relativamente a esta matéria, possa tecer algumas considerações e também desde já solicitar ao Senhor Presidente que autorize o Senhor Vice-presidente a usar da palavra, porque me solicitou isso e eu pedia-lhe a si, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, que na sequência da minha intervenção lhe pudesse dar a palavra. Deixem-me dizer-vos que, esta decisão, a Câmara Municipal, a Fundação La-Salette respondeu ao Censos que foi decidido quando o Governo quis regularizar, regulamentar, apertar o cerco às fundações, como sabem, isso foi nesse momento, a Fundação La-Salette enviou e respondeu a todos os quesitos que vierem solicitados respondendo em termos de formulário apresentando toda a sua situação. Mas, o entendimento que foi feito da análise que foi feita por quem tinha

essa responsabilidade, a decisão final passava pela cessação imediata de funções da Fundação La-Salette e proceder à sua extinção. Naturalmente que houve aqui um conjunto de reuniões e de conversações que foram mantidas com os responsáveis, nomeadamente com o Ministério das Finanças, mais concretamente com a Secretaria do Estado da Administração Pública e com a Inspeção Geral de Finanças e houve também reuniões com a Presidência de Conselho de Ministros que tem agora essa responsabilidade. A Fundação La-salette tinha uma pendência relativamente a uma exigência sobre a participação ou não, ou a possibilidade de participação ou não, da Junta de Freguesia no capital da Fundação e é uma matéria que divide muito os juristas, mas, que, eu não sou jurista, tenho poucas dúvidas relativamente a essa matéria até porque o próprio Censos da Fundação, das Fundações a nível nacional nós viemos a perceber que há Fundações que são unicamente constituídas por juntas de freguesia e outras onde há participação de juntas de freguesia, mas isso é matéria do passado e portanto eu não vou estar aqui a esgrimir argumentos nem a discutir essa matéria, foi a interpretação que foi feita e portanto havia dois caminhos: ou nós insistíamos na manutenção, voltávamos a ir a jogo e podíamos estar a desgastar aqui imenso e corríamos outros riscos; ou aceitávamos esta solicitação que nos foi feita, ou esta exigência que nos foi feita para sermos mais concretos para a extinção da mesma Fundação e foi isso que fizemos. Há uma situação que importa aqui dar nota, informar todos que foram acauteladas todas as questões relacionadas com a candidatura a fundos comunitários da Fundação La-Salette, ou seja, esta decisão não põem em causa um cêntimo de financiamento comunitário, porque a Câmara Municipal tomou a posição contratual que era da Fundação e essa mesma posição foi já aprovada e deliberada pelo ON2 pela Comissão de Coordenação da Região Norte transferindo essa responsabilidade para Câmara Municipal, portanto naquilo que diz respeito aos fundos comunitários a toda a requalificação que é feita através da candidatura parte pela Fundação La-salette outra parte pela Câmara Municipal, essa situação está devidamente salvaguardada e acautelada. Há uma situação ainda em aberto, relativamente a esta situação, que não deixa de ser preocupante, tendo em conta a especificidade da Fundação La-Salette, nomeadamente naquilo que diz respeito à fileira do vidro, a questão do pessoal, a fundação La-Salette tinha cinco funcionários, tem cinco funcionários, a questão do pessoal não está ainda salvaguardada, ou seja, neste momento há risco de, naturalmente, a extinguirem-se os postos de trabalho, existirem as indemnizações relativamente ao tempo de serviço e aquilo a que a legislação obriga porque não há ainda nenhuma garantia que possamos proceder à integração das pessoas noutras situações ou numa futura estrutura de gestão do Parque que também queria dizer ainda não está definida e ainda não está definida porque, isto tem que ser feito por ciclos, não pode ser feito tudo ao mesmo tempo. Porque uma coisa o Executivo já ponderou e já anunciou que a próxima estrutura do Parque da La-Salette seja ela feita como for terá que ser, ou procurará ser, o mais consensual possível. Se há matéria que une os oliveirenses é o Parque da La-Salette. E relativamente á sua gestão, á sua história e ao seu futuro não devem aqui ser, não deve haver aqui questões secundárias relativamente à própria gestão do Parque e portanto procuraremos encontrar uma

solução que seja partilhada, discutida com todos os decisores políticos do Município para, como disse, procurar que a solução seja o mais consensual e se possível ser mesmo consensual. Dizer-vos também que, já depois do processo de extinção em sede de Câmara Municipal através de um despacho que foi publicado, julgo que ontem ou anteontem, fomos informados que a situação da Fundação La-Salette tinha sido encaminhada a exemplo de outras fundações, tinha sido encaminhada para o Tribunal de Contas, só para ser analisada e perceber a eventual, como diz no despacho e no anexo, eventuais transferências que foram feitas para a Fundação La-Salette. E naturalmente que, a Câmara Municipal, agora é Câmara não é a Fundação. A Câmara Municipal terá que dar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo Tribunal de Contas, de forma tranquila, serena, ponderada, não é preciso, não há aqui, nós temos imensas soluções que são enviadas para o Tribunal de Contas e nós temos que dar, naturalmente, se nos forem solicitados, esclarecimentos, dar os esclarecimentos que entendermos necessários que estão na nossa posse relativamente à matéria em apreço. Importa também porque é de elementar justiça fazer neste momento de extinção da Fundação La-Salette, fazer um agradecimento e um reconhecimento a todas as pessoas que trabalharam de forma voluntária e sem nunca receberem um cêntimo. Porque às vezes tenta-se confundir aqui a árvore com a floresta e eu tenho visto na comunicação social muita conversa sobre as fundações e a dizer que: as Fundações existiam para que os administradores pudessem ter ordenados chorudos; para que pudessem ter as fundações muitos empregados; para que as Fundações pudessem ter muitos benefícios fiscais, quero vos dizer que a fundação La-salette não tem nada disso. Os administradores, nunca receberam um cêntimo, nunca tiveram cartões de crédito, nunca tiveram viaturas, nunca tiveram nada, prestaram sempre o seu serviço de forma voluntária e nos tempos que correm isso hoje merece ser enaltecido, ainda por cima de forma voluntária e correndo agora alguns riscos tendo em conta as decisões que temos naturalmente que tomar. Mas eu tinha que o fazer, esse agradecimento a todos aqueles que colaboraram e foram vários e alguns até estão dentro desta sala e portanto durante anos exerceram funções no Conselho de Administração de forma totalmente voluntária e totalmente gratuita e portanto, aqui fica esses agradecimentos. Preocupações que tem a ver com esta questão que acabei de explicar, dos funcionários e naturalmente também perceber no futuro como é que há-de funcionar o Parque da La-Salette. É bom percebermos porque é que partimos para esta solução. A Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis tinha a gestão do Parque e, o seu orçamento era claramente insuficiente para fazer a gestão do Parque e portanto, a Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis tem o território de Oliveira de Azeméis para gerir e todo o seu orçamento não chegava para a gestão do Parque da La-salette e portanto também aqui enaltecer o papel da Junta de Freguesia que também em sede de Assembleia de Freguesia já procedeu a essa mesma extinção porque também tem que ser aprovada em Junta de Freguesia e terá que ser também depois ainda discutida em Conselho de Fundadores. E portanto, dizer-vos que este não é o momento feliz, na minha opinião, ainda terão que me provar, a haver melhor solução do que esta para gerir o Parque, tenho as maiores dúvidas, mas manda quem pode obedece quem deve. E

portanto acho que, ao contrário de outros que logicamente vão procurar contrariar, acho que, até atendendo ao histórico e às discussões que tínhamos permanentemente relativamente a esta matéria, esta será a melhor solução e naturalmente que temos que caminhar rapidamente para uma nova solução. Há uma tramitação burocrática que está associada a estes processos de extinção, que está devidamente acautelada na deliberação e é isso que entendemos fazer nos próximos tempos para podermos então aí sim definir um modelo de gestão, como disse, o mais consensual possível para aquilo que todos nós tanto gostamos que é o Parque da La-Salette. Garantindo que, em termos de candidaturas a fundo comunitários, nada se perdeu, tudo será salvaguarda e tudo está devidamente enquadrado. Muito obrigado Senhor Presidente, se autoriza-se o Senhor Vice-presidente a usar da palavra. Muito obrigado. =====

===== Seguidamente usou da palavra ao Senhor Vice-presidente da Câmara Municipal Dr. Ricardo Tavares. =====

===== Com a permissão do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e do Senhor Presidente da Câmara e por ser esta também a última oportunidade que tenho na qualidade de Presidente da Fundação La-Salette de me dirigir a este Órgão, em público e junto do Órgão maior da sociedade oliveirense que é a Assembleia Municipal, que criou a Fundação La-salette e certamente a irá dissolver, gostaria apenas de dizer algumas palavras. Queria começar por dizer que foi para mim uma honra presidir à Fundação La-Salette, na companhia de excelentes colegas administradores aqui presentes na Assembleia o Senhor Ilídio Lopes e o Senhor Amaro Simões. Juntos, abraçamos com orgulho este projeto com o objetivo de fazer do Parque da La-Salette, o espaço central de Oliveira de Azeméis e dos oliveirenses, um parque verde moderno, com diversas valências, acolhedor e mobilizador. Fizemo-lo, dando o melhor que podíamos e sabíamos, com entrega total, generosamente e com muito gosto. Não conseguimos enquanto Fundação mas, asseguramos juntamente com influência do Senhor Presidente da Câmara o financiamento da reabilitação e beneficiação do Parque da La-salette, apoiamos uma serie de iniciativas culturais e educativas, albergamos várias instituições de relevância social e cultural do concelho, demos a conhecer o nosso Parque a milhares de visitantes com mais qualidade, protegemos o Parque, promovemos o Parque classificando o seu arvoredo como de interesse nacional, reabilitamos a historia vidreira do nosso município com a gestão do Berço Vidreiro e asseguramos o financiamento de cinco milhões de euros (5.000.000,00€), ainda sobre a presidência do atual Presidente da Câmara, para modernizar o Parque, semeamos com a colaboração do Senhor Presidente da Câmara o futuro da estalagem e das piscinas. Oito anos são muito poucos para ficar na história, mas também não foi isso que nos moveu, mas o legado da Fundação vai certamente perdurar ao longo do seculo XXI. Certamente que o futuro do Parque será sempre bem acautelado se todos nós o protegemos. Queria portanto agradecer aos meus colegas do Conselho de Administração, Ilídio Lopes e Amaro Simões pela solidariedade e companheirismo ajudando a levar a bom porto esta missão, ao Senhor Presidente da Câmara e

ao Senhor Presidente da Junta enquanto representantes dos órgãos fundadores e para além deles a todo o conselho de fundadores, por nos terem convidado e acreditado em nós para este trabalho, aos nossos colaboradores, aos nossos antecessores que com a mesma entrega e a mesma postura honraram esta entidade, aos senhores Vereadores e Deputados da Assembleia Municipal, aos Executivos da freguesia e Membros da Assembleia de Freguesia que, ao longo destes oito anos, confiaram na atividade da Fundação deliberando autorizações e financiando a atividade do seu dia-a-dia assumindo em parceria connosco a regeneração do ex-líbris dos oliveirenses, por último agradecemos à comissão de festas, a todas as dezenas de membros da comissão liderada pelo senhor Jorge Coelho neste caso, Sérgio Gama e outros, que não tenho presente agora o nome, que voluntariamente e sem contrapartidas asseguraram as nossas festas mantendo o seu brilho e grandeza, realizaram eles próprios também obras de reabilitação do Parque voluntariamente e generosamente, foram nossos parceiros e são merecedores da gratidão de todos oliveirenses. Quanto aos outros, obrigado na mesma. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Dr. Fernando Pais Ferreira, Amaro Simões, Dr. Miguel Portela, António Rosa e Bruno Aragão =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira, do PS. =====

===== A proposta que está aqui da Câmara Municipal para ser votada, constam quatro pontos embora o quinto seja um ponto redundante. Nós tendo em conta, aquilo que o Senhor Presidente da Câmara, a preocupação do Senhor Presidente da Câmara no sentido de haver alguma responsabilidade sancionatória pelos titulares dos Órgão Autárquicos que deliberaram favoravelmente à atribuição de apoios públicos, essa questão já constava da resolução do Conselho de Ministros, portanto não é uma novidade de ontem nem de anteontem, certamente terá sido notificado para o efeito, mas essa questão essa questão consta da resolução do conselho de Ministros. E, se nos votarmos em bloco, o ponto três diz assim: que se reconheça como válidos e legítimos os apoios financeiros já atribuídos e pagos à Fundação La-Salette. O que a resolução do Conselho de Ministros já publicada que deliberou extinguir as Fundações diz: notificação ao IRN, IP para cancelamento de registo comunicando notificação ao Diretor Geral do Tribunal de Contas, para efeitos de eventual apuramento de responsabilidade financeira dos titulares dos Órgãos Autárquicos que tenham deliberado a atribuição de apoios financeiros públicos por falta de reconhecimento como Fundações relativamente às seguintes entidades e tem aqui a Fundação La-Salette. Portanto, a proposta que eu faria, isto é evidente que condiciona uma votação, podemos concordar ou não com a extinção da Fundação, eu aliás pelas palavras do Senhor Vice-presidente quase que me arriscaria a não votar a extinção, mas de qualquer maneira eu queria que estes pontos fossem votados separadamente que é para não

haver qualquer dúvida da posição tomada pelo Partido Socialista e pelo PSD e pelas restantes forças partidárias, relativamente a cada uma das questões, essa era uma questão prévia. A outra questão que eu quero chamara à atenção do Senhor Presidente da Assembleia, se calhar ele não tomou a devida nota, o documento que nos foi enviado e a todos nós, o documento que nos foi enviado, exatamente a proposta da Câmara, consta exatamente neste ponto três uma designação que acho deselegante, confesso que acho deselegante, se calhar insuficiência minha mas eu acho deselegante, que diz: votos contra do PS. É preciso algum cuidado, aqui, para que não conste designações destas e que não constem estas situações que são desagradáveis. Muito obrigado. Esta é a minha proposta Senhor Presidente. =====

===== Para dar resposta à intervenção anterior, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Só para tentar aqui clarificar a questão que está aqui – votos contra do PS, se reparar, e peço-lhe que entenda isto e se calhar até melhor do que ali a D. Isabel Bastos pode explicar. O que se passou na Reunião da Câmara Municipal é que, foi pedido precisamente isso que o Senhor Deputado Pais Ferreira está a fazer, foi pedido que se votasse autonomamente os pontos, ou melhor ainda que o ponto três, que o Partido Socialista votava contra o ponto três, e portanto isto – votos contra do PS não foi nenhum politico que escreveu, foi a D. Isabel Bastos, que eu conheço a letra dela, que escreveu quando está à acompanhar o serviço e a fazer ata e depois tirou fotocopia e se distribuiu, portanto não há aqui, estes documentos é para os Membros da Assembleia Municipal, portanto não pense que isto é para induzir qualquer questão. Eu julgo que estou a ser o mais factual possível que é, quando chegou à hora da votação, nós fizemos a discussão politica desta matéria, quando chegou à hora da votação o Partido Socialista disse assim: nós queremos votar ponto a ponto, e para não ser ponto a ponto depois disse assim: ou melhor, nós queremos votar contra o ponto três, porque nunca votamos a favor não queremos agora votar contra e portanto daí que, eu não tenho aqui a ata mas acho que o que a ata diz é que: o Partido Socialista votou contra o ponto três desta determinação e acho que é perfeitamente possível que possa ser feito também em Sede de Assembleia Municipal da nossa parte não há nenhum problema e também quem votar a favor também não tenha nenhum problema que não lhe acontece nada, mas isso é a minha opinião e vale o que vale. ==

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Amaro Simões, Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. =====

===== Neste momento já é boa noite a todos. Está feito o ofício fúnebre à Fundação La-Salette. Eu não ficaria bem comigo mesmo se neste momento não aproveitasse e vou só sintetizar. Dando conta que a Fundação La-Salette foi concebida sob pecado original, portanto

desde logo, porque um dos elementos que a compuseram, podemos não estar todos de acordo mas foi esse elemento, portanto a Junta de Freguesia não seria compatível com a criação da Fundação. Posto isto, passados uns tempos, eu fui desafiado a votar um bocado de água benta nesta gestão. Fi-lo em consciência, de boa-fé, tratava-se do Parque. Pode ter sido um erro. Não entendo assim porque sendo o Parque uma das estruturas do Município que nos une. Mesmo assim admitindo que possa ter sido um erro, como há tempos alguém dizia: só não suja as mãos quem nunca tira as mãos do bolso. Se me perguntam, se não terá sido um erro a criação da Fundação. Na altura entendi que sim. Agora, se me perguntam se neste momento não é um erro maior a extinção da Fundação. Em consciência também entendo que sim. E digo à vontade porque até eu tinha pedido a demissão estava demissionário, só que depois este processo evoluiu e achei que não fazia sentido estarmos a sair aos bocadinhos porque era o tempo que eu tinha definido para pedir a minha demissão, portanto estou à vontade com isto, eu de qualquer forma não iria continuar, mas entendo que é um erro neste momento, da forma como está a ser. É um erro a extinção da Fundação e se não entendem assim não vão esperar muito tempo para ver. Porque de alguma forma foi pacífico, este período foi bastante pacífico e espero que continue a ser, mas tenho muitas dúvidas que isto não vá ser mais uma oportunidade para nós oliveirenses nos dividirmos em relação à nova administração do Parque, porque isto vai criar alguns problemas. Oxalá que não. Oxalá se encontre uma solução e comungo dos desejos do Presidente e com certeza todos nós em encontrarmos uma estrutura que seja capaz de dar continuidade e eventualmente até fazer melhor na gestão do Parque porque é um espaço bonito. Eu digo-vos, é uma paixão que eu tenho porque eu não sou de Oliveira de Azeméis e foi o primeiro espaço que eu visitei em Oliveira de Azeméis num passeio escolar, portanto isto condicionou-me se calhar algumas das minhas decisões, algumas das minhas opções. Desculpem qualquer coisinha, que emocionalmente me tenha perturbado, mas continuo a dizer: foi um erro a sua criação, é um erro maior nestas circunstâncias a sua extinção. Tenho dito, obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====

===== Esta é uma daquelas situações que eu detesto dizer que tinha razão. Por mais que nós quiséssemos a argumentação que o CDS-PP apresentou neste órgão provou-se ser fundamentada, com correta interpretação das leis e assente no cumprimento do nosso dever de garantir a observância das mesmas. Como sempre o disse o nosso voto nunca foi contra o Parque de La-Salete nem contra a vontade de fazer algo por ele, era no estrito interesse do cumprimento das leis. Há pouco tempo, neste espaço de debate público, o meu estimado amigo António Rosa me dizia que se todos fizessem como nós CDS não aprovariam verbas para o Parque ter obra, a isso respondo que nem todos os fins justificam os meios e aqui se comprova que a posição irreduzível do CDS-PP na observância da legalidade era o caminho que todos deveríamos ter seguido. Se calhar se pudéssemos voltar atrás muitos de vós tomariam um

sentido de voto diferente. Agora surge o pedido de dissolução da Fundação La-Salette que tanta discussão aqui levantou, e num extenso documento apresenta-se a sua fundamentação e nesse sentido realmente achamos ser o mais lógico a ser feito. Contudo, não poderemos votar a totalidade do documento, pois no ponto 3 solicita-se a convalidação das transferências efetuadas até á data para a fundação. Ora, na base das nossas declarações de voto era apresentada a ilegalidade das mesmas pelo que seria incoerente da nossa parte virmos caucioná-las á posteriori. Nesse sentido apenas nos resta pedir a retirada do ponto 3 para ser votado á parte. Caso contrário não estarão reunidas as condições para que o CDS-PP participe na votação deste ponto. Acho que seria importante como disse o Senhor Amaro e como já disse o Dr. Ricardo Tavares temos que nos unir para resolver esta situação, agora temos que manter as posições que sempre tivemos para ser coerentes. Não me agrada nada que alguém sofra problemas por causa de ter votado em consciência, não fico satisfeito por isso. Preocuppo-me porque poderia ser eu a estar numa dessas situações. Acho que também é importante fazermos esse exercício, temos que arranjar a melhor maneira de resolver isto evitando mais consequências para qualquer um de nós. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira, do PS. =====

===== Apetece-nos também dizer uma coisa: Nós tínhamos razão. E tínhamos razão não só por aquilo que o CDS tinha razão. Eu, lembro-me, estive há bocadinho a ler umas atas anteriores da Assembleia e encontrei uma ata que se calhar até nós não nos recordamos mas se calhar o Miguel Portela recorda-se bem em que ele se insurgiu dizendo: eu tenho algumas dúvidas sobre a legalidade da Fundação e da atribuição dos benefícios. O que está aqui em causa é a nossa responsabilidade Dr. Miguel Portela. Nós, é que, por convite da Câmara, por sugestão da Câmara, por recomendação da Câmara, é que nós aprovamos as verbas que são destinadas à Fundação La-Salette, portanto a responsabilidade é nossa. E numa das suas intervenções, como nós, nós suscitamos sempre essa questão ad início, e numa dessas suas intervenções, eu estive a ler a ata, tem um ano, o Dr. Miguel Portela chegou aqui e disse: Senhor Presidente, eu tenho algumas dúvidas sobre a legalidade disto. E o Senhor Presidente da Câmara disse o seguinte: - Dr. Miguel descanse, que não há rigorosamente problema nenhum, o Senhor até disse: - olhe o Senhor até ficou de me enviar o parecer jurídico, recorda-se disso, e não enviou. Bom, isto para passarmos à frente e para dizer que afinal o PS tinha razão e nós tínhamos razão quanto às dúvidas sobre a Fundação La-Salette. Nós desde sempre e não está aqui em causa, não está em causa a gestão do Parque La-Salette, a gestão do parque La-Salette é óbvio que tem que ser feita, nós temos que, nós titulares de órgãos autárquicos temos que arranjar uma solução ágil, uma solução empreendedora e ter fundamentalmente critérios de gestão inovadores que permitam resolver desde todos os problemas que o Parque La-Salette ainda tem e que sempre teve. Mas nós estamos aqui, exatamente, para numa atividade

fiscalizadora ver e analisar aquilo que agora nos tem, não esperava que o Senhor Presidente da Câmara viesse cá elencar uma série de motivos e justificações para defender aquilo que num passado recente, para defender aquilo que não defendia num passado recente, ou seja a extinção. Eu de facto fico muito curioso porque o modelo da Fundação e o modelo de gestão imprimido foi sempre defendido pela Câmara Municipal, nomeadamente pelos Órgãos com competência executiva, pelos Membros com competência executiva e agora somos confrontados com uma situação, de que eu não percebi e reconheço se calhar também por insuficiência minha, não houve aqui um único facto, um único facto que o Senhor Presidente da Câmara tenha elencado no sentido de ter mudado a posição que tinha há seis, cinco meses atrás, ou seja, há seis, cinco meses atrás não tinha dúvidas quanto à manutenção da Fundação La-Salette e agora passa a ter dúvidas. Mas, eu vou tentar encontra-las e de facto, pegando pela resolução do Conselho de Ministros diz o seguinte, portanto isso que o Senhor Presidente da Câmara disse que foram feitos diversos quesitos, foram pedidos documentação, etc. etc., os Senhores Ministros que fazem parte do Conselho de Ministros não vieram cá a Oliveira de Azeméis ver se aquela obra A, B ou C estaria ou não pronta, limitaram-se a fazer uma crítica analítica sobre a documentação que foi enviada, creio que foi assim e então diz o seguinte: que o relatório geral e ficha de avaliação apontada de acordo com o modelo de avaliação em 63 critérios, para a pontuação global de 34,3 correspondente à soma dos valores atribuídos aos mesmos pertinência, relevância, eficácia e sustentabilidade, propõe: cessação imediata, mas sobretudo dado as atuais exigências da nova Lei-quadro que implica o conjunto de requisitos e obrigações legais de funcionamento que não se mostram adequadas, comportáveis, eficientes face ao modelo Fundação até agora adotado para a gestão e dinamização do Parque da La-salette. Portanto isto é um atestado de verdadeira incompetência e de má gestão. E é com base nisto, se o Senhor Presidente da Câmara me disser que foi com base nesta análise exterior que mudou de ideias e que agora pretende a extinção da Fundação, eu resta-me dizer que nós sempre tivemos razão nessa análise crítica. E isto, eu entendo, tenho que o fazer à semelhança de outras situações, de outras criações da gestão do PSD, nós temos que chegar à conclusão de que este é mais um exemplo de uma coisa que foi criada e que não serviu de nada, não obstante o esforço louvável do Senhor Vice-presidente da Câmara, no sentido de elencar uma série de atividades, etc.. Elencou até que tentou gerir as coisas com boa vontade de forma até absolutamente livre e sem qualquer remuneração o que é facto é que este modelo. Faliu. E faliu sobre diversos aspetos, todo o argumento que tem sido usado e isto não foi só Senhor Amaro, não foi só o pecado original da criação, foi também o pecado consequente de toda a atividade da Fundação que nós membros da Assembleia Municipal nunca soubemos, nós nunca tivemos uma discussão clara mediante os planos e as estratégias para o Parque La-Salette. Nós sempre criticávamos ao longo destes anos o funcionamento da Fundação e o próprio conceito estratégico, o Senhor Presidente da Câmara sempre nos dizia, que nós eramos maldizentes e profetas da desgraça, que tudo estava a ser devidamente tratado, que não havia problema nenhum. Mesmo quando o Senhor Presidente da Câmara foi simultaneamente Presidente do Conselho de Administração da

Fundação La-Salette e Presidente da Câmara, incompatível, sempre nos foi dizendo que isso era uma coisa de menor importância era uma coisa de mera formalidade e que não tinha problema rigorosamente nenhum, que lá estávamos nós a querer puxar as verdadeiras e inovadoras estratégias do Município para trás. Registrar e isso já o disse, que de facto houve aqui, aquilo que chamava uma pirueta política, pronto e passo a expressão, em que se defende uma coisa que antes toda a gente acharia que era o modelo inovador de gestão. Entendemos e fazendo uma análise de oito anos de gestão da Fundação La-Salette, entendemos que a Fundação La-Salette não fez rigorosamente nada daquilo que se proponha fazer em termos de macro objetivos. Foi no nosso ponto de vista um falhanço total a que se juntam outros publicitados com decisões estruturantes e desestruturantes para o futuro. Não resolveu o problema da estalagem e serviu entre outras coisas para que empresas que trabalhassem com a autarquia fazerem através de ajuste direto outras situações. Mas, entendemos e fazendo um diagnóstico muito breve, porque muito haveria para dizer, há determinadas coisas que não foram feitas, continua exatamente na mesma, para lá de se ter gasto muitos milhares de euros, alguns milhões de euros. A estalagem continua sem destino e com uma vocação próxima por definir; o espólio arbóreo achamos que merecia uma melhor intervenção; a casa dos Mateiros. Eu pus até aqui uma expressão interessante, “grita por socorro”. Durante todo este tempo foram criadas muitas expectativas com a Fundação La-Salette e quanto maior as expectativas foram criadas maior a desilusão e agora todos nós queremos pôr o lençol branco sobre a Fundação a dizer: pronto, estes tipos do governo tiraram isto e nós não temos mais nada a fazer senão extinguir a Fundação. Entendemos que a Fundação La-Salette sempre foi uma verdade no papel, não tem nem nunca teve existência, não captou mecenas como era um dos principais objetivos como era expectável e limitou-se a administrar um orçamento que recebia da Câmara e um orçamento de programas comunitários do QREN. Portanto, nós pensamos, nós pensamos que de facto o Partido Social Democrata através da sua gestão quer esta gestão quer a gestão anterior de facto não conseguiu obter o desiderato estamos em mais um caso de incompetência política, de incapacidade de gestão e isto é um facto que o Partido Socialista quer deixar absolutamente bem vincado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. António Rosa, do PSD. =====

===== Na primeira metade do ano de 2004 a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e a Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis assumindo a consciência de que o Parque La-Salette, unanimemente aclamado pelos oliveirenses como ex-libris do concelho. Um legado centenário de um punhado de oliveirenses arrojados e empreendedores, promoveram uma reflexão alargada tendo em vista olhar o Parque e a gestão dos seus recursos de uma forma diferente da até então aí seguida. Após aprofundado debate, diria mesmo, exemplar do ponto de vista da discussão, concluiu-se que se impunha encontrar um novo modelo de gestão para o Parque que respondesse essencialmente a um conjunto de grandes desafios. O primeiro era

fortalecer a articulações de esforços de gestão, já que eram diversas as entidades que tinham esta missão até então. O outro grande objetivo era fortalecer o papel do Município, enquanto contribuinte ativo, com recursos para um espaço que estando fisicamente na freguesia de Oliveira de Azeméis, é um espaço que claramente pertence e serve todo o nosso concelho. O outro desafio era encontrar um modelo de gestão que privilegiasse e potenciasse diálogo civil em torno do Parque, um modelo que promovesse o exercício democrático assegurando assim o princípio de uma cidadania ativa em torno do Parque. Um modelo que respeitando naturalmente o papel das autarquias, Câmara Municipal e Junta de Freguesia, enquanto legítimas detentoras do património, assegurasse mecanismos de proximidade e de participação com as instituições públicas e privadas do nosso município, com as comunidades escolares, científicas, religiosas, etc., no fundo com toda a comunidade oliveirense. Visava-se ainda, encontrar um modelo que assegurasse as condições para potenciar a captação de recursos financeiros indispensáveis quer para a normal atividade diária do Parque, quer sobretudo para os necessários investimentos próprios de uma estrutura rica e valiosa mas que fruto da sua longa vida carecia de investimentos indispensáveis para manter o Parque da La-Salette vivo, ativo e atrativo. Após ponderação cuidada, entre diversos modelos que estiveram em avaliação, foi decidida a constituição de uma Fundação, a Fundação La-salette. Naturalmente, quando de entre cenários alternativos se decide um caminho, é perfeitamente legítimo que vezes se levantem em defesa de caminhos alternativos. Mas o mais importante eram os objetivos a atingir e quanto a esses, foi amplo, eu diria mesmo, integral, o consenso. Volvidos que estão oito anos importa fazer uma breve recordação sobre o caminho que foi percorrido. Quanto à participação cívica: as festas em honra de Nossa Senhora da La-Salette voltaram a ser realizadas pelos oliveirenses, para os oliveirenses e com a participação ativa e disponível dos oliveirenses. Aparentemente simbólico, dirão uns, este passo encerra em si um grande significado e uma grande conquista e valor. O Município assumiu ao longo destes anos, como aliás lhe competia e dentro das suas possibilidades, o papel de garante financeiro para o funcionamento digno de um espaço que é a sala de visitas do nosso concelho, um espaço que continua a receber anualmente muitos milhares de forasteiros e que encontraram ao longo destes anos, destes oito anos, na Fundação La-Salette um rosto acolhedor e facilitador da sua visita. A história do vidro, que o nosso concelho encerra, foi defendida pela Fundação La-Salette, quem se não lembra das vezes que legitimamente se levantaram regularmente contra as oportunidades perdidas para os outros concelhos, várias primeiras páginas de jornais foram ocupadas com tais reivindicações, o “Berço Vidreiro” instalado e bem vivo no Parque da La-Salette conta hoje uma parte dessa história e afaga a nostalgia daqueles que a viveram. Quantas associações do nosso concelho puderam encontrar no Parque o acolhimento para o desenvolvimento da sua atividade, dando em contrapartida o seu contributo voluntário para a dinamização do Parque. Quantas iniciativas e projetos aconteceram e ganharam estrutura no Parque La-Salette com o propósito de envolver a comunidade, visitas de AZ, Magusto Anual, visitas ao Berço Vidreiro, a comemoração do Dia Mundial da Criança, a Feira de Artesanato, as Manhãs do Parque, o

Clube Amigos do Parque, Concursos de Fotografia, a Classificação do Arvoredo do Parque, como arvoredo de interesse nacional, aquando da celebração dos seus 100 anos. Do ponto de vista estruturante do futuro do Parque foram dados passos de gigante, contrariamente aquilo que aqui há pouco foi dito e que, pessoalmente, só tenho que lamentar não posso adjectivar de uma outra forma. A elaboração de um plano de desenvolvimento estratégico, levado a cabo pelo ICETA, que foi superiormente coordenado pelo professor Paulo Farinha Marques e cujo a proposta técnica foi pública e profundamente discutida serviu de base à elaboração de uma candidatura ao QREN, esta candidatura no valor aproximadamente de cinco milhões de euros (5.000.000,00€) irá dar ao Parque La-salette que por si só teriam dado como justificado este curto período de histórico dos últimos oito anos iniciados com a constituição da Fundação La-Salette. Esta instituição foi não mais do que um veículo para chegar a este destino e é esse o valor que lhe temos que dar. É hoje entendimento nacional e não uma questão propriamente de carácter legal, que este modelo é inadequado para a grande maioria das fundações nacionais. Pasmese, nós estamos a falar logicamente da Fundação La-Salette per si, hoje aqui estamos logicamente mas tudo isto se enquadra numa análise, numa ponderação e num sentido de decisão que está a ter lugar no nosso país, hoje, e que é seguramente discutido por instituições com muitos mais anos que a Fundação La-Salette e que se vêem com a mesma situação. Pois bem, como se diz em português, vão se os anéis mas ficam os dedos, quero eu dizer com isto se o veículo não é o veículo da moda que se altere o veículo o importante é que não se perca de vista o objetivo último que é o engrandecimento do Parque da La-Salette com os recursos que lhe estão atribuídos. Senhor Presidente, esta decisão óbvia e racionalmente aceitável apesar das circunstâncias levanta uma preocupação que seguramente terá em cima da sua secretária em primeiro plano. Por um lado definir e pôr em funcionamento um modelo de gestão melhor que o anterior. E agora que a Câmara Municipal se pode orgulhar de ter mais espaços de grande valor e com natureza semelhante, como o Parque Temático, como as Margens do Caima e eventualmente até alguns equipamentos de grande qualidade e que estão também eles ao serviço da comunidade. Dizia eu, que neste momento, talvez não fosse mal pensado que a sua gestão pudesse ser assegurada de forma articulada com partilha de recursos. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS. =====

===== Muito obrigado Senhor Presidente pela sua benevolência. Só para esclarecer, não estamos aqui a falar do Parque per si, estamos a falar da gestão do parque, isto são coisas claramente diferentes. E a questão também não é nacional e como sabem um terço dos municípios decidiu já não acatar a decisão de extinção das suas Fundações. Quando se acredita no projeto, quando se acha que ele é viável, quando se acha que é a melhor solução, persiste-se e resiste-se. Dito isto, respondendo ao Dr. António Rosa, concordamos. Quando se escolhe um caminho é legítimo que vezes alternativas apontem outros caminhos. Que nos critiquem, quando

não sabem que nós já estávamos corretos, enfim, admito, pode ser inocência. Mas que desdenhem, quando se mostra que efetivamente estávamos corretos, é desonesto. Houve durante muito tempo ocultação de informação sobre o reconhecimento da Fundação, efetivamente houve. Aquela que dizem Senhor Presidente, que terão que dizer outras soluções possíveis para gerir o Parque, há milhares de situações neste país geridas de muitas outras formas que não por Fundações, a questão não é essa. É obvio que, há outras formas de gerir o Parque e a questão é muito simples, depois de uma avaliação do Ministério das Finanças os critérios iguais para todas as Fundações do país, o resultado mostrou muito simplesmente que a Fundação não teve relevância, não foi eficaz e não é minimamente sustentável como nós sempre dissemos. Aquilo que não acho correto é que quando dizemos e criticamos durante anos uma situação que é irregular, que é penosa para o município e não traz nada de novo, quando efetivamente uma entidade externa que nem é partidária porque não tem sequer a ver com o Partido Socialista, com o Partido Social Democrata, uma entidade externa, vem fazer a avaliação deste trabalho e demonstra que ele não foi eficaz se volte novamente a dizer que os mesmos do costume é que não tinham razão. Isso, não é honesto. E a questão continua a ser a gestão do Parque, porque se volvermos estes anos, para além dos milhares que gastamos não resolvemos os problemas centrais: continuamos com o problema das piscinas por resolver; continuamos o problema da estalagem por resolver; continuamos com o problema dos acessos pedonais por resolver, isto sim são cancro centrais que o Parque tem há anos. Nada. Continua exatamente igual, apesar dos milhares que gastamos. Isto sim é realidade. É a realidade da má gestão que nós temos vindo sistematicamente a tentar demonstrar. Esta é apenas mais uma área. Não é bonito, não fica bem, nesta fase, independentemente de ser confortável ou não, tentar se passar uma borracha por estas coisas. Isto, tal como a criação da Fundação, tal como o modelo de gestão que escolheram e tal como esta extinção, tem claramente um rosto, disso não podem fugir. E mais, errar, ou pior do que errar, é persistir no erro. E portanto, mesmo depois disto, tentar validar novamente as transferências que se fizeram para a Fundação, é persistir no erro, mesmo quando há entidades superiores a dizer: Atenção, cautela. Não é como dizia o Senhor Vereador Ricardo Tavares em várias Assembleias mandem vir, mandem vir quem quiserem, eles que avaliem. - Claro viu o que aconteceu ali na Praça da Cidade, não é? - Pois é, os Senhores estão sempre certos. - O que é que foi, no Parque da Cidade? - Não sabe o que é que aconteceu? – As obras a mais, os trabalhos a mais. - O que é que foi? – Não estamos com um problema seríssimo? - Peço desculpa, não quero abusar da sua simpatia. Efetivamente, este concelho, para algumas pessoas é absolutamente pujante. É pujante. Mesmo que todas as entidades continuem a reconhecer os erros crassos que temos feito nestes anos e as consequências diretas que isso tem na qualidade de vida dos oliveirenses. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====

===== *Quería pedir autorização para fazermos uma conferência de líderes, por causa do ponto três, se fosse possível cinco minutos. =====*

===== *Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

===== *Eu só gostava de dar aqui dois ou três esclarecimentos, que julgo importantes e relevantes e não vou naturalmente usar termos de honestidade, desonestidade nem coisa que se pareça, antes pelo contrário. Há só uma questão que sinceramente me choca e me fere e tenho que desabafar com todos vós. É dizerem, ou dizer-se, que o Parque está igual. Não é verdade. E portanto, vamos naturalmente cada um assumir as suas responsabilidades. Há divergências, há discordâncias, mas dizer que o Parque está igual, é alguém que não vai ao Parque há anos. Por amor de Deus, com toda a sinceridade, eu não vou estar aqui. Reparem uma coisa, eu vou até ao limite das minhas capacidades para encontrar uma solução consensual para a gestão do Parque La-Salette, vou até aos limites, mas pelo que eu ouvi aqui hoje eu não sei como é vai ser possível chegar a um modelo consensual, ou então a gente deixa encontrar um modelo, e dizer assim o modelo é este: giram, ou façam. Porque eu acho que há aqui permanentemente aqui uma situação que é complicada, agora reparem uma coisa: foi aprovada uma candidatura a fundos comunitários de cinco milhões de euros (5.000.000,00€), depois não chegou a cinco milhões de euros, é menos, é quatro ponto um, ou quatro ponto cento e qualquer coisa, parte desses valores estão investidos no Parque, alguns estão à vista: o Parque vai ter um novo parque de eventos; o Parque vai ter uma nova mata; o Parque tem hoje um novo parque infantil, um novo campo de futebol, que está à vista, que está a ser utilizado por toda a gente. Está lá. O Parque vai ter, o núcleo histórico vai ser intervencionado há uma candidatura a fundos comunitários que estão aprovados para isso. Sinceramente, digam o que disserem, façam o que entenderem. Agora, a Casa do Mateiro vai ser construído o Centro de Interpretação do Vidro, agora não se pode chegar lá e reconstruir a casa se ela faz parte do projeto. Agora, divirjam, façam, por amor de Deus é um pedido que eu faço, sinceramente, porque não é correto dizer-se, eu só estou a dizer correto nem estou a usar outra palavra, dizer-se assim: o Parque está na mesma. Não está. Não está. O Parque sofreu alterações, sofreu melhorias e o Parque vai ser seguramente diferente concluído que esteja este ciclo de investimento. Falta resolver o problema da estalagem. Falta. A semana passada estive lá com o Porto e Norte de Portugal e com três investidores para tentar encontrar uma solução para a estalagem. Oh Senhor Dr. Pais Ferreira, o Senhor sabe, e o Senhor até é uma pessoa bastante esclarecida que vive também no mundo da advocacia/negócios, sabe perfeitamente que a conjuntura é absolutamente desfavorável, sabe que é, e não é de hoje, não é de ontem, não é de anteontem e portanto repare não tem a ver com a legalidade com isto. Ouça, tem a ver com a conjuntura que estamos a viver. Ou o Senhor acha que se nós tivéssemos uma solução que dê, ou que torne a dar, a estalagem à fileira do turismo*

com 50 quartos que nós já não a tínhamos aceite e que nós já não estávamos no terreno a implementa-la. Far-nos-á justiça pelo menos nessa matéria. Ou se o Senhor arranjar alguém ou se o Senhor arranjar um investidor. Não tem sido possível encontrar essa situação e portanto são estas questões que eu considero relevantes e que importa acautelar no futuro também. Porque a extinção da Fundação La-Salette, hoje, aqui, verificada em sede de Assembleia Municipal, não resolve nenhum problema ao Parque, não resolve nenhum problema ao Parque. Ouça, é uma maneira que os Senhores têm de crucificar o Hermínio Loureiro, o Ricardo Tavares, a gestão ruínosa do PSD, essas coisas todas, ouça, fantástico é um dia de satisfação, isso até se notava na sua intervenção Dr. Pais Ferreira, o Senhor estava empolgado a falar relativamente a essa matéria. Olhe, eu não estou. Não estou. E estou, isso sim, empenhado em encontrar uma solução de futuro para o Parque da La-Salette, acreditava nesta. É verdade, acreditava. Falhou. Vamos encontrar outra. Mas, vamos encontrar outra com a participação de todos, seguramente para evitar este tipo de discussão daqui a dez anos ou daqui a oito quando o Parque estiver diferente, mas seguramente que diferente será sempre motivo de orgulho para todos oliveirenses. Muito obrigado Senhor Presidente. =====

===== Procedeu-se a uma pausa na Assembleia, para conferência de líderes. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para dizer que: =====

===== Então por bem, em relação a este ponto dezoito, que está subdividido no ponto um, dois e três, votar ponto por ponto. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezoito à votação, tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada à exceção do ponto 3 da mesma**, o qual se transcreve: “Que se reconheça como válidos e legítimos os apoios financeiros já atribuídos e pagos à Fundação La Salette, ainda que não reconhecida, pois exerce a sua atividade ao abrigo dos Estatutos e do art.º 199.º e seguintes do CC”, **o qual foi aprovado por maioria com a seguinte votação: a favor - vinte e um votos do PSD** (Presidente Dr. Jorge Manuel Freitas de Oliveira e Silva, Segundo Secretário Sr. António Luís da Fonseca e Grifo, António Manuel da Costa Alves Rosa, Helga Alexandra Freire Correia, José Francisco Brandão de Oliveira, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, Marco António Guimarães de Castro Azevedo, Paula Regina Fernandes Duarte de Oliveira Pinto, Francisco Borges de Almeida Alves, José Filipe da Silva Carvalho, Ana Luísa Gonçalves Regala de Mendonça Humphrey, Diamantino Melo de Almeida (Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa), Francisco Jesus Jacinto (Presidente da Junta de Freguesia de Macinhata da Seixa), Américo de Almeida Carvalho (Presidente da Junta de Freguesia de Madail), Ramiro Pereira Alves Rosa (Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis), José Alves da Silva (Presidente da Junta de Freguesia de Ossela), Miguel Mendes da Silva (Presidente da Junta de Freguesia de

*Palmaz), José António de Pinho Santos (Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo), Carlos Manuel Pinho Silva (Presidente da Junta de Freguesia de S. Tiago de Riba-Ul), Hugo Manuel Gomes Silva Pereira (Presidente da Junta de Freguesia de Ul), António de Jesus Silva (Presidente da Junta de Freguesia de Vila de Cucujães); **contra - doze votos do PS** (Fernando Manuel Pais Ferreira, Helena Maria Dinis dos Santos, Fernando Ricardo Gomes Oliveira Bastos, José Ramos da Silva, Ana Lúcia Nunes de Sousa, Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira, Manuel José Tavares Soares, Ana Raquel Simões Teixeira, Bruno Armando Aragão Henriques, José António Domingues Marques Lourenço, Cristina Maria Valente de Pinho, Rui Jorge da Silva Cabral (Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro) e **um voto do CDS/PP** (Miguel Ângelo de Carvalho Santos Portela). O Sr. Bernardo Amaro Moreira Simões (Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque) e o Sr. Ilídio Barbosa Lopes (Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Gândara) não participaram na votação por se considerarem impedidos. =====*

*===== **Ponto dezanove:** Aquisição de garrações de água e copos – Autorização prévia de compromisso plurianual, bem como ratificação e convalidação de todos os atos entretanto praticados. =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A aprovação da Proposta de Deliberação com a referência I/54856/2012, referente aos Compromissos Plurianuais (Art.º 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro); - Que à data da submissão da proposta acima referida havia alguma incerteza no que respeita ao consumo de água e, conseqüentemente, do planeamento das necessidades previstas e orçamentadas; - O stock de garrações de água existente, propõe-se: 1. Envio para autorização prévia do Órgão Deliberativo dos seguintes montantes de compromissos plurianuais, de acordo com o disposto na alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, nos seguintes termos: Ano 2012: € 175,04 (cento e setenta e cinco euros e quatro cêntimos) - Valor cabimentado na rubrica 02012101, pela Proposta de Cabimento n.º 1469 (I/58504/2012), possuindo o número de compromisso de fundo disponível 3007 (I/58654/2012); Ano 2013: € 6.660,31 (seis mil, seiscentos e sessenta euros e trinta e um cêntimos) (valor já com IVA) 2. Que seja dada autorização a antecipação das verbas previstas indicadas para os anos seguintes a 2012, desde que: a) os valores contratuais não sejam ultrapassados; b) se manifeste essa necessidade e; c) sejam emitidos os documentos de cabimento e compromisso de Fundo Disponível adicionais. 3. Dada a urgência do desenvolvimento do procedimento contratual, propõe-se que se autorize, desde já, os trâmites e os procedimentos necessários a tal fim, e se ratifique e convalide todos os atos que entretanto venham a ser realizados antes da autorização prévia referida no ponto 2 por parte da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do 137º do CPA.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente, isto tem a ver com a água e como os copos que estão nas escolas para o normal funcionamento do ano letivo e portanto há necessidade de vir cá por causa da repartição de compromissos entre 2012 e 2013. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezanove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade dar autorização prévia de compromisso plurianual para a aquisição de garrações de água e copos, bem como ratificar e convalidar todos os atos entretanto praticados. =====

===== **Ponto vinte:** Renovação da prestação de serviços bancários Via SIB's – Autorização para assunção de compromissos plurianuais. =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que se torna necessário proceder, conforme comunicação interna com a refª I/56998/2012, de 26 de junho de 2012, à renovação do contrato de **serviços bancários via SIB's**, por um período de 12 meses; - A possibilidade de prorrogação do contrato conferida pelo disposto na Cláusula 2ª e no ponto 2, da Cláusula 5ª, do Caderno de Encargos, bem como no Despacho de Adjudicação, de 27 de julho de 2011, do procedimento n.º 37/11 (PI/4162/2011); - A consulta efetuada ao mercado no sentido de apurar se as condições adjudicadas no âmbito do presente procedimento se mantinham vantajosas (respostas apenas ao processo do procedimento), as quais se verificaram manter-se; - A pronúncia favorável do Banco Espírito Santo, S.A. (atual prestador de serviços) para a manutenção das condições apresentadas/propostas no âmbito do já mencionado procedimento; - Que, nos termos do artigo 26º, da Lei n.º 64-B/2011 (LOE 2012), de 30 de dezembro, o serviço em questão não carece de parecer prévio vinculativo nem de aplicação da redução remuneratória, dado estarmos perante um serviço bancário de cobranças eletrónicas (via multibanco) sendo este enquadrável em “serviço conexo ao serviço de comunicações eletrónicas”; - Que o valor base para celebração do referido contrato de prorrogação é de 31.233,00€ (trinta e um mil, duzentos e trinta e três euros), para um período de vigência de doze meses, sendo a verba distribuída do seguinte modo: para o ano de 2012 (outubro a dezembro) prevê-se uma verba de 7.808,25€ (sete mil, oitocentos e oito euros e vinte e cinco cêntimos), para o ano de 2013 (janeiro a setembro) prevê-se uma verba de 23.424,75€ (vinte e três mil, quatrocentos e vinte e quatro euros e setenta e cinco cêntimos). A todos estes valores acresce o IVA à taxa legal em vigor; - O valor referente ao ano 2012 encontra-se cabimentado na rubrica 030601, pela Proposta de Cabimento n.º 1568 (I/65279/2012),

possuindo o Compromisso de Fundo Disponível n.º 3401/2012 (I/65335/2012); Submete-se ao Órgão Executivo a presente proposta propondo-se que, nos termos da alínea c), n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a mesma seja submetida à autorização do Órgão Deliberativo o referido compromisso plurianual de acordo com os valores acima indicados. Mais se declara que, de acordo com os dados e elementos conhecidos pelo Município, a esta data não existe qualquer situação de conflito de interesses, que possa pôr em causa a transparência do processo, designadamente, que não existe relação ou participação na empresa com a qual se propõe a celebração dos referido contrato de ex-colaboradores do Município, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2.º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente, este ponto e o ponto vinte e um de alguma forma estão ligados, tem a ver com o sistema dos terminais e o sistema de pagamento no GAM e portanto a necessidade que temos de aquisição destes serviços para que os munícipes possam também por via desta tecnologia cumprir com as suas obrigações. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrições. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a assunção de compromissos plurianuais. ==

===== **Ponto vinte e um:** Prestação de serviços sistema de débitos diretos – Autorização para assunção de compromissos plurianuais. =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que através da RQI n.º 2009 (I/58352/2012) foi manifestada a necessidade de se proceder à contratação de **serviços bancários – Sistema de Débitos Diretos**, por um período estimado de 12 meses, o qual, poderá ser inferior, considerando a possibilidade da concessão do serviço de águas e saneamento entrar na fase de execução; - Que se trata da execução de trabalho não subordinado, para o qual se revela inconveniente e inaplicável o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; - Que à natureza e o objeto da aquisição do serviço não se revela aplicável a verificação da existência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa; não se mostrando, ainda, também exigível a verificação desta situação dado que ainda não foi publicada a Portaria a que se refere o n.º 2, do artigo 33º-A, da Lei n.º 53/2006 e respetivas alterações; - Que, nos termos do artigo 26º, da Lei n.º 64-B/2011 (LOE 2012), de 30 de Dezembro, o serviço

em questão não carece de parecer prévio vinculativo nem de aplicação da redução remuneratória, dado estarmos perante um serviço bancário de cobranças eletrónicas, sendo este, enquadrável em “serviço conexo ao serviço de comunicações eletrónicas”; - Que o valor estimado (Preço Base apresentado pela unidade orgânica requisitante) para celebração do referido contrato é de 14.000,00€ (catorze mil euros), para um período de vigência estimado de doze meses, sendo a verba distribuída do seguinte modo: para o ano de 2012 (outubro a dezembro) prevê-se uma verba de 3.500,00€ (três mil e quinhentos euros), para o ano de 2013 (janeiro a setembro) prevê-se uma verba de 10.500,00€ (dez mil e quinhentos euros). A todos estes valores acresce o IVA à taxa legal em vigor; - O valor referente ao ano 2012 encontra-se cabimentado na rubrica 030601, pela Proposta de Cabimento n.º 1567 (I/65280/2012), possuindo o compromisso de fundo disponível n.º 3402 (I/65340/2012); - Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea a) do artigo 20.º do CCP, propõe-se a adoção de um ajuste direto em regime geral, por não se considerar necessário e exigível o recurso a procedimento mais complexo, em respeito pelo princípio da proporcionalidade, da economia e da eficiência processual. Propõe-se que o referido ajuste direto seja efetuado unicamente ao atual prestador de serviços (Banco Espírito Santo, S.A.), tendo em conta a pronúncia favorável para a manutenção das condições apresentadas/propostas no âmbito do procedimento anterior (Proc. n.º 31/11 - PI/3761/2011), sendo estas mais vantajosas comparativamente com os restantes concorrentes desse mesmo procedimento, e ainda tendo em conta o bom desenrolar dos trabalhos desempenhados pela entidade referida, bem como as trocas eletrónicas de informações sem qualquer tipo de problema entre a mesma e o Município de Oliveira de Azeméis. Submete-se ao Órgão Executivo a presente proposta propondo-se que, nos termos da al. c), n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a mesma seja submetida à autorização do Órgão Deliberativo o referido compromisso plurianual de acordo com os valores acima indicados. Mais se declara que, de acordo com os dados e elementos conhecidos pelo Município, a esta data não existe qualquer situação de conflito de interesses, que possa pôr em causa a transparência do processo, designadamente, que não existe relação ou participação na empresa com a qual se propõe a celebração dos referido contrato de ex-colaboradores do Município, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2.º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e um à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a assunção de compromissos plurianuais. ==

===== **Ponto vinte e dois:** Fornecimento de fruta escolar para o ano letivo 2012/2013 – Autorização para assunção de compromissos plurianuais; =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: Que terminou o concurso do fornecimento da fruta escolar do ano letivo 2011/2012, tornando-se necessário proceder à abertura de novo procedimento para o ano letivo 2012/2013. Propõe-se: 1. A assunção dos compromissos plurianuais, de acordo com o disposto na alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, nos seguintes termos: Ano 2012: € 6.926,40 (seis mil novecentos e vinte e seis euros e quarenta cêntimos) Valor cabimentado na rubrica 020105, pela Proposta de Cabimento n.º 1738/2012 (I/72411/2012, possuindo o número de compromisso de fundo disponível 3699/2012 (I73851/2012); Ano 2013: € 16.161,60 (dezasseis mil cento e sessenta e um euros e sessenta cêntimos); Aos valores acima mencionados acresce IVA à taxa legal em vigor. 2. Que seja autorizada a antecipação das verbas previstas indicadas para os anos seguintes a 2012, desde que: a) os valores contratuais não sejam ultrapassados; b) caso se manifeste essa necessidade e; c) seja emitido o respetivo Compromisso de Fundo Disponível. Mais propõe-se que se remeta ao órgão deliberativo a presente proposta.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Senhor Presidente, tem a ver com o programa fruta escolar que faz parte também da política de educação e dos compromissos que a Câmara Municipal assumiu relativamente à questão da educação e a necessidade também da assunção de compromissos plurianuais, ou seja, seis mil novecentos e vinte e seis, no ano de 2012 e dezasseis mil cento e sessenta e um, no ano 2013 e portanto isto carece aprovação de Assembleia Municipal.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrições.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e dois à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a assunção de compromissos plurianuais.* =====

===== ***Ponto vinte e três:** Aquisição de serviços de Internet para a Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, no âmbito do projeto Rede de Bibliotecas – Autorização para assunção de compromissos plurianuais a pagar mensalmente, bem como ratificação e convalidação de todos os atos entretanto praticados.* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, a 31 de Agosto de 2012, termina o contrato de Internet para a BMFC, tornando-se necessário proceder a nova “Aquisição de serviços de Internet para a BMFC, no âmbito do projeto Rede de Bibliotecas – serviços de Internet com velocidades mínimas de 120Mb download e 60Mb upload + IIP fixo”, por um período de 12 meses, nos termos da solicitação apresentada*

na RQI 1666/2012 (I/45625/2012); - Que a BMFC necessita deste serviço de Internet para garantir o projeto de bibliotecas escolares do Município; - Que sem este serviço o projeto cessa devido à ausência de comunicação com a rede de bibliotecas existentes nas escolas; - Que nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro, não carece de parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das Autarquias Locais, a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços essenciais (Neste caso, enquadra-se o objeto deste procedimento em serviços de comunicações eletrónicas); - Que o valor estimado para celebração do referido contrato é de 720,00€ (setecentos e vinte euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, encontrando-se este valor cabimentado na rubrica 02020901, pela proposta de cabimento nº 1363/2012 e Compromisso Fundo Disponível nº 2537/2012. - Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes no artigo 128.º do CCP, sendo adequada a adoção de um ajuste direto em regime simplificado, por não se considerar necessário e exigível o recurso a procedimento mais complexo, em respeito pelo princípio da proporcionalidade, da economia e da eficiência processual, propõe-se: 1. A abertura de procedimento para aquisição do serviço “Internet para a BMFC, no âmbito do projeto Rede de Bibliotecas – serviços de Internet com velocidades mínimas de 120Mb download e 60Mb upload + IIP fixo”, pelo período de 12 (doze) meses (Setembro 2012 a Agosto 2013), por ajuste direto em regime simplificado com convite à apresentação de proposta às seguintes entidades: a) Cabovisão - Televisão por Cabo, SA; b) PT Comunicações, S.A.; 2. Envio para autorização prévia do Órgão Deliberativo, dos seguintes montantes de compromissos plurianuais, a pagar mensalmente, nos termos da al. c), nº 1 do art.º 6º da Lei nº 8/2012: Ano 2012: € 240,00; Ano 2013: € 480,00 Aos valores acima mencionados acresce IVA à taxa legal em vigor. 3. Dada a urgência de lançamento do procedimento contratual, na modalidade de Ajuste Direto em regime simplificado e com vista a garantir a continuidade da prestação do serviço pretendido, propõe-se que se autorize, desde já, os trâmites e os procedimentos necessários a tal fim, e se ratifique e convalide todos os atos que entretanto venham a ser realizados antes da autorização prévia referida no ponto 2 por parte da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do 137º do CPA.”=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente a justificação é a mesma, a implicação de dois anos 2012 e 2013: duzentos e quarenta euros em 2012, quatrocentos e oitenta em 2013 e é um serviço para prestar na Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, no âmbito do projeto Rede de Bibliotecas =

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrições. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e três à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a assunção de compromissos plurianuais a pagar mensalmente, bem como ratificar e convalidar todos os atos entretanto praticados.* =====

===== **Ponto vinte e quatro:** *Aquisição do serviço de Internet/ TV cabo para serviços ligados à Presidência – Autorização para assunção de compromissos plurianuais a pagar mensalmente, bem como ratificação e convalidação de todos os atos entretanto praticados.* ===

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que se torna necessário proceder a nova “aquisição do serviço de Internet/Tv cabo” para os serviços ligados à presidência”, pelo período de 24 meses, que inclua Pacote Tv ZON Fibra 100 LIGHT para 24 meses, com Box HD+DVR extra e PACK Sport TV”, nos termos da solicitação apresentada na RQI n.º 1923/2012 e informação Interna Nº I/55923/2012; - Que nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro, não carece de parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das Autarquias Locais, a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços essenciais (neste caso, enquadra-se o objeto deste procedimento em serviços de comunicações eletrónicas); - Que o valor estimado (preço orçamento colaborativo apresentado pelo prestador serviços) para celebração do referido contrato é de €1.639.41 (mil, seiscentos e trinta e nove euros e quarenta e um cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, encontrando-se este valor cabimentado na rubrica 02020901, pela proposta de cabimento nº 1465/2012 e compromisso de fundo disponível nº 2984/2012; - Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites constantes na alínea a) do n.º 1 artigo 20.º do CCP, sendo adequada a adoção de um ajuste direto em regime geral, por não se justificar o recurso a procedimento mais complexo, em respeito pelo princípio da proporcionalidade, da economia e da eficiência, propõe-se: 1. A abertura de procedimento para “Aquisição do serviço de Internet/Tv Cabo” para os serviços ligados à presidência”, que inclua Pacote Tv ZON Fibra 100 LIGHT, com Box HD+DVR extra e PACK Sport Tv, pelo período de 24 meses, por ajuste direto com convite à apresentação de proposta à ZON TV CABO PORTUGAL,S.A., dado ser o único prestador deste serviço, não havendo alternativa no mercado 2. Que o órgão executivo submeta à autorização prévia do órgão Deliberativo os compromissos plurianuais a pagar mensalmente, para efeitos da al. c), nº 1 do art. 6º da Lei nº 8/2012; podendo ocorrer variações de acréscimo e/ou de redução nos valores a pagar em função do nível de utilização, o que implicará os ajustamentos respetivos nos compromissos de fundo disponível em cada momento, sem que ultrapasse o limite total máximo previsto do encargo plurianual nos 3 anos: Ano 2012 = € 442,77, acrescido do IVA à taxa legal em vigor; Ano 2013 = € 797,76 acrescido do IVA à taxa legal em vigor; Ano 2014 = € 398,88 acrescido do*

IVA à taxa legal em vigor. 3. Dada a urgência de lançamento do procedimento contratual, na modalidade de Ajuste Direto em regime simplificado, e com vista a garantir a operacionalidade do serviço a partir do mês de Julho de 2012, propõe-se que se autorize, desde já, os trâmites e os procedimentos necessários a tal fim, e se ratifique e convalide todos os atos que entretanto venham a ser realizados antes da autorização prévia referida no ponto 2 por parte da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos 137º do CPA.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Senhor Presidente, na sequência daquilo que tenho vindo a dizer trata-se também de assunção de compromissos plurianuais, neste caso serviço de Internet/TV Cabo, ligados à Presidência e que tem a despesa de: 442.77€ no ano de 2012; 797.76€, no ano de 2013 e 398.88€ em 2014.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores José Lourenço e Dr. Miguel Portela.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor José Lourenço, do PS.* =====

===== *Boa noite. Caríssima Mesa, Executivo, Colegas, população de Carregosa. Eu vinha aqui se calhar tentar elucidar um bocadinho esta proposta, até porque ela não está completa, não é? E para aqueles que eventualmente não têm a proposta ou os propósitos da mesma, eu até podia aqui elucidar, portanto a mesma será para aquisição de serviços Internet/TV Cabo para os serviços ligados à Presidência, que inclui Pacote TV ZON Fibra 100 LIGHT, para 24 meses, com Box HD+DVR extra e PACK Sport TV e diz ainda também que esta é uma aquisição de serviços essenciais, ou seja, neste caso enquadra-se o objeto em serviço de comunicações eletrónicas. Obviamente que a mim mete-me um bocado de confusão, porque questiono-me, a Câmara não tem Internet? Que eu saiba, todos os serviços estarão ligados em rede. Obviamente que depois ao ler isto em detalhe, julgava não ser possível e também muitos pensarão bem isto é ridículo, o que estou aqui a fazer, a despesa efetivamente até não é assim tanta atendendo aos milhões que aqui falamos, mas é a Lei tem que vir aqui e obviamente que todos nós ficamos a par disso. Obviamente que também e aproveita-se para colocar algumas questões, o que é que pensarão os oliveirenses disto, as pessoas necessitadas, as pessoas que passam dificuldades e que ao saber que além do serviço Internet/TV Cabo também vamos pagar a Sport TV para a Presidência da nossa Câmara. Quantos de nós, também, já agora fica a questão, tem Sport TV no nosso emprego, no nosso escritório, na nossa oficina, no nosso carro, na rua, no hospital, coloco a questão se no decurso das nossas funções temos tempo para ver a*

Sport TV a não ser que sejamos comentadores ou algo parecido, mas a não ser que sejam jornalistas. Quantos de nós eventualmente se calhar até nem têm este serviço, eu pessoalmente até não tenho, porque são setenta euros por mês e obviamente que falando em despesa a mim custa-me quando me sai do bolso obviamente e ainda para mais quando, isto é um aparte, me tiram todos os meses 3,5% ao meu vencimento, para não falar de usurpação, subsídios de férias, subsídios de natal, portanto quando se trata de despesa e quando se trata do nosso bolso obviamente que nós pensamos. E isto, meus caros, é sair do nosso bolso, estamos a falar de dinheiros que parece que não nos sai do bolso, mas se pensarmos melhor, ele sai-nos diretamente mesmo do bolso. Portanto, obviamente que tem que haver um bocadinho de decência nesta questão, eu esperaria ouvir uma outra justificação para a aquisição destes serviços, não ouvi a não ser, a ter que se autorizar porque é um contrato plurianual, decorre da lei tem que ser aqui aprovado, portanto pensaria que tinha que ser uma linha, não sei das quantas XPTO, mas tem a Sport TV que essa aí é que é importante. Por fim, meus caros, sinceramente se fosse em minha casa, se fosse em algo que eu tivesse responsabilidade direta, os utentes/utilizadores teriam que pagar esta despesa e não nós. E com diz o spot da Zon: há uma linha, neste caso, há uma linha para austeridade e também para a lata que tem para aprovarmos esta questão. Nós vamos votar contra. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====

===== Este ponto até nos pareceu, de certo modo, elementar contudo na sua análise mais criteriosa apercebemo-nos de contornos que não nos parecem elegíveis para a nossa aprovação. Que a Presidência necessite de Internet é natural, já ter televisão ainda poderemos considerar aceitável face a um acompanhamento de atividade noticiosa importante. Sabemos que hoje em dia as notícias fluem a uma velocidade alucinante e os canais especialistas na área produzem muita informação de uma forma célere. Apesar de acharmos um luxo a aquisição de TV por Cabo nos tempos que correm para a Presidência até aceitamos alguma lógica nessa pretensão, contudo não poderemos nunca em tempo algum, assumir que a instalação de um pack Sport TV seja essencial para o gabinete. Neste sentido achamos a pretensão desajustada pelo que não poderemos votar favoravelmente a mesma pretensão. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e quatro à votação, tendo sido deliberado por maioria autorizar a assunção de compromissos plurianuais a pagar mensalmente, bem como ratificar e convalidar todos os atos entretanto praticados, registando-se a seguinte votação: - a favor - vinte e três votos do PSD; - contra - treze votos do PS e um voto do CDS/PP=====

===== **Ponto vinte e cinco:** *Aquisição de serviços de seguros – Autorização para assunção de compromissos plurianuais e repartição de encargos em mais do que um ano económico.* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que nos termos do artigo 26º, da Lei n.º 64-B/2011 (LOE 2012), de 30 de Dezembro, carece de parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das Autarquias Locais, a celebração de contratos de aquisição de serviços; - Que nos termos legais, e conforme apresentado na RQI n.º 2383 (I/68581/2012), se torna necessário proceder à contratação de seguros (ramo multirriscos, responsabilidade civil viaturas, acidentes de trabalho - pessoal do quadro; responsabilidade civil geral e acidentes pessoais), para uma vigência de 3 anos, com início, tendo em conta a data de vencimento de cada apólice objeto de contratação, apenas em 2013. - Que a presente aquisição de serviços não se encontra abrangida na Deliberação n.º I/2384/2012 e I/35361/2012, referente ao Pedido de Parecer Prévio favorável Genérico, dado não se verificar o cumprimento dos requisitos cumulativos na sua totalidade, designadamente no que respeita ao valor do contrato (que ultrapassa os 5.000,00€ S/IVA), ao objeto (uma vez que não se encontra aí previsto) e ainda à duração do mesmo (superior a 20 dias), pelo que necessita da respetiva autorização/parecer prévio favorável; - Que se trata da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente e inaplicável o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; - Que a natureza e o objeto da aquisição de serviços não se revela aplicável à verificação da existência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa; não se mostrando, ainda, também exigível a verificação desta situação dado que ainda não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 2, do artigo 33-A, da Lei n.º 53/2008 e respetivas alterações; - Que o valor estimado (Preço Base apresentado pela unidade orgânica requisitante) para celebração do referido contrato é de 435.000,00€ (quatrocentos e trinta e cinco mil euros), isentos de IVA, não se encontrando cabimentado uma vez que se tratam de despesas que se reportam a um ano económico cujo orçamento ainda não está em vigor, impossibilitando assim a emissão do documento de cabimento, no momento de início do processo. O presente concurso, face à possibilidade de eventual aplicação de revisão de preços bem como o eventual aumento ou redução de riscos/capitais, terá como preço contratual o preço base já referido (sem prejuízo da aplicação do critério do mais baixo preço). Ainda no que respeita ao preço base, o mesmo possui aplicada a redução remuneratória (tendo em consideração os preços atualmente pagos e/ou atualizados com os novos capitais previstos para o novo concurso), de acordo com o n.º 1 e 2, do artigo 26º, da LOE 2012, conforme informação do Serviço Requisitante. - Que o montante previsto para cada ano económico é de 145.000,00€ (cento e quarenta e cinco mil euros), isentos de IVA. - Que se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, de planos ou programas plurianuais aprovados, que não ultrapassa o prazo de execução*

de três anos, mas cujo valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1º, do artigo 22º, do referido diploma legal, de 99.759,58€ (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), no ano seguinte ao da sua contratação. - Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea b), do número 1, do artigo 20.º do CCP, propõe-se a adoção de um concurso público. Submete-se ao Órgão Executivo o presente pedido de parecer prévio para que o mesmo obtenha deliberação favorável para abertura de procedimento de aquisição de "apólices de seguros". Por tratar-se de um compromisso plurianual, propõe-se ainda que Órgão Executivo: - nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, submeta à autorização do Órgão Deliberativo o referido compromisso plurianual de acordo com os valores acima indicados; - submeta à autorização do Órgão Deliberativo a repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico, de acordo com os valores estimados referenciados, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho." =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado Senhor Presidente. Estamos a falar do pedido de parecer prévio para aquisição de serviços de seguros e conforme também já foi dito, na perspectiva de mais que um ano económico e portanto necessita, a argumentação é a mesma nós não mudamos de argumentação somos coerentes e portanto necessita de aprovação porque tem mais que um ano económico. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrições. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a assunção de compromissos plurianuais, bem como a repartição de encargos em mais do que um ano económico. =====

*===== **Ponto vinte e seis:** Prestação de serviços de inspeção, reinspeção e selagens de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes para o período de 2012 a 2014 – Autorização para assunção de compromissos plurianuais, bem como ratificação e convalidação de todos os atos entretanto praticados. =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que nos termos do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011 (LOE 2012), de 30 de Dezembro, carece de

parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das Autarquias Locais, a celebração de contratos de aquisição de serviços; - Que nos termos da necessidade manifestada nas RQI 2342 (I/66728/2012); 2343 (I/66730/2012); 2344/2012 (I/66733/2012) torna-se necessário proceder à aquisição da prestação de serviços de Inspeção, Reinspeção e Selagens de Ascensores, Montacargas, Escadas Mecânicas e tapetes Rolantes; - As competências atribuídas às Câmara Municipais, ao abrigo do Dec. Lei 320/2002, no que respeita à realização de inspeções, reinspeções e selagens de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes, torna-se imprescindível o recurso à contratação de entidades inspetoras reconhecidas pela Direção Geral de Energia (art.º 7.º, n.º 3 e art.º 10.º do referido diploma); - Que a presente aquisição de serviços não se encontra abrangida na Deliberação n.º I/35361/2012, referente ao Pedido de Parecer Prévio favorável Genérico, dado não se verificar o cumprimento dos requisitos, designadamente no que respeita ao valor do contrato (que ultrapassa os 5.000,00€/S/IVA), ao objeto (uma vez que não se encontra aí previsto) e ainda à duração do mesmo (superior a 20 dias, uma vez que o período de vigência da prestação de serviços será, previsivelmente, 27 meses) pelo que necessita da respetiva autorização/parecer prévio favorável; - Que se trata da execução de trabalho não subordinado, para o qual se revela inconveniente e inaplicável o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; - Que a natureza e o objeto da aquisição de serviços não se revela aplicável a verificação da existência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa; não se mostrando, ainda, também exigível a verificação desta situação dado que ainda não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33-A da Lei n.º 53/2008 e respetivas alterações; - Que o valor estimado (Preço Base apresentado pela unidade orgânica requisitante - I/71683/2012) para celebração do referido contrato é de € 18.281,05 (dezoito mil, duzentos e oitenta e um euros e cinco cêntimos), para um período de vigência de vinte e sete meses (outubro de 2012 a dezembro de 2014), sendo a verba distribuída do seguinte modo: para o ano de 2012 (outubro a dezembro) prevê-se uma verba de € 4.400,35 (quatro mil e quatrocentos euros e trinta e cinco cêntimos), para o ano de 2013 (janeiro a dezembro) prevê-se uma verba de € 6.940,35 (seis mil, novecentos e quarenta euros e trinta e cinco cêntimos) e para o ano de 2014 (janeiro a dezembro) prevê-se uma verba de € 6.940,35 (seis mil, novecentos e quarenta euros e trinta e cinco cêntimos). A todos estes valores acresce o IVA à taxa legal em vigor; - Por ser um procedimento com o mesmo objeto, o preço contratual está sujeito a redução remuneratória (10%), de acordo com o n.º 1 e 2, do artigo 26º, da LOE 2012. - O valor referente ao ano 2012 encontra-se cabimentado na rubrica 020220, pela Proposta de Cabimento n.º 1747 (I/72661/2012), possuindo o compromisso de fundo disponível n.º 3682 (I/73297/2012); - Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, propõe-se a adoção de um ajuste direto em regime geral, por não se considerar necessário e exigível o recurso a procedimento mais complexo, em respeito pelo

princípio da proporcionalidade, da economia e da eficiência processual. Face aos considerandos enunciados, e ao abrigo das disposições legais e enquadramento supra citados, Submete-se ao órgão executivo o presente pedido de parecer prévio, para que o mesmo obtenha deliberação favorável para a abertura do procedimento de “Prestação de Serviços de Inspeção, Reinspeção e Selagens de Ascensores, Monta-cargas, Escadas Mecânicas e tapetes Rolantes”, por ajuste direto, com convite à apresentação de proposta, conforme indicação do serviço requisitante, às seguintes entidades, reconhecidas pela Direção Geral de Energia: - AIPEL – Associação de Inspectores Portuenses de Elevadores; - E.Q.S. - Serviços de Engenharia, Qualidade e Segurança, Lda.; - Ecatotalinspe, S.A.; - Elevar – Associação de Apoio Técnico; - Fundação Instituto Politécnico do Porto; - IEP – Instituto Eletrónico Português; - ISQ – Instituto de Soldadura e Qualidade; - SEIE – Sociedade Geral de Inspeções de Elevadores, Lda.; Propõe-se ainda que: 1. Por se tratar de um compromisso plurianual, que o órgão executivo, nos termos da al. c), n.º 1 do art.º 6.º da Lei 8/2012, submeta à autorização do Órgão Deliberativo o referido compromisso plurianual de acordo com os valores acima indicados; 2. Que seja autorizada a antecipação das verbas previstas indicadas para os anos seguintes a 2012, desde que: a) os valores contratuais não sejam ultrapassados; b) caso se manifeste essa necessidade e; c) seja emitido o respetivo Compromisso de Fundo Disponível. 3. Dada a urgência de lançamento do procedimento contratual, na modalidade de Ajuste Direto em regime geral, e com vista a garantir a operacionalidade do serviço a partir do mês de outubro de 2012, que se autorize, desde já, os trâmites e os procedimentos necessários a tal fim, submetendo-se a ratificação e convalidação de todos os atos que entretanto venham a ser realizados antes da autorização prévia referida no ponto 2 por parte da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos 137º do CPA. Mais se declara que, de acordo com os dados e elementos conhecidos pelo Município, a esta data não existe qualquer situação de conflito de interesses, que possa pôr em causa a transparência do processo, designadamente, que não existe relação ou participação na empresa com a qual se propõe a celebração do referido contrato de ex-colaboradores do Município, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2.º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente tem a ver com a prestação dos serviços, portanto na questão das inspeções, reinspeções e a selagem dos elevadores, monta-cargas, das escadas mecânicas e dos tapetes rolantes e também obriga a repartição de encargos, neste caso concreto de 2012 a 2014. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrições. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a assunção de compromissos plurianuais, bem como ratificar e convalidar de todos os atos entretanto praticados. =====

===== **Ponto vinte e sete:** Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2013. =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “ A Lei nº 5/2004 de 10 de Fevereiro veio permitir a cobrança por parte dos Municípios respetivos, de uma taxa municipal de direitos de passagem, com o intuito de mitigar os encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público (Operadores), em local fixo, dos domínios públicos e privado municipal. Posto isto, e considerando que: O percentual a aprovar por cada Município deverá ser aprovado anualmente até final do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina (art.º 106, nº 2 al. B); - O seu valor máximo é de 0,25% - devendo tal constar de forma expressa na faturação mensal emitir pelo Operadores de redes e comunicações eletrónicas (art.º 106ª, nº3): - A ANMP por circular nº 41/2004 de 09/03/2004 sugeriu a aprovação do percentual em causa no seu valor máximo; - E ainda o percentual aprovado e cobrado no ano de 2012 foi de 0,25%, propõe-se: nos termos e ao abrigo do preceituado no art.º 106º da Lei 5/2004 de 10 de Fevereiro (Lei das comunicações eletrónicas), conjugado com os artigos 64º, nº 6, al. A) e para efeitos artigo 53º, nº 2, e), da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a aplicação de um valor percentual de 0,25% como Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para vigorar no ano de 2013.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado Senhor Presidente. Nós vamos propor a mesma taxa que tínhamos no ano anterior, como sabem esta é uma velha discussão que se mantém e que a própria Associação Nacional de Municípios junto com os operadores tem lutado porque as receitas sejam substancialmente diferentes tendo em conta aquilo que está em causa não tem sido possível e portanto nós nesta perspectiva mantemos e propomos a aplicação da mesma taxa para o ano de 2013 que estava praticada no ano 2012. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor José Ramos. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor José Ramos, do PS.* =====

===== *Boa noite a todos. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, vota contra a fixação desta taxa, por não existirem mecanismo de controlo por parte das autarquias que permitam verificar se o valor cobrado pelos operadores relativamente a esta taxa nas faturas aos consumidores é entregue na totalidade às autarquias. Sabemos que Associação Nacional de Municípios está a procurar resolver este problema, conforme nos foi transmitido o ano passado pelo Senhor Presidente e agora voltou a repeti-lo, mas até ao momento não existe nenhuma solução, enquanto não surgir solução para este problema, entendemos manter no interesse dos municípios oliveirenses a nossa oposição à cobrança desta taxa. Esperamos para o ano poder votar favoravelmente esta taxa, que é sinal de que o Município está a receber o que lhe é devido por lei. Obrigado.* =====

===== *Para dar resposta à intervenção anterior, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Nós estamos a falar de receita arrecadada neste imposto: em 2010 – vinte e dois mil cento e quarenta euros e três cêntimos (22.140,03€); em 2011 – dezoito mil duzentos e sessenta e um euros e catorze cêntimos (18.261,14€); e em 2012, até 27 de setembro de 2012 – doze mil trezentos e quarenta e dois euros e quarenta e seis cêntimos (12.342.46€), é disso que estamos a falar e portanto naturalmente que todos nós desejávamos que este valor fosse muito superior, mas isto não é problema da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis é um problema do país e eu não era tão otimista como o José Ramos, eu acho que para o ano vamos votar a mesma coisa e ninguém tem coragem de fazer coisa diferente. Muito Obrigado.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e sete à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada, fixando a Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2013 em 0,25 %, com a seguinte votação: a favor - vinte e três do PSD, um do CDS/PP; contra - treze do PS.* =====

===== *Porque não constava na ordem de trabalhos foi de seguida analisado e votado ao abrigo da parte final do artigo 83 da Lei nº 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de janeiro, o assunto que se segue:* =====

===== **Ponto vinte e oito:** *Adesão ao Programa II do PAEL (Programa de Apoio à Economia Local) – Aprovação e autorização de contratação de empréstimo.* =====

=====
Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - A atual situação económica e financeira do País e a execução em curso do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF), o qual estabelece metas de consolidação orçamental das contas públicas nacionais, em especial de redução do montante dos pagamentos em atraso, conduziram à aprovação da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, que cria o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL); - A referida lei estabelece um regime excepcional e transitório de concessão de crédito aos municípios, permitindo a execução de um plano de ajustamento financeiro municipal para a concretização de um cenário de equilíbrio financeiro e para a regularização do pagamento de dívidas dos municípios vencidas há mais de 90 dias; - Foi publicada a Portaria n.º 281-A/2012, 14 de setembro, que procede à regulamentação da referida lei, quanto às matérias e termos necessários à execução do PAEL; - Que a situação económica-financeira do Município de Oliveira de Azeméis, tem vindo a evoluir favoravelmente, nomeadamente quanto à redução dos seus níveis de endividamento e prazos médios de pagamento, reunindo assim os pressupostos para o enquadramento da nossa Autarquia no programa II do PAEL, nos termos do artigo 2.º da Lei acima mencionada; - Que a adesão do município ao Programa II, se efetua através de pedido dirigido à Comissão, no prazo de 20 dias seguidos, após a publicação do formulário de adesão; - O pedido de adesão é acompanhado do Plano de Ajustamento Financeiro – PAF, aprovado pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal; - A aprovação da adesão ao PAEL, e a decisão final do processo, implicará a celebração de contrato de empréstimo, entre o Estado, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) e o município, nos termos, condições e montantes resultantes da Lei, da Portaria e do PAF, que serão objeto de análise e aprovação por parte das entidades Governamentais referidas nos diplomas acima indicados; - A redução drástica no acesso ao crédito bancário por parte dos nossos fornecedores; - A significativa redução, não esperada, no valor das transferências do Orçamento de Estado para os Municípios, nos últimos três anos, que no caso do Município de Oliveira de Azeméis se traduziu numa redução em 2010 de 529.000,00 euros, em 2011 de 672.170 euros e em 2012 de 638.098,00 euros; - A adesão e a respetiva contratualização do empréstimo para efeitos de regularização dos pagamentos de dívidas vencidas há mais de 90 dias, irá permitir reduzir substancialmente os prazos médios de pagamentos a terceiros, estabilizar a capacidade de tesouraria, e minimizar os impactos e os constrangimentos resultantes da aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, contribuindo igualmente para a dinamização e fortalecimento da economia local. Assim, propõe-se: 1. Ao abrigo, designadamente, do artigo 2.º, n.º 3 e artigo 7.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, conjugado com o artigo 2º, n.º 2, da Portaria n.º 281-A/2012, 14 de setembro, a aprovação do pedido de adesão ao PAEL ao Programa II, de acordo com os documentos do anexo I à presente proposta, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas; 2. Aprovação do Plano de Ajustamento Financeiro – PAF, conforme documentos do anexo II à presente proposta, documentos estes que ficam igualmente arquivados em pasta anexa ao livro de atas; 3. Aprovação da contratação de

empréstimo para pagamento de dívidas em atraso há mais de 90 dias, nos termos, condições e montante que resulta dos diplomas acima mencionados e conforme documentos do anexo III à presente proposta, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. Remeta-se à Assembleia Municipal para aprovação e autorizações devidas, nos termos e para os efeitos do artigo 7.º da Lei 43/2012, de 28 agosto, conjugado com artigo 53 n.º 2º, alínea d) da Lei n.º 169/99, na atual redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 janeiro, e art.º 38º, n.º 8, da Lei n.º 2/2007- Lei das Finanças Locais.” =====

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi dito que:* =====

===== *Ponto vinte e oito é tal ponto que ficou para último lugar, um ponto, a agendar por 2/3 - Adesão ao Programa II do PAEL (Programa de Apoio à Economia Local) – Aprovação e autorização de contratação de empréstimo. Isto tem que se fazer a aprovação nominal, destes três pontos: o primeiro ponto é a aprovação da adesão ao Programa II, do PAEL; o segundo é a aprovação do PAF - Programa de Ajustamento Financeiro, no âmbito do PAEL e o terceiro aprovação e autorização expressa de contratação do empréstimo, no âmbito do PAEL, nos termos e condições dos documentos anexos, até ao montante de 1.9 milhões de euros. Portanto a votação de cada um destes três pontos tem que ser nominal.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado Senhor Presidente. Em primeiro lugar agradecer a disponibilidade da Assembleia Municipal para discutir este ponto e podermos cumprir com o compromisso de apresentar até ao dia 4 de outubro este nosso programa. Portanto como sabem a portaria foi publicada só no dia 14, à noite, já a horas pouco recomendadas e portanto foi a partir de daí que os serviços da Câmara Municipal procuraram fazer este trabalho que hoje vos é dado e que foi distribuído e que também foi hoje objeto de análise na reunião de Executivo Municipal. Como sabem, nós hoje temos nova legislação que enquadra toda esta matéria, temos a Lei dos compromissos e temos naturalmente que na altura se lembram que os Municípios reclamaram junto do poder central para que fosse encontrada uma solução que permitisse aos Municípios, a todos os Municípios resolver os problemas da dívida com mais de 90 dias, dívidas a fornecedores. Foi uma grande discussão, demorou-se imenso tempo até encontrar-mos o valor certo, em que o Governo teve também que pedir autorização à Troika para disponibilizar esta linha e há quem diga, eu não sei se é verdade se não é mas que uma coisa tem a ver com a outra, ou seja que só houve linha disponível para os Municípios depois de estar em vigor e de se ter aceite que a Lei dos compromissos não tinha retorno e portanto e que tinha que ser implementada e como sabem, isso causou e causa uma série de constrangimentos enormes aos Municípios e portanto partiu-se para a disponibilização de mil milhões de euros a distribuir*

pelas Autarquias Locais. Feito esse rateio, encontrado esse montante, procedeu-se depois à legislação que enquadra este mesmo plano de ajustamento e portanto estamos a falar da Lei 43/2012 e portanto que tem como objetivo a regularização do pagamento de dívida dos Municípios a fornecedores vencidas há mais de 90 dias, à data de 31 de março de 2012. Portanto, dizer-vos que, naquilo que diz respeito ao Município de Oliveira de Azeméis, nós temos fixado por via orçamental, para dezembro de 2012, um valor máximo em dívida em atraso de um milhão novecentos e vinte e nove mil e dezasseis euros (1.929.016,00€), aliás, valor esse que nós procuramos e esperamos cumprir no final do ano conforme já aqui foi dito. Dar nota que, a disponibilidade e a oportunidade que é dada aos Municípios para aceder a este programa, tem sido aproveitada pelo grande número de Municípios, em valores consideráveis, nalguns em valores menores e portanto o Município de Oliveira de Azeméis entendeu também que era importante procurarmos recorrer a este mecanismo para resolvermos alguns problemas ou ajudarmos a resolver com maior celeridade alguns problemas junto da nossa economia local, nomeadamente junto dos nossos fornecedores que têm dívidas a mais de 90 dias. Dizer-vos que, o montante elegível para o Município de Oliveira de Azeméis era de dois milhões e duzentos e quarenta e quatro mil (2.244.000) e portanto é uma percentagem deste valor, neste caso podia ir de 50% a 90%, 90% deste valor são dois milhões e vinte mil euros (2.020.000,00€), o Município de Oliveira de Azeméis decidiu candidatar e preencher os formulários a este empréstimo no valor de 1.9 milhões de euros. O prazo deste empréstimo pode ser até 14 anos, o Município de Oliveira de Azeméis estando em linha com o Plano de Saneamento Financeiro, decidiu fazê-lo a 8 anos, ou seja, o término deste empréstimo coincide com o final do empréstimo de saneamento financeiro e portanto em 2020, nós teremos, se não forem cometidos nenhuns erros de gestão, teremos a situação totalmente resolvida naquilo que diz respeito às finanças do Município de Oliveira de Azeméis. Dizer-vos também que o estudo, que é anexo a este programa está feito com base numa taxa de 5%, esta feito com base em 5% e tem também este estudo um spread de 0,15% o que dá 5,15%, dizer-vos que, este estudo, a indicação que temos de referência da Associação Nacional de Municípios da taxa de juro a praticar é de 2,5%, mas mesmo assim, à cautela é preferível, porque também é um indicador que a Associação Nacional de Municípios fez chegar aos Municípios, mas portanto, nós achamos que é preferível não arriscar e basearmos o nosso estudo nesta mesma taxa. Dizer-vos também que em anexo a este programa de ajustamento, e portanto é dos documentos que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal acabou de indicar, vai uma listagem aquém se deve e o valor respetivo e portanto quando a ser atribuído ou a ser aprovado este empréstimo 1.9 milhões de euros neste programa de apoio à economia local já se sabe para que é que vai ser utilizado e portanto não capacidade ou disponibilidade da Câmara Municipal para depois o gerir e pagar a outros fornecedores, portanto estamos a falar de fornecedores devidamente identificados e segue para a Direção Geral dentro do âmbito da sua candidatura segue essa mesma listagem nominal, ponto por ponto, código por código, valor por valor e portanto chegando ao total de 1.9 milhões de euros. Nós entendemos que é uma oportunidade, aliás a exemplo, como disse, da maior parte dos

Municípios alguns vão ao Programa I, que é um programa mais apertado do ponto de vista das exigências, nós estamos enquadrados no Programa II e portanto a exemplo de outros Municípios aqui à volta como Vale de Cambra, Santa Maria da Feira também concorreram a este Programa para de alguma forma resolver, tendo em conta o novo enquadramento legal a Lei dos compromissos, termos depois mais alguma flexibilidade para resolvermos muitos dos problemas. Dar nota também que, as Juntas de Freguesia também têm aqui portanto verbas alocadas logo que seja transferido o montante do empréstimo, as Juntas de Freguesia receberão os valores que constam do Plano. Mas fundamentalmente, a explicação é esta, achamos que é uma oportunidade que não devemos desperdiçar e portanto foi também uma exigência dos Municípios que este programa estivesse disponível e portanto achamos que devemos candidatar-nos e que devemos concorrer e esperamos ver esta nossa candidatura devidamente aprovada. Permita-me só para terminar Senhor Presidente, que faça uma referência e já foi hoje aqui dito várias vezes, a questão do Plano de Saneamento Financeiro e o valor do empréstimo dos 35 milhões de euros e nós temos que ser rigorosos, é verdade que o empréstimo e o valor era de 35 milhões de euros, mas não foi esse valor, o valor de que estamos a falar é de 32 ou 33 milhões e portanto há aqui uma diferença, não foi todo utilizado, a disponibilidade desse empréstimo não foi todo utilizado e portanto de alguma forma podemos dizer que este pode vir complementar essa mesma estratégia. E portanto reparem que por isso é que procuramos que em 2020 termine um e outro e portanto que não haja depois a continuidade de um outro empréstimo. E também dizer-vos que, este empréstimo não tem período de carência e, as prestações a pagar serão prestações mensais. Muito obrigado, Senhor Presidente, pela atenção. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Bruno Aragão e Dr. António Rosa. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS. =====

===== Obrigado Senhor Presidente, agradecer também este tempo que nos deu para prepararmos isto, naturalmente que todos estes assuntos nos preocupam e não gostamos de nos pronunciar sem analisar nenhum documento. Aliás, o que nos preocupa não é crucificar o Senhor Herminio Loureiro. Senhor Presidente desculpe não é assim tão especial, o que nos preocupa é sempre Oliveira de Azeméis e aquilo que nós poderemos oferecer. Já várias vezes alertamos sempre que discutimos o Plano de Saneamento Financeiro, sempre que discutimos os Relatórios de Contas, sempre que discutimos os Orçamentos que há vários anos a esta parte a Câmara Municipal se andava a financiar junto dos fornecedores, o estrangulamento à economia local era claro e, tanto é que, a dívida a fornecedores foi aumentando até atingir o valor que atingiu, apesar de termos contraído um Plano de Saneamento Financeiro, que volto a dizer, que

nos custa dezasseis milhões de euros em juros, exatamente para resolvermos este tipo de problemas. Em novembro de 2011 começamos a pagar efetivamente esse empréstimo. Nem um ano decorreu e estamos, apesar de um nome pomposo, a recorrer a um segundo resgate no Município de Oliveira de Azeméis porque é disso que se trata. Estamos a contrair um novo empréstimo para pagarmos dívidas a fornecedores, algumas dívidas muito antigas como podem ver na lista que está anexa aos documentos, algumas dívidas têm dez anos, é disto que estamos a falar, é deste tipo de gestão que estamos a falar. Obviamente que visto desta forma isto, enfim, nos abrigaria a votar contra naturalmente. A questão não é essa. A questão é que estamos sempre a falar de juros, ou pagamos juros de mora muitas vezes como está inscrito no próprio orçamento e discutimos isso na altura própria ou pagamos juros deste tipo que apesar de tudo são mais favoráveis, mais do que isso pagamos a dívida aos fornecedores que numa altura destas são absolutamente fundamentais. Apesar disso não deixamos de estar a falar novamente num problema de má gestão, aliás como podem ler no documento anexo, a questão é muito simples: a referida lei estabelece um regime excepcional e transitório de concessão de crédito aos municípios permitindo a execução de um plano de ajuste financeiro municipal para a concretização de um cenário de equilíbrio financeiro e para a regularização do pagamento de dívidas aos municípios. Se tudo está bem, se tudo está sempre bem, porque é que andamos constantemente neste tipo de expedientes? Essa é que é sempre a questão. Olhos nos olhos, falamos várias vezes que o problema da economia local era central, várias vezes falamos que estávamos a ter um desfasamento em relação ao Plano de Saneamento Financeiro, cá está. Se não houvesse um desfasamento em relação a esse plano, esta questão não se colocava porque não tínhamos dívidas superiores a noventa dias. Tão simples quanto isto. Isto efetivamente são números. Como disse, nós vamo-nos abster neste ponto, porque consideramos que apesar de tudo e apesar de ser um paliativo esta acaba por ser neste momento e com o tipo de gestão a que nos conduziram a melhor solução, porque o contrário seria pagar, por exemplo em juros de mora valores muito mais pesados. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. António Rosa, do PSD. =====

===== A minha profunda surpresa porque, ao longo dos últimos três anos, tenho ouvido nesta Bancada o Partido Socialista permanentemente vorazes defensores dos fornecedores do Município de Oliveira de Azeméis. Agora que lhes é colocado na mesa para assinar uma solução para o problema, a posição é a abstenção. Será por algum receio de alguma ilegalidade subjacente, imagino eu, porque doutra forma a única possibilidade seria de facto o voto favorável. Logicamente que sabem que esse resultado será atingido pelo voto favorável do Partido Social Democrático e por isso, enfim, a decisão que agora aqui foi anunciada. Eu gostava só e afirmar aqui o seguinte: hoje, como nunca, o financiamento é absolutamente escasso na economia e portanto, a disponibilidade, esta linha, esta conquista como disse o

Senhor Presidente pela Associação Nacional de Municípios junto do nosso Governo, para a disponibilização desta linha de crédito, é obviamente indispensável que todos os Municípios que tenham necessidades acima de 90 dias de dívidas a fornecedores que utilizem este mecanismo, portanto a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis não podia ter outra atitude que não esta e isto não é sombrear ou esconder qualquer posição que tenha vindo a ser assumida por nós ao longo dos últimos anos, é porque nós sempre reconhecemos que dentro do plano de saneamento financeiro há um fator que não foi integralmente atingido como aquele que seria o nosso desejo que é: o prazo médio de pagamentos a fornecedores e o nível de dívida a fornecedores. E portanto esta solução é, absolutamente, indispensável e vem no momento que é possível mas no momento que é importante. Eu gostava era de fazer aqui uma reflexão importantíssima também e aqui pedia ao Bruno Aragão, obviamente não vou ensinar nada, humildemente não tenho capacidade para isso, mas incomoda-me de algum modo, enfim, porque tenho alguma noção também, porque também leio, também estudo e estou por dentro destas temáticas que foi o plano de saneamento financeiro e portanto falar em 16 milhões é no mínimo, estar à espera que de hoje em diante, haja um agravamento do plano de forma a haver esta compensação, portanto esta era uma questão que eu gostava de ver em futuras intervenções de ver atualizada e devidamente corrigida. Uma outra, é que para além de tudo mais, ainda que não fizesse essa correção, uma era essencial que fosse feita, é que isso tinha em conta que a Câmara Municipal tivesse utilizado um empréstimo de trinta e quatro milhões de euros (34.000.000,00€) e não os trinta e dois milhões e quinhentos mil euros (32.500.000,00€) que utilizou. E aqui, peço-vos desculpa, o tempo vai longo, mas importa também fazer aqui um esclarecimento ou uma recordação, é que a Câmara Municipal não utilizou porque, pese embora, o mecanismo foi igual a este que hoje aqui fazemos, ou somos chamadas a aprovar, subjacentes aos trinta e quatro milhões estava uma listagem considerável de credores que eram esses e não outros que teriam que ser liquidados com esse empréstimo, acontece que houve uma percentagem considerável no valor de um milhão e meio de euros (1.500.000,00€) de credores que não foram capazes de formalizar a legitimidade para a receção desses créditos em tempo de a Câmara Municipal utilizar a totalidade e portanto não se endividou em 34 mas apenas em 32,5. Curiosamente, aquilo que vemos hoje, aqui, ironia do destino, é que esse milhão e meio acaba por ser colmatado hoje com um milhão e novecentos, pronto há aqui um desvio de quatrocentos mil euros de facto. Portanto, na verdade, o empréstimo que hoje a Câmara Municipal, muito bem, aproveita a oportunidade para contratualizar para liquidar de uma vez e se calhar ultrapassada esta fase, no final deste ano, se as coisas correrem dentro de timings, creio que seriam aceitáveis, se calhar poderíamos já estar a discutir prazos de pagamento completamente diferentes e acima de tudo a nossa economia local terá com certeza condições muito mais saudáveis do ponto de vista da sua liquidez. Portanto, obviamente que, a nossa posição é favorável à contratação deste empréstimo. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS.* =====

===== *Não deixa de ser irónico, que o pai da dívida tenha sido a pessoa venha dizer exatamente aquilo que acabou de dizer. Isso é que engraçado. Agradeço, as recomendações que fez, terei prudência naturalmente nessa questão. E agora sou eu que lhe digo, prepare-se efetivamente para refutar aquilo que disse, porque na próxima Assembleia Municipal terá esses valores devidamente corrigidos, mas muito mais que isso, terá esses valores analisados e aplicados no terreno e aí sim, vamos ver se realmente estamos todos a falar da mesma coisa ou não. Números são números efetivamente. Não percebo porque é que a abstenção o admira, não tem nada que admirar, foi muito bem explicada. Reconhecemos que efetivamente este não é o nosso modelo de gestão, nós, nunca teríamos chegado isso não tenho dúvida nenhuma nem tenho problema nenhum em dizer, nunca teríamos chegado a esta situação, nunca teríamos feito aquele empréstimo que na altura dissemos, nunca tínhamos onerado o Município com estes juros todos e sobretudo se o tivéssemos feito não chegávamos a esta fase com este deslante tendo novamente de recorrer a outro empréstimo e achar novamente que isto foi tudo resultado de uma gestão criteriosa e rigorosa que os Senhores aplicam no Município de Oliveira de Azeméis. Isso sim, é que não está correto. Em nenhum momento os Senhores são capazes, ou foram capazes, de perceber que houve coisas que falharam. Aliás, peço desculpa, efetivamente falharam como disse o Senhor Presidente da Câmara Municipal, o modelo de gestão do Parque La-Salette, falhou. Mas, não temos nada a ver com isso, ninguém nunca tem nada a ver com isso.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e oito à votação, relativamente a cada um dos pontos, foi deliberado por maioria absoluta aprovar a proposta apresentada, sendo inclusive expressamente autorizada a contratação do empréstimo nos termos e condições constantes do anexo III, com o montante do empréstimo até € 1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil euros), com a seguinte votação: **a favor:** PSD - Presidente Dr. Jorge Manuel Freitas de Oliveira e Silva, Segundo Secretário Sr. António Luís da Fonseca e Grifo, António Manuel da Costa Alves Rosa, Helga Alexandra Freire Correia, José Francisco Brandão de Oliveira, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, Marco António Guimarães de Castro Azevedo, Paula Regina Fernandes Duarte de Oliveira Pinto, Francisco Borges de Almeida Alves, José Filipe da Silva Carvalho, Ana Luísa Gonçalves Regala de Mendonça Humphrey, Diamantino Melo de Almeida (Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa), Francisco Jesus Jacinto (Presidente da Junta de Freguesia de Macinhata da Seixa), Américo de Almeida Carvalho (Presidente da Junta de Freguesia de Madail), Ramiro Pereira Alves Rosa (Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis), José Alves da Silva (Presidente da Junta de Freguesia de Ossela), Miguel Mendes da Silva (Presidente da Junta de Freguesia de Palmaz), José António de Pinho Santos (Presidente da Junta de Freguesia de*

*Pindelo), Carlos Manuel Pinho Silva (Presidente da Junta de Freguesia de S. Tiago de Riba-UL), Ilídio Barbosa Lopes (Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Gândara), Hugo Manuel Gomes Silva Pereira (Presidente da Junta de Freguesia de UL), António de Jesus Silva (Presidente da Junta de Freguesia de Vila de Cucujães); PS – Rui Jorge da Silva Cabral (Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro), Bernardo Amaro Moreira Simões (Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque); CDS/PP – Miguel Ângelo de Carvalho Santos Portela; **abstencões:** PS – Fernando Manuel Pais Ferreira, Helena Maria Dinis dos Santos, Fernando Ricardo Gomes Oliveira Bastos, José Ramos da Silva, Ana Lúcia Nunes de Sousa, Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira, Manuel José Tavares Soares, Ana Raquel Simões Teixeira, Bruno Armando Aragão Henriques, José António Domingues Marques Lourenço e Cristina Maria Valente de Pinho. =====*

=== PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO) ===

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores António Cruz, Alcides Queirós, Aires Ferreira, Amílcar Amorim, da Senhora Ângela Amorim e Dr. Miguel Portela. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor António Cruz, residente na freguesia de S. Marinho da Gândara. =====

===== Saúdo os Eleitos dos Órgãos Municipais, os oliveirenses e a comunicação social aqui presente. Senhor Presidente da Assembleia, obrigado pela oportunidade, apesar do adiantado da hora. A Extensão de Saúde de S. Martinho da Gândara está encerrada desde janeiro, por alegada escassez de pessoal e ainda, segundo o ofício afixado, a aguardar instruções do ACES. Enquanto Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia de S. Martinho da Gândara e Membro da Comissão de Utentes da Extensão de Saúde da mesma terra, sempre me senti na obrigação de tudo fazer para que, a situação fosse rapidamente resolvida, o acesso aos cuidados de saúde primários na freguesia fosse reposto com normalidade. Contivemos os ânimos mais reivindicativos de alguns utentes e não encetamos por formas de lutas condizentes, tudo isto porque fomos aceitando como razoável a explicação que o Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro nos dava, sem presidente no ACES muito ou nada podemos fazer. Aliás, na última reunião deste órgão, quando confrontado por uma senhora Deputada que reivindicava ajardinamento no Centro de Saúde da cidade, ouvi-o declinar a responsabilidade e lamentar a falta de Diretor Executivo do mesmo ACES, um aparte: fiquei entristecido. Neste concelho, onde há utentes que não têm condições para aceder a cuidados elementares de saúde, onde se luta contra o encerramento de extensões, aparecer um eleito da Assembleia Municipal a reivindicar ajardinamento para o Centro de Saúde não dá crédito a este Órgão. Perdoem-me alguma falta de polimento verbal, mas se esta situação de ajardinamento no contexto atual fosse feita no

setor privado a resposta não andaria muito longe desta, não é com jardins que se dá mais saúde aos doentes, nem com a sua beleza que se paga aos profissionais. Senhor Presidente Herminio Loureiro, agora que tem timoneiro no ACES, coloque o máximo de empenho para resolver esta e outras situações similares que eventualmente possam existir neste Município, melhor conhecedor o Senhor não poderia encontrar. Não vou alongar-me em enumerar a especificidade da população utente de S. Martinho da Gândara, são sobejamente conhecidas de todos e particularmente do Presidente da ACES e do Presidente deste Município. Senhor Presidente do ACES, deputado Dr. Miguel Portela, de si, esperamos que mantenha os mesmos valores a mesma leitura da situação que tinha quando de forma permanente disponível e fervorosa nos incentivou o ano passada para a luta na reabertura da extensão de S. Martinho da Gândara, já lá vai algum tempo, percebo algumas dificuldades, com a extensão de S. Martinho da Gândara o Ministério da Saúde, não tem encargos financeiros com o edifício, a água, a luz a renda, a empresa de segurança ou mesmo com o jardim o Presidente da Junta lá vai tratando disso, faça cumprir a deliberação da Troika no que toca a cuidados de saúde primários, passo a citar essa instrução: melhorar a coordenação dos cuidados através da criação de um mecanismo para garantir a presença dos médicos de família em áreas carenciadas de modo a possibilitar uma distribuição equitativa dos médicos de família no país. Senhor Presidente do ACES lembra-se de uma proposta para ultrapassar o problema, aquando do encerramento da extensão de saúde de S. Martinho da Gândara, que passava por qualquer do género de colocar uma empresa prestadora de serviços naquele espaço que atenderia os utentes e depois enviaria a fatura ao Serviço Nacional de Saúde. É uma boa solução. Convicto de que tudo farão no sentido de rapidamente se proceder à reabertura da extensão de Saúde de S. Martinho da Gândara, agradeço em nome de todos os Gandarenses. Tenho dito. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Alcides Queirós, residente na freguesia de Carregosa. =====

===== Antes de mais saúdo toda a Mesa da Assembleia, todos Membros da Assembleia, todo pessoal aqui presente muito boa noite. A razão da minha intervenção é muito curta, até porque o tempo já vai muito alongado e de facto, eu por ser na minha terra entendo que há razão para esta pequena intervenção. Começo por agradecer, eu vou falar do ponto número quinze da ordem de trabalhos que de facto levou à aprovação da utilidade municipal sobre a empresa de Carregosa. Não é pelo facto de ser de Carregosa, poderei ser suspeito mas até cai por terra porque trata-se logo de seguida de uma empresa concorrente. Portanto eu quero agradecer a esta Assembleia por ter de facto tomado a posição que tomou em relação a essa empresa, ela já labora há catorze ou quinze anos, as pretensões é de facto fazer o crescimento para nordeste do concelho numa propriedade que já tem há quatro ou cinco anos, é de louvar inclusivamente porque a empresa neste momento está de facto com um crescimento fora do vulgar e sabemos perfeitamente que a conjuntura e a situação do país atualmente quando se

trata de postos de trabalho, creio que devemos ter realmente louvor por essa gente e nomeadamente por esses empresários que é como digo são da concorrência mas, é bem-vinda essa situação. Eu quero agradecer, mais uma vez, à Assembleia por ter tomado a posição que tomou. E de facto a admiração para a minha intervenção é que fiquei um pouco chocado, como é que é possível ter deparado com tantos Membros desta Assembleia a votar contra. E então deparo com isso e só tiro uma ideia: ou vota-se contra por votar; ou não se conhece a realidade da causa. Este caso eu conheço de alma e coração, é justo o que aqui foi feito e não compreendo mais uma vez como é que se vota uma situação destas contra sem se conhecer a realidade da situação. Eu, se estivesse no lugar de alguns Membros desta Assembleia, teria uma posição diferente, ia ao local analisava e depois pronunciava-me. Agora, só votar por votar, foi à conclusão que eu cheguei porque não encontro qualquer outra explicação. Por isso termino a minha intervenção. Agora passo a agradecer a todo o Executivo e ao Senhor Presidente da Assembleia pelo facto de ter brindado Carregosa com esta Presidência aberta, pena é que não estejam cá muitos Carregosenses, mas, enfim, está sempre aqui alguém para representar a terra e vocês são bem-vindos. Muito obrigado e boa noite. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Aires Ferreira, residente na freguesia de Cucujães =====

===== Boa noite a todos. Obrigado Senhor Presidente, por ter permitido vir cá falar mais uma vez, eu vou ser rápido porque eu sou pessoa de poucas palavras e mais trabalho. Por isso, só venho cá mais uma vez pedir para a requalificação da Rua Albertino Pereira da Silva. Pedia mais uma vez ao Senhor Presidente e ao Senhor Vice-presidente, havia muito para dizer mas eu vou ficar por aqui, continuo à espera da requalificação da Rua Albertino Pereira da Silva tanto como a luz pública, mas pelo menos o alcatrão. Porque eu vou só dar um pequeno exemplo muito rápido, eu tenho um camião de transporte de animais e o camião apanhando uma cova os animais têm tendência a pender todos para aquele lado e é mais uma mola que vaia à vida. Portanto, eu não vou dizer mais nada, só digo que continuo à espera, principalmente Senhor Presidente e Senhor Vice-presidente. É tudo. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à Senhora Ângela Amorim. =====

===== Boa noite, obrigado pela palavra. Não estou aqui como jornalista como todos me conhecem mas como oliveirense, só para alertar uma situação e vais ser muito breve. Neste caso, é também um pouco como jornalista, têm chegado muitas queixas ao jornal Correio de Azeméis de situações que dizem respeito a uma matilha de cães que anda no centro da cidade de Oliveira de Azeméis e, de facto, já publicamos uma carta ao Diretor com uma situação que também não teve consequências, neste momento temos outra situação em mãos que já teve mais

consequências e temos outras queixas. Estou aqui como cidadã para alertar por uma razão muito simples, é que o próximo jornal vai sair com esse alerta mas daqui até lá há várias noites ainda e essa matilha está a fazer bastantes estragos. Temos recentes pelo menos quatro casos o último dos quais com uma jovem com problemas numa perna, porque foi mordida. A matilha ataca de noite, mas eventualmente poderá começar a atacar durante o dia. Sei que o Dr. Isidro Figueiredo já tem o problema em mãos, reconheço competência nele para qualquer tipo de problema para o resolver, o que é certo, é que esta situação já se anda a prolongar pelo menos de há um mês para cá. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela. =====

===== Obrigado por este bocado, realmente só podia vir cá como público, porque o Diretor do ACES não é o mesmo que o Deputado que aqui está. Acho que há aqui uma referência que se devia fazer. Primeiro queria agradecer a toda a gente que me deu força para trabalhar, vou trabalhar pelos que me dão força e pelos que não dão. Queria fazer aqui alguma retificação ao que o Senhor Cruz diz, por alguma coisa as pessoas vão para o cargo porque percebem do que falam quando não se percebe deve-se falar com as pessoas que entendem, tenho tido colaboração com a Câmara, com a ARS, com toda a gente os assuntos são tratados é importante que as pessoas falem das coisas com conhecimento de causa. Se não há médicos nos sítios, é porque as condições não estão reunidas. O que o Senhor Cruz referiu. Não é verdade. E acho que é muito importante que as pessoas percebam que andar a desvirtuar o trabalho dos outros pode trazer mau resultado a longo prazo. O trabalho tem que ser feito nos sítios certos e não há uma pessoa que possa dizer que tentou falar comigo e não conseguiu, a primeira pessoa que aqui estiver venha aqui dizer-lo. Eu estou aqui para resolver os problemas e não só de Oliveira de Azeméis mas de todo o ACES, neste momento há vinte e dois mil utentes sem médico de família e acho que é um bocado injusto vir para aqui uma pessoa que tem mil e seiscentos utentes sem médico de família achar que é dono de toda a verdade, os vinte e dois mil são a preocupação do Presidente do ACES e cada um dos utentes merece a minha preocupação. A solução que o Senhor Cruz falou, não sabe do que estava a falar, já na altura disse asneiras (peço desculpa pela palavra). Há empresas privadas que têm acordos com a ARS neste momento isso não existe, se isso acontecesse era possível. E não é possível abrir-se uma Extensão sem um médico da especialidade medicina familiar, se tiver um que possa e se tiver dinheiro para o contratar esteja à vontade, neste momento isso não é possível e o Senhor Presidente da Câmara sabe perfeitamente os esforços que tenho feito, agora sejamos sérios e não atrapalhemos quem está a fazer o melhor que pode. Muito obrigado. =====

===== Antes de terminar o Senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====

===== *Para terminar a Sessão o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: ===*

===== *Posto isto, não há mais ninguém do público que queira inscrever-se, eu tenho que agradecer a presença de todos, a paciência de todos e uma palavra de agradecimento também ao Presidente da Junta de Carregosa Sr. Diamantino e dê um abraço de toda esta Assembleia aos Carregosenses que vem o merecem, que têm uma Vila que realmente prima pelo progresso e sentimo-nos muito bem cá e viremos cá com certeza sempre que possível. Muito obrigado. ===*

===== *E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, eram vinte e duas horas e trinta minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos constituintes da Mesa. =====*